



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



JACKELINE FERNANDA FERREIRA CAMBOIM

**QUEM PRECISA DE UM “CONCERTO”- A FAVELA OU A CIDADE? UMA
DISCUSSÃO NA GEOGRAFIA HUMANA POR MEIO DE UM PROJETO SOCIAL
DE PRÁTICAS MUSICAIS PARA JOVENS DO COQUE**

**Recife
2015**

JACKELINE FERNANDA FERREIRA CAMBOIM

**QUEM PRECISA DE UM “CONCERTO”- A FAVELA OU A CIDADE? UMA
DISCUSSÃO NA GEOGRAFIA HUMANA POR MEIO DE UM PROJETO SOCIAL
DE PRÁTICAS MUSICAIS PARA JOVENS DO COQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Edvânia Torres Aguiar Gomes.

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Cristiane Maria Galdino de Almeida.

**Recife
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- C176q Camboim, Jackeline Fernanda Ferreira.
Quem precisa de um “concerto” – a favela ou a cidade? : uma discussão na geografia humana por meio de um projeto social de práticas musicais para jovens do Coque / Jackeline Fernanda Ferreira Camboim.
– Recife: O autor, 2015.
146 f. : il. ; 30cm.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Maria Galdino de Almeida.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2015.
Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Política ambiental. 2. Espaços públicos. 3. Música – Aspectos sociais. 4. Orquestra Criança Cidadã. 5. Coque (Recife, PE). I. Gomes, Edvânia Torres Aguiar (Orientadora). II. Almeida, Cristiane Maria Galdino de (Coorientadora). III. Título.

JACKELINE FERNANDA FERREIRA CAMBOIM

**QUEM PRECISA DE UM “CONCERTO”- A FAVELA OU A CIDADE? UMA
DISCUSSÃO NA GEOGRAFIA HUMANA POR MEIO DE UM PROJETO SOCIAL
DE PRÁTICAS MUSICAIS PARA JOVENS DO COQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre.

Data de Aprovação: 13 de Março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Edvânia Torres Aguiar Gomes
(Orientadora-UFPE)

Prof^a. Dr^a. Vanice Santiago Fragoso Selva
(Examinador Interno-UFPE)

Prof^a Dr^o. Luís Ricardo Silva Queiroz
(Examinador Externo-UFPB)

Prof^o. Dr^o. Alexandre Simão de Freitas
(Examinador Externo-UFPE)

A memória do meu avô Francisco Antônio Ferreira, este dedico.

AGRADECIMENTOS

Diante de tantos obstáculos na concretização desta dissertação o momento de agradecer é o mais fácil. Pois, durante esse período várias pessoas e algumas delas mesmo sem me conhecer doaram um pouco do seu tempo para dar sua contribuição. Então, posso dizer que a concretização deste trabalho foi marcado por: generosidade, experiências, companheirismo, sabedoria e atenção. Por isso, não poderia deixar registrado aqui os meus sinceros agradecimentos para:

Primeiramente a Deus, autor e sustentador da minha vida, pela força, sabedoria, ousadia e plantar em meu coração perseverança para continuar, mesmo quando as coisas pareciam que não iriam andar. E também por colocar essas pessoas em meu caminho.

Aos meus pais Raquel Josefa Ferreira Camboim e Josias Lopes Camboim pelos primeiros ensinamentos éticos e morais que trago comigo. E pelo o incentivo muitas vezes sem falar nada.

A minha orientadora professora Doutora Edvânia Gomes pela orientação, confiança, incentivo, e por me possibilitar enxergar o urbano como uma mercadoria para atender aos anseios capitalistas. Trabalhar com toda essa problemática para mim não apenas significou escrever uma dissertação, mas tornou-se algo que vou levar para toda a vida seja pessoal ou profissional.

A minha co-orientadora professora Doutora Cristiane Maria Galdino de Almeida pela co-orientação, atenção, indicações de referências. Suas contribuições iniciadas na minha qualificação foram de grande importância para a construção desta dissertação.

Ao Professor Doutor Luís Ricardo Silva Queiroz pela disponibilidade de ler atentamente minha dissertação. Certamente, suas contribuições foram valiosas, sobretudo, para a melhoria das análises dos resultados e também na problematização dos autores sobre práticas musicais.

Ao Professor Doutor Alexandre Simão de Freitas, pela disponibilidade, atenção em ler minha dissertação, pelas sugestões de leituras e pelas colocações pontuais e provocativas que certamente contribuíram para a minha formação.

Agradeço também a Professora Doutora Vanice Santiago Fragoso Selva, pela disponibilidade em ler minha dissertação por suas contribuições à dissertação ao longo do mestrado, por meio do seminário integrador I, seminário de qualificação e finalizando com a banca de defesa. Certamente, suas contribuições foram de grande importância.

Agradeço as professoras: Dr^a Anália Keila Rodrigues Ribeiro e a Dr^a Magna do Carmo Silva Cruz, com as quais percorri meus primeiros caminhos na ciência através da iniciação científica. E ao Prof^o Doutor Adauto Gomes Barbosa, pelas discussões, trocas, incentivo, durante o período de orientação na graduação que certamente contribuíram e muito para o meu crescimento acadêmico, forjando em mim um caráter crítico.

Professora Doutora Laize Guazina da Faculdade de Artes do Paraná que gentilmente contribuiu para a pesquisa por e-mail sobre projetos de práticas musicais (tema estudado por ela), dando alguns direcionamentos e por anexar sua tese no e-mail. Obrigada pela atenção!

Ao professor Doutor Carlos Sandroni pela permissão de assistir as aulas de Música e Sociedade como ouvinte, pelo envio de algumas referências e pelo diálogo estabelecido na apresentação do meu projeto de dissertação em sala de aula.

A professora Doutora Fabiele Stockmans que muito me ajudou dando algumas direções sobre a análise do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Certamente, sua ajuda significou um salto muito grande para a melhoria das análises.

Aos prodemáticos pela convivência, troca de experiências, durante os dois anos de mestrado. Em especial, Bruno Melo, Diana Gómez, Jéssica Azevedo, Maira Egito, Maíra Braga, Nara Côrrea, Sandra Mendes e Valcilene Rodrigues pela amizade, momentos de descontrações, companheirismo. Enfim, fomos sem sombras de dúvidas uma equipe cada um ajudando e torcendo pelo outro. Obrigada Pessoas! E vem mais por aí!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) por contribuírem para o meu enriquecimento acadêmico.

Deivide Soares pela disposição em elaborar um dos mapas da pesquisa.

Mário Jarbas que muito me ajudou com algumas indicações de referências sobre o Coque. E também, pela palavra sobre meu projeto de dissertação nos momentos iniciais que me fizeram repensar algumas questões, sendo determinantes para que ele ganhasse esse formato. Obrigada!

Anderson Alves pelas indicações de referência que muito me auxiliaram para a construção teórica desta dissertação.

Maria Réupi que mesmo sem me conhecer gentilmente se dispôs contribuir para este trabalho dando sua opinião sobre o projeto, por meio de sua vivência no Coque. Obrigada!

Agradeço ainda a Cleiton Barros, pela ajuda na pesquisa por meio de nossa conversa sobre o Coque e o projeto. Suas palavras me fizeram lembrar a frase de Saramago: “*Fisicamente habitamos um espaço, mas sentimentalmente somos habitados por uma memória*”. Memória essa que está presente nos moradores do Coque, mas infelizmente estar ausente no restante da cidade do Recife. Obrigada!

Ao Projeto da Orquestra Criança Cidadã, por abrir as portas para a realização da pesquisa. Em especial, Mariane (assessora de comunicação), Professor Aldir (coordenador pedagógico), Professora Daniela (pedagoga), Professora Janayna (teoria musical). Foi muito especial para mim cada ida ouvir melodias que me inspiravam sempre!

Aos integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã, pela disponibilidade em contribuir para a pesquisa. Os nomes de compositores clássicos que escolhi é uma singela homenagem e ao mesmo tempo mostra a minha gratidão porque sem vocês não haveria pesquisa: Maurice

Ravel, Antonio Vivaldi, Wolfgang Mozart, Franziska Lebrun, Clara Schuman; Frédéric Chopin, Antonín Dvořák, Franz Schubert, Richard Strauss, Igor Stravinsky, Johannes Brahms, que esses nomes sirvam também de inspiração para continuarem a tocar na alma das pessoas!

Aos ex-integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã, por contribuírem para a pesquisa seja através de telefone via Recife-Goiânia, *Messenger* do *Facebook*, *e-mail*, *whatsapp* ou pessoalmente. Os quais também atribuir nomes de compositores clássicos para homenageá-los e agradecer-los: Piort Tchaikovsky e Ludwing Bethoveen. Meninos, que vocês continuem por meio de seus instrumentos contra baixo e viola, respectivamente encontrar corações, levando emoções! Vocês têm a minha admiração e a minha eterna gratidão!

Rildo, Matuto e Ricardo do Ponto de Cultura do Coque pela disposição de conversar sobre o Coque.

Aos moradores do Coque que aceitaram o convite para participar do grupo focal ou em algumas conversas informais. Comunidade que vai muito além de como é representada, lá existe história, memória e identidade que tornam elementos de compreensão de um território pulsante.

Agradeço também a Emyli Souto por me ajudar com um teste piloto e também pelo apoio moral. Sucesso em sua pesquisa e qualquer coisa pode contar comigo!

Aos membros da Comunidade de Aprendizagem Interdisciplinar de Pesquisa Ação (CIAPA/2014), pelo compartilhar de experiências e diálogos sobre a produção social do habitar. Em especial, ao pessoal que trabalhou com o Coque: Cynthia, Karine, Marina, e Sven pelas nossas caminhadas e compartilhamentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE) pelo espaço, em especial, a secretária do programa Solange que eu aperrei muito durante esses dois anos.

A biblioteca Popular do Coque, espaço não apenas de leituras, mas de formação por abrir as portas para mim. Atuar na biblioteca significou me conhecer um pouco mais e me possibilitou a criação de vínculos que me fazem sempre mesmo que em pensamento estar presente lá.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Pós-Graduação.

[...] Teve uma vez que eu fui tocar em um casamento aí o cara me perguntou de onde eu era, e eu disse do Coque ele olhou com aquela cara para mim... Do Coque? Eu disse sim! aí o professor que me chamou disse qual o problema dele ser do Coque? Ele calou a boca. Muitas pessoas enxergam que todos que são da favela fossem marginal, ladrão, não enxergam que tem gente ali que quer mudar de vida, né? (DEPOIMENTO DE JONHANN STRAUSS, INTEGRANTE DO PROJETO).

Na verdade, toda vez, que o futuro seja considerado como um pré-dado, ora porque seja pura repetição mecânica do presente, só adverbialmente mudado, ora porque seja o que teria de ser, não há lugar para a utopia, portanto para o sonho, para a opção, para a decisão, para a espera na luta, somente como existe esperança. Não há lugar para a educação. Só para o adestramento (FREIRE, 1992, p.92).

RESUMO

Dentre os diferentes projetos sociais destinados a população de baixa renda emergem aqueles relacionados às práticas musicais sob a égide salvacionista da criminalidade, em especial a juvenil. Assim, visando discutir os projetos sociais de práticas musicais consideramos as características das cidades contemporâneas marcadas pelo capitalismo que promove um processo de produção desigual do espaço urbano. Tendo em vista a complexidade da temática abordada, apontamos a importância de um caminho metodológico interdisciplinar por meio de diferentes aportes de áreas de conhecimentos, que nos auxiliassem nas discussões e ao mesmo tempo possibilitasse alcançar novos rumos aos projetos sociais de práticas musicais em diferentes contextos. A coleta e análise dos dados foram feitas por meio de análise de discurso do projeto, aplicação de questionário, além de dados secundários e levantamento bibliográfico. Para isso, utilizamos do exemplo do projeto da Orquestra Criança Cidadã, que vem se consolidando ao longo dos anos no Cenário Recifense, Nacional e Internacional como um projeto de grande importância não apenas do ponto de vista cultural, mas no âmbito social. Tal projeto inclui em suas ações: canto coral, flauta doce, instrumentos de sopro, cordas e percussão, além de idiomas, alimentação, bolsas de estudos, intercâmbios e plano de saúde, sob a égide da construção da cidadania. No bojo dessa discussão estar a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Coque, lugar em que os integrantes do projeto moram, cuja análise é diferenciada desde sua gênese na compreensão do que é: comunidade/ favela ou população de baixa renda. Pois, diferentemente do que ocorre na maioria das favelas que, por vezes, associam-se à periferia, de algo às margens, o Coque está localizado na área central do Recife. Os moradores ao longo dos anos vêm lutando pelo direito à cidade do Recife, além de conviverem com o estigma de comunidade mais violenta, imagem construída muito em virtude da mídia. Pudemos identificar, a partir dos resultados da pesquisa, alguns benefícios do projeto para seus integrantes e ex-integrantes como: conhecimento, educação, maturidade, entre outros. Entretanto, alguns elementos pontuais remetem para a imagem do Coque enquanto lugar apenas de violência. Contudo, apesar do problema verificado, as experiências do projeto da Orquestra Criança Cidadã podem ser encaradas como positivas, na medida em que este sirva de referência para novas soluções e, ao mesmo tempo, indiquem novos horizontes e possibilidades na atuação do projeto.

Palavras Chaves: Espaço Urbano Desigual. Coque. Orquestra Criança Cidadã. Práticas Musicais, Jovens.

ABSTRACT

Among the different social projects aimed at the low-income population emerge those which are related to musical practices under the aegis Salvationist of the criminality, with the special look at the young people. In this way, with the view of discussing the social projects of musical practices, we consider the characteristics of contemporary cities marked by capitalism which promotes a process of an uneven production of the urban space. Thereby, considering the complexity of the topic given, we point out the importance of an interdisciplinary methodological framework by means of different contributions in the areas of knowledge, which may help in the deliberations as well as may enable to reach new routes to the social projects of musical practices in different contexts. The collection and data analysis were carried out by means of discourse analysis of the project, questionnaire application, secondary data and bibliographical survey as well. To do so, we took into account the example of the Boys' Citizen Child Orchestra project which has been consolidating along the years in Recife Scenery, National and International as a project of great importance not only from the point of Cultural view, but also in the social scope. This project includes in its actions: choir songs, sweet flute, string, wind and percussion instruments, besides idioms, food, scholarships, exchange programs, and healthcare plan under the auspices of a citizenship awareness. Within this discussion, it is the Special Zone of Social Interest (SZSI) Coque, place where the participants of the project live, whose analysis is differentiated since its genesis in the comprehension of what community/slums are, or low rate population. Unlike of what is happening in most slums that, sometimes, associate to the periphery, of something to the margins, Coque is located in a central area of Recife. The residents have been fighting along the years for the right to the city of Recife, besides of having lived with the stigma of the most violent community in Recife, that we can be seen through the media. From the results we could notice some benefits of the projects for its participants and ex-participants such as: awareness, education, maturity, among others. However, some isolated elements send to the image of Coque as being a place in which we can find only violence. Nevertheless, in spite of the problems having been verified, the experiences of the Citizen Child Orchestra project can be faced as positive, in as much as this problem comes as a reference for new solutions and, at the same time, could indicate new horizons and possibilities in this project development.

Key Words: Uneven Urban Space. Coque. Citizen Child Orchestra. Musical Practices. Young People.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 Localização do Coque | 21 |
| Figura 2 Zonas Especiais de Interesse Social | 31 |
| Figura 3 Localização do Projeto do Polo Jurídico..... | 34 |
| Figura 4 Reportagem Sobre a Construção do Shopping..... | 35 |
| Figura 5 Canal do Ibiporã no Coque | 38 |
| Figura 6 Localização e Distância do Quartel do Cabanga em Relação ao Coque..... | 55 |
| Figura 7 Constituição da ABBC..... | 59 |
| Figura 8 Unidades do Projeto | 62 |
| Figura 9 Concerto Rock..... | 69 |
| Figura 10 The Beat Beatles Concert..... | 70 |
| Figura 11 Apresentação da Alemanha..... | 71 |
| Figura 12 Projeto da Nova Sede..... | 81 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 Letra da Música “ Sangue no Cais”..... | 44 |
| Quadro 2 Letra da Música “ Quando o Dj Soltar” | 45 |
| Quadro 3 Quantidade e Especificações das Dependências do Projeto | 61 |
| Quadro 4 Os Recursos Humanos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 64 |
| Quadro 5 Níveis do Projeto..... | 67 |
| Quadro 6 Premiação do Projeto..... | 67 |
| Quadro 7 Empresas Parceiras e Patrocinadoras do Projeto..... | 75 |

LISTA DE SIGLAS

ABBC- Associação Beneficente Criança Cidadã

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBO- Classificação Brasileira de Ocupação

CDRU- Concessão Direito Real de Uso

CHESF- Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CJS- Centro de Justiça e Sociedade

CORE- Companhia de ópera do Recife

COMUL- Comissão de Legalidade e Posse de Terra

CPM- Conservatório Pernambucano de Música

D SUP- Depósito de Suprimentos

ESMAPE- Escola de Magistratura de Pernambuco

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FIEPE- Federação das indústrias do Estado de Pernambuco

LUOS- Lei de Uso e Ocupação do Solo

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

MPP- Ministério Público de Pernambuco

NEIMFA- Núcleo Educacional Irmãos Menores Francisco de Assis

ONG- Organização Não-Governamental

OP- Orçamento Participativo

OAB- Ordem dos Advogados Brasil

PREZEIS- Plano de Regularização de Zona Especial de Interesse Social

PRONAC- Programa Nacional de Incentivo à Cultura

RPA- Região Político Administrativo

SPU- Secretaria de Patrimônio da União

SESI- Serviço Social da Indústria

SDs- Sequências Discursivas

TJP- Tribunal de Justiça de Pernambuco

URB- Empresa de Urbanização do Recife

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

ZEIS- Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 PRIMEIRAS NOTAS | 17 |
| 2“ <i>PRESTISSÍMO</i> ”: A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO – O COQUE COMO CENÁRIO DESARMÔNICO DOS PADRÕES DE TRATAMENTO DADO AS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAIS | 24 |
| 2.1 Relação Ser Humano/Natureza: Uma Abordagem na Produção do Espaço Urbano no Capitalismo | 25 |
| 2.2 A Produção Fetichista do Espaço Urbano | 26 |
| 2.3 As Materializações Desiguais do Espaço Urbano Capitalista- Um Olhar Para o Coque | 27 |
| 2.3.1 Uma Abordagem em Relação á Violência de Resistência na Busca Pelo Direito à Cidade na ZEIS Coque..... | 30 |
| 2.3.2 Uma Reflexão Sobre a Representação do Coque Como Lugar violento..... | 40 |
| 3 A MELODIA DA INQUIETAÇÃO- AS “AFINAÇÕES” E “DESAFINAÇÕES” DOS PROJETOS SOCIAIS DE PRÁTICAS MUSICAIS | 42 |
| 3.1 As Práticas Musicais e o Espaço Urbano: Observando os Significados Musicais..... | 42 |
| 3.2 Os Projetos Sociais de Práticas Musicais Como Espaço de Educação Não-Formal...45 | |
| 3.2.1 Discutindo o Conceito de Exclusão/ Inclusão Social a Partir dos Projetos Sociais de Práticas Musicais..... | 46 |
| 3.2.3 “Não Sou Condenado a Ser Quem Você Quer...Mentir Para Mim Mesmo”- Uma Discussão em Torno da Concepção dos Projetos Sociais de Práticas Musicais Por Meio da Tríade Pobreza-Risco-Crime..... | 49 |
| 4“ PORQUE A METADE DE MIM É PLATEIA...A OUTRA METADE É CANÇÃO”- A ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ..... | 52 |
| 4.1 O Surgimento do Projeto da Orquestra Criança..... | 52 |
| 4.2 A Localização da Sede do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 54 |
| 4.3 A Gestão do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 58 |

| | |
|--|------------|
| 4.4 A Caracterização do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 61 |
| 4.4.1 A Infraestrutura do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 61 |
| 4.4.2 Os Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 63 |
| 4.4.3 Os Recursos Humanos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 64 |
| 4.4.4 A Metodologia do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 66 |
| 4.5 Algumas Apresentações do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 69 |
| 4.5.1 Concerto Rock..... | 69 |
| 4.5.2 <i>The Beatles Concert</i> | 70 |
| 4.5.3 <i>Word Orchest Kassel</i> | 71 |
| 5 “POLIFONIA”: Os Parceiros Do Projeto Da Orquestra Criança No “FRONT” DAS QUESTÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO..... | 73 |
| 5.1 Uma Discussão em Torno da Noção de Marketing Empresarial e Responsabilidade Social Por Meio Dos Parceiros do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 73 |
| 5.2 “Além do Arco-Íris”: Uma Leitura Crítica na Produção do Espaço Urbano, Por Meio De Um De Seus Promotores..... | 78 |
| 6 “MODERATTO”: ANÁLISE DO DISCURSO DO PROJETO DA ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ..... | 88 |
| 6.1” È Preciso Pronunciar Palavras Enquanto as Há, é Preciso Dizê-las Até Que Elas Me Encontrem”: Uma Breve Apresentação de Análise de Discurso..... | 88 |
| 6.2 “A Produção de Sentidos Enquanto Parte de Suas Vida [...] Enquanto Membros de Uma Sociedade”: Apresentando a Condição de Produção do Discurso..... | 90 |
| 6.3 “Não Há Discurso Sem Sujeito e Não Há Sujeito Sem Ideologia”: A Constituição do Corpus da Pesquisa..... | 92 |
| 6.4 “São Ditos, Permanecem Ditos e Estão Ainda Por Dizer”: As Análises do Discurso do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 94 |
| 6.4.1 A Constituição do Discurso do Projeto Sobre o Coque..... | 94 |
| 6.4.2 A Constituição do Discurso do Projeto Sobre a Salvação nas Práticas Musicais..... | 97 |
| 7 “STACCATO”: OS PRONUNCIAMENTOS DE ALGUNS INTEGRANTES E EX-INTEGRANTES SOBRE A CERCA DA PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DO PROJETO NA VIDA DELES E NA COMUNIDADE..... | 100 |

| | |
|--|------------|
| 7.1 Da Boa Receptividade ao “Balanço Positivo”, de Acordo Com a Opinião dos Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 102 |
| 7.2 “O Bairro e a Casa Ganha Relevância na Vida Das Pessoas- na Vida de Cada Um”: O Coque, Segundo os Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 105 |
| 7.3 “Replay”: O Balanço Positivo dos Impactos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã aos Ex-Integrantes..... | 110 |
| 7.4 O Coque na Vida dos Ex-Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 112 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 116 |
| REFERÊNCIAS..... | 121 |
| APÊNDICE A- Formulário de Pesquisa Para os Integrantes e ex-integrantes do Projeto..... | 131 |
| APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 134 |
| ANEXO A- Carta de Anuência do Projeto da Orquestra Criança Cidadã..... | 136 |
| ANEXO B- Grupo Focal no Coque (Fragmentação/Integração Socioespacial)..... | 137 |
| ANEXO C- Petição de Suspensão do Processo Licitatório do Edital de Concorrência n.011/2014..... | 140 |
| ANEXO D- Carta de Demanda Coletiva Pelo Direito à Moradia..... | 142 |

1 PRIMEIRAS NOTAS

Dentre os diferentes projetos sociais destinados à população de baixa renda emergem aqueles relacionados às práticas musicais sob a égide salvacionista da criminalidade, em especial a juvenil. Portanto, tendo como pressuposto as práticas musicais, dentre outros elementos, como um direito no contexto da cidadania, Guazina (2010) reforça a necessidade de se combater a instrumentalização das práticas musicais nos projetos sociais nessa perspectiva. Afinal, a cidadania precisa ser reclamada, exigida diante dos diferentes dispositivos institucionais (SANTOS, 2007).

É nesse cenário que esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o projeto da Orquestra Criança Cidadã¹, confrontando aspectos de sua implantação (justificativas) com os processos sociais, educativos, políticos e econômicos² advindos dessa implantação, utilizando como cenário a comunidade do Coque³.

O Coque está espacialmente localizado em uma posição privilegiada geograficamente, particularmente articulando bairros de elevada especulação imobiliária, bem como a margem de eixos naturais e artificiais de estimado valor paisagístico. Nesse sentido, a implantação e funcionamento desta então Orquestra Criança Cidadã, provocam reflexões sobre o atingimento dos propósitos que foram atribuídos, dentre eles, alguns foram trabalhados conforme os objetivos específicos a seguir:

- Recuperar a luz do planejamento urbano as intervenções urbanas realizadas no Coque, revelando os impactos na comunidade, com fins de mostrar o contexto urbano em que os integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã vivem.

¹ O projeto da Orquestra Criança Cidadã foi idealizado em 2005 pelo Magistrado João José da Rocha Targino. Entretanto, suas atividades só iniciaram em 2006. O projeto tem como objetivo inserir socialmente crianças e adolescentes que moram no Coque por meio da música com vistas à profissionalização (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013) (o mesmo será explicado com maiores detalhes no 4º capítulo desta dissertação).

² O aspecto econômico refere-se à questão empresarial com a parceria ou patrocínio de empresas em projetos sociais.

³ O Coque é considerado uma ilha (Ilha Joana Bezerra) localizada na Região Político Administrativo (RPA1) microrregião 1.2 e 1.3. Assim, como outras áreas consideradas pobres do Recife surgiu de ocupação irregular e devido a vários movimentos sociais o Coque passou a ser uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), contudo, a comunidade ainda continua tendo seus direitos desrespeitados, além de conviverem como o estigma da violência. (Iremos discutir de maneira mais detalhada no 2º capítulo desta dissertação).

- Identificar os patrocinadores e parceiros do projeto da Orquestra Criança Cidadã, buscando compreender os princípios, interesses e compromissos relativos à orquestra e a comunidade a ela vinculado.
- Apontar elementos portadores de cenários futuros, a partir da nova sede do projeto da Orquestra Criança Cidadã.
- Analisar as recorrências de efeitos de sentido no discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã.
- Identificar a percepção de alguns integrantes e ex-integrantes da Orquestra Criança Cidadã em relação aos impactos do referido projeto na vida deles e na comunidade.

Assim, o caminho percorrido para estudos sobre projetos sociais de práticas musicais que visem contribuir aos jovens moradores das favelas, devem passar pela problematização de suas práticas, mediante o contexto urbano em que seus integrantes estão inseridos. Utilizamos o termo práticas musicais e não música por compreendermos que “uma prática musical tem, em sua constituição, aspectos que transcendem a música em suas dimensões estruturais, fazendo dela, sobretudo, um corpo sonoro compartilhado” (QUEIROZ;FIGUEIRÊDO, 2006, p.76).

A compreensão das práticas musicais como alternativa de intervenção nas condições de vida de jovens moradores das favelas iniciaram na década de 1990 e ao longo dos anos houve um crescimento. Esse crescimento indica o reconhecimento das práticas musicais como maneira de superação dos problemas sociais (HIJIKI, 2006a); (GUAZINA, 2010). Hijiki (2006a), ainda destaca alguns objetivos desses projetos que vão desde da promoção de cidadania, até a ampliação do universo cultural.

É nesse contexto, que o projeto da Orquestra Criança Cidadã se insere no conjunto de vários outros projetos sociais de práticas musicais distribuídos nos Estados Brasileiros. Entre eles estão: Ação social pela Música (RJ), Instituto Bacarelli (SP), Instituto Ciranda (MT), Neojibá (BA), Orquestrando a Vida (RJ), Projeto Integração pela Música (RJ), Projeto Guri (SP), Meninos do Morumbi (SP), Vale Música (PA) (VIVA A MÚSICA, 2012).

Desse modo, a importância desta dissertação reside no reconhecimento das práticas musicais no desenvolvimento e na qualidade de vida, independente da condição social. Além disso, esta dissertação tem o intuito de problematizar as questões da cidade, ou seja, as formas do planejamento urbano, mostrando como tem sido o tratamento dado as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Mas, ela também se preocupa em discutir um projeto social para jovens moradores da ZEIS Coque. Ademais, acreditamos que esta dissertação

pode servir de debates, visando buscar novas direções de projetos educativos que atuem com jovens das favelas.

Diante desse contexto, optamos nesta dissertação pelo método dialético. Logo, buscar-se-á assim, analisar o projeto da Orquestra Criança Cidadã mediante a crítica da realidade e suas contradições (SPOSITO, 2004). Para tanto, adotamos um caminho metodológico interdisciplinar. Isto coerente ao que diz Luck (1994) com a necessidade de romper a visão fragmentada ao produzir um conhecimento, leva a busca de um trabalho interdisciplinar nas ciências. Pois, são nas práticas interdisciplinares que os pesquisadores são conduzidos a revelar suas potencialidades (FAZENDA, 1994).

No intuito de aproximar os teóricos e empíricos do objeto estudado a uma visão interdisciplinar foram abordadas diferentes áreas do conhecimento que ajudaram a alcançarmos os objetivos específicos. Para isso, utilizamos análise de discurso, baseada em Grigoletto (2005). Além disso, utilizamos aplicação de questionário com os integrantes e ex-integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã, e no intuito de proteger a identidade dos pesquisados e em coerência com a temática musical, optamos pelo empréstimo de nomes de compositores clássicos e atribuímos a cada um dos integrantes e ex-integrantes. Empregamos ainda para subsidiar a pesquisa grupo focal, conversas informais, pesquisa exploratória e observação.

Assim, dentre as diferentes aportes de áreas do conhecimento utilizamos as ciências geográficas por apresentar características interdisciplinares. Especialmente, consideramos o espaço urbano enquanto local da existência real da vida, da natureza, da sociedade (GOMES, 2007). Assim, devido as suas inter-relações uma das dimensões que pode ser analisada no urbano é a questão cultural e por esse intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos: econômicos, sociais e políticos (CÔRREA, 2011). Então, consideramos como espaço urbano para a construção desta dissertação o Coque.

Portanto, a leitura do Coque como recorte espacial na metrópole recifense, se realizou de forma dialógica com os aportes das diferentes áreas do conhecimento e a partir das grandes contribuições de intelectuais clássicos e contemporâneos, que redigiram e interpretaram a configuração do urbano na cidade do Recife. Assim, entendemos esse espaço do Recife como mais que nunca fragmentado e articulado. Recife, cidade que sobre qualquer análise temática revela seus fragmentos: vegetação, ilhas e também no social marcada por diferentes comunidades de baixa renda aqui caracterizada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

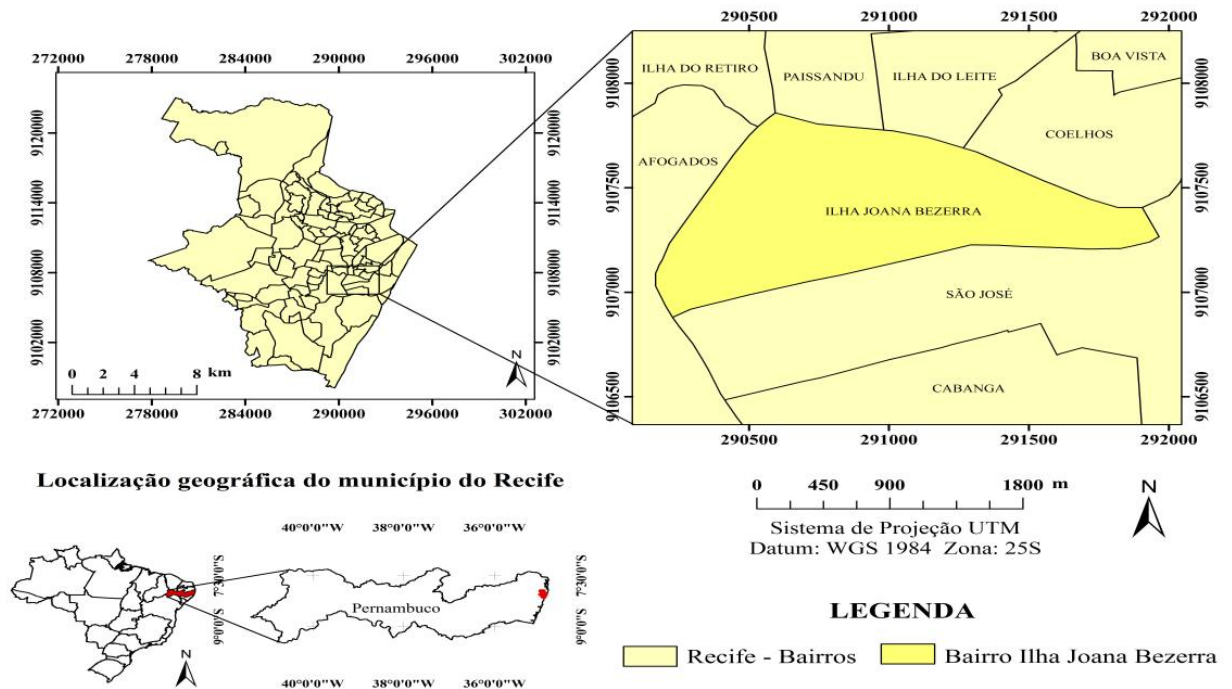
A cidade do Recife possui 94 bairros distribuídos em 6 Regiões Político Administrativo (RPA), cuja instituição tem por finalidade promover um melhor planejamento e administração aos bairros. Porém, a fragmentação socioespacial da cidade do Recife por meio da distribuição dos bairros em RPAs fica mais evidente, pois, a composição dos bairros revelam áreas nobres e áreas pobres que apresentam precariedade ou déficit habitacional.

Nesse sentido, como forma de proporcionar uma integração das áreas consideradas pobres, além de regularização fundiária e equipamentos urbanos foi instituída as ZEIS por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que são definidas como: “áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda surgida espontaneamente, existentes e consolidadas ou propostos pelo poder público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.” (Lei 14.511/83. Cap. II Art 17). Atualmente Recife tem 66 ZEIS, uma delas é o Coque.

Assim, privilegiamos o Recife por meio do Coque cuja análise é diferenciada desde sua gênese na compreensão do que é: comunidade/ favela ou população de baixa renda. Pois, diferentemente do que ocorre na maioria das favelas que por vezes associa-se a periferia, de algo as margens, o Coque já surge no centro articulando eixos: Leste/Oeste e Norte/Sul da Metrópole. Portanto, “na reprodução do espaço da metrópole, produz novas centralidades que surgem como nós articuladores de fluxos e lugares de acumulação [...]” (CARLOS, 2001, p.177). Portanto, por meio de uma releitura desse espaço em diferentes períodos da história já revela essa peculiaridade.

O Coque é considerado uma ilha (Ilha Joana Bezerra) localizada na Região Político Administrativo (RPA) 1 microrregião 1.2 e 1.3, como podemos verificar no conjunto de imagens que colaboram para identificar o Coque em suas distintas escalas na cidade do Recife. (Figura1):

Figura 1: Localização do Coque



Fonte: Arquivos Vetoriais do Estado de Pernambuco e do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recife, Mapeamento da Prefeitura do Recife. Imagem de Satélite, obtida pelo Instituto de Pesquisas Espaciais. Elaboração Ygor Moraes.

Essa centralidade torna o Coque um espaço de resistência onde se pode observar dois movimentos: O primeiro é o centrífugo no sentido de querer se apropriar dentro de um moto contínuo desde sua origem; o segundo movimento é o centrípeto na tentativa de defesa das pressões imobiliárias, pois, “a reprodução do espaço urbano faz do centro o nó e conserva duas forças interligadas e poderosas: aquelas do poder e riqueza e aquela da miséria” (CARLOS, 2001, p.177).

E nesse contexto de velocidades diferentes e ritmos dissonantes que se insere essa dissertação, buscando dar visibilidade às práticas utilizadas nas coxias e para além e para menos do que estar contido na partitura do projeto Orquestra Criança Cidadã. Portanto, para a concretização desta dissertação e deixa lá em consonância com o objeto estudado, ela encontra-se dividida em sete sessões que foram nomeados com termos ou algo relacionado as práticas musicais

A seção 1 intitulada “Primeiras Notas” faz uma apresentação da temática, importância do trabalho, os objetivos, e a metodologia.

A seção 2 de natureza teórica intitulada: “*Prestíssimo*”: A Produção Desigual do Espaço Urbano- O Coque Como Cenário Desarmônico dos Padrões de Tratamento Dado as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), faz uma discussão sobre o processo de produção do espaço urbano a partir da visão de mercadoria, apontando como consequências desse processo a produção desigual do espaço urbano. Ainda nesta seção, compreendemos como o governo vem tratando as ZEIS, utilizando como exemplo o Coque.

A seção 3 também teórica intitulada: “A Melodia da Inquietação”- “As Afinações” e “Desafinações” dos Projetos Sociais de Práticas Musicais” faz uma discussão das práticas musicais a partir de seus significados e ao mesmo tempo apontamos essas práticas como formas de sociabilidades. Nesta seção ainda, discutimos algumas questões que giram entorno dos projetos sociais de práticas musicais as questões de enriquecimento cultural e inclusão social, enfatizando a discussão do caráter salvacionista dos projetos sociais de práticas musicais, questão considerada chave para o trabalho.

A seção 4 intitulada “Porque Uma Parte de Mim é Plateia.... a Outra é Canção”: A Orquestra Criança Cidadã”, busca integrar descrição e discussão teórica, com fins de apresentar e ao mesmo tempo problematizar para o leitor o objeto estudado. Para isso, esta seção trouxe algumas dimensões como: a origem do projeto, a localização, a caracterização, a metodologia, os prêmios e algumas apresentações musicais.

Na seção 5 intitulada “Polifonia”: “Os Parceiros do Projeto da Orquestra Criança Cidadã No “Front” Das Questões Sociais No Capitalismo” faz uma primeira abordagem em torno das empresas parceiras do projeto a partir de uma noção de responsabilidade social. Nesta seção ainda, discutimos a questão da produção do espaço urbano por meio de um de seus produtores. Além disso, mostramos a necessidade de romper com a lógica capitalista em que os processos educativos se tornam uma forma de lucro.

Na seção 6 intitulada: “*Moderatto*”: “Análise do Discurso do Projeto da Orquestra Criança Cidadã”, tem a finalidade apresentar a materialização da linguagem, por meio do discurso,

em dois sentidos: a representação que o projeto faz do Coque e sobre as práticas musicais como salvação. Nesta seção ainda identificamos as formas de relação do projeto com o discurso.

Na seção7 intitulada “*Stacatto*”: Os Pronunciamentos de Alguns Integrantes e Ex-Integrantes Sobre a Percepção a Cerca dos Impactos do Projeto na Vida Deles e na Comunidade” . Portanto, nesta seção apresentaremos e discutiremos por meio das falas dos integrantes e ex-integrantes, mostrando os ganhos do projeto da Orquestra Criança Cidadã aos integrantes e ex-integrantes. Ainda nessa seção, buscamos saber a relação deles com o lugar que vivem ou viveram.

E por fim, as **Considerações Finais e Referências**

Neste momento, é preciso “ouvir” o que vem das “linhas do pentagrama” desta “sinfonia”, pois, atrás de cada instrumento tem um ser humano, cada nota tocada uma forma de dizer estou aqui. Por isso, é tempo de tornar os jovens moradores das favelas visíveis , além do palco do teatro e da sala de concerto, mas no palco da vida. Assim, para marcar os ritmos dissonantes iniciaremos a pesquisa com o empréstimo da palavra italiana *Prestíssimo* para representar a velocidade no processo de urbanização.

2 “PRESTÍSSIMO”⁴ : A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO – O COQUE COMO CENÁRIO DESARMÔNICO DOS PADRÕES DE TRATAMENTO DADO AS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Se o imperador Shun, em todas as suas andanças pelo reino, descobrisse que os instrumentos dos diferentes territórios estavam afinados de maneiras diferentes, chegaria à conclusão que já teria previsto, de que os territórios logo começariam a diferir uns dos outros (se já não tivessem começado) (TAME, 1984, p.16).

Este capítulo faz uma discussão sobre o processo de produção do espaço urbano a partir de uma visão de mercadológica e aponta como consequências desse processo a produção desigual do espaço urbano. Ainda nesta seção, compreendemos como o governo vem tratando as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), utilizando como exemplo o Coque. Para isso, não ficamos limitados nas discussões teóricas, mas utilizamos também dados secundários e de um grupo focal⁵ (ANEXO B). O grupo focal é um procedimento de coleta de dados que permite ao pesquisador observar as formas de atuação de um grupo e ao mesmo tempo escutar várias pessoas (KIND, 2004). Esse procedimento de coleta de dados foi realizado no dia 14 de junho de 2014 e foi realizado no Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA) localizado no Coque e foi intitulado de “Fragmentação/ Integração Socioespacial”.

O grupo focal contou com seis participantes, sendo três do sexo feminino e três do sexo masculino, todos moradores do Coque e de idades e ocupações diferenciadas, isso porque “O recrutamento dos participantes ocorre em função do grupo social a ser estudado, devendo abranger sua variabilidade (por exemplo, faixa etária, gênero e classe social)” (BORGES; SANTOS 2005, p.76). Desse modo, para preservar a identidade dos entrevistados utilizamos

⁴ *Prestíssimo* “É um termo em italiano que significa o mais rápido possível, os termos em italiano foram utilizados pelos compositores para designar o andamento da música” (BURROWS, 2013, p.21). A opção em utilizar esse termo neste capítulo teórico deveu-se ao fato que o processo de urbanização é muito acelerado.

⁵ Destacamos que esse instrumento de coleta de dados foi elaborado por outra pesquisadora para sua tese de doutorado. Nossa participação foi de colaboração junto com outra mestrandia fazendo os registros das observações decorrentes das falas dos entrevistados e registros fotográficos respectivamente. Os dados obtidos serviram para dar subsídio nas nossas discussões teóricas e também aparecem na tese e também na Dissertação das pesquisadoras.

de nomes fictícios. Além disso, aplicação desse instrumento nos permitiu saber se o Coque era um lugar para eles, se os moradores se sentem trancados isolados nesse lugar e /ou frequentam o resto da cidade e, por fim, se os equipamentos introduzidos vem modificando o seu lugar.

Assim, nos tópicos a seguir discutiremos questões em torno da abordagem histórica da produção do espaço urbano, as materializações desiguais no/do espaço urbano de Recife-PE por meio do Coque a partir do tratamento dado a essa ZEIS.

2.1 Relação Ser Humano/Natureza: Uma Abordagem na Produção do Espaço Urbano no Capitalismo

No livro *El Concepto de la Naturaleza en Marx*, Schimdt (1977) percebe a relação ser humano/ natureza por meio de um processo histórico. Portanto, esse entendimento leva a dimensão da existência de uma história natural e uma natureza histórica, que vão sendo modificadas a partir de seu processo histórico. Pois, antes essa relação era feita em forma de culto contemplativo e romântico de domingo, mas a modernidade científica em parceria com a indústria partiu com a visão naturalística de boa, pacífica e equilibrada (SCHIMDT, 1977).

Assim, com a era industrial, o ser humano pode ser visto como um escravo do tempo que torna como uma medida para a sua humanização (SCHIMDT, 1997). Em virtude disso, o ser humano passou a usar instrumentos que não foram criados por ele para produzir objetos desnecessários (SANTOS, 2007). Logo, por meio do seu trabalho o ser humano vai produzindo um espaço. Portanto,

[...] a relação do ser humano/natureza mediada pelo processo de trabalho produz um espaço que adquire, ao longo da história, uma dimensão social, do produzido socialmente de um determinado modo para suprir as necessidades específicas, visando objetos concretos. E o processo histórico que torna a natureza do meio de produção em um produto. O urbano, como produto e reprodução dos seres humanos é produto histórico ao mesmo tempo que é realidade presente e imediata (CARLOS, 2008, p. 85).

Nessa concepção de produção do espaço por meio do trabalho do ser humano, Santos (2004) percebe o espaço como um objeto de grande valor para a sociedade. Carlos (2011) ainda observa que as transformações sociais contribuem para as mudanças sofridas na cidade. Ademais, diante do capitalismo o espaço é reproduzido mediante os anseios capitalistas causando como consequência um espaço como produto (SPOSITTO, 1997).

Diante disso, percebemos que existem interesses capitalistas na maneira como nossas cidades são produzidas, tornando-a uma maneira de acumular capital (CASTILHO, 2011a). Portanto, “acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de apropriação capitalista” (HARVEY, 2005, p.40). No entanto, Santos (2007) observa que esse acúmulo de capital depende do processo de circulação, e estão situados nos espaços de produção. Todavia, vale ressaltar que o capital é:

Um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Os capitalistas são aqueles que põem esse processo em movimento assumem identidades muito diferentes. Os capitalistas financeiros se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em forma de juros (HARVEY, 2011, p.41).

Portanto, podemos observar nas cidades duas formas de acumulação do capital. A primeira faz referência às indústrias através das movimentações do dinheiro e das mercadorias por meio do trabalho, pois, “a força do trabalho é combinada com os meios de produção por um processo de trabalho ativo realizado sob a supervisão do capitalista” (CARLOS, 2008); (HARVEY, 2011, p.41). A segunda tem por fundamento o sistema compra e venda do espaço urbano, agregando a ele um valor de uso e de outro, aquele em virtude de sua localização e este pelo aumento do valor (CARLOS, 2008; 2011).

Assim, o espaço como produto dos anseios capitalistas vai sendo apresentado aos consumidores como objeto de sofisticação, sendo fator condicionante para a venda. Dessa maneira, no tópico a seguir iremos discutir sobre esse espaço urbano como um feitiço de mercadoria.

2.2 A Produção Fetichista do Espaço Urbano Capitalista

O ser humano faz a natureza diversa através dos objetos, e com isso, a natureza deixa de ser provedora das necessidades do ser humano e fica a serviço do mercado imobiliário (SANTOS, 2009); (VALENÇA, 2013). Entretanto, esse processo torna o espaço seu oponente porque ele se funda em um caráter desumano e alienante. Pois, os meios de comunicação estão sujeitos as classes mais abastardas que lançam as mercadorias aos seus compradores, e ao mesmo tempo torna o espaço urbano uma obra sedutora que escraviza os seres vivos.

(SANTOS, 2004); (GARCIA, 2006). Nesse sentido, Garcia (2006) ainda observa que a existência dessa obra de sedução circula em torno da belo e do bem elaborado e, por isso,

chama a atenção dos consumidores. Portanto, [...] “O aspecto sensível torna-se portador de uma função econômica: o sujeito e o objeto da fascinação economicamente funcional. Que domina as manifestações domina as pessoas fascinadas mediante o sentido” (HAUG, 1997, p. 27). Nesse caso a visão que promove esse fascínio ao comprador e assim o escraviza. Logo, “o discurso para vender essa mercadoria terra edificação, equipamentos e meios de consumo coletivo e área verdes é o de segurança e da qualidade intramuros” (RODRIGUES, 2013, p.148).

Desse modo, para que as pessoas sejam convencidas do novo “desenvolvimento” é utilizado à publicidade, no entanto, ela às vezes não consegue levar os seres humanos ao seu objetivo que é comprar. Então, são utilizados apelos por meios de esquemas que se convertem em processos brutais para alcançar o seu fim único: a construção dos projetos (HARVEY, 2011).

Todavia, grande parte desse processo de feitiço advém do setor privado em que o governo tem se comprometido em conseguir dinheiro através das obras. Logo, percebemos que os investimentos público tem por finalidade proporcionar benefícios e ao mesmo tempo torna privado o que é público (HARVEY, 2011). Assim, “o Estado tem transferido cada vez mais à iniciativa privada a condição dos processos de intervenção urbanística” (ALVAREZ, 2013, p.120). Diante dessa produção do espaço mercadoria de fetiche o espaço vai sendo materializado desigualmente.

2.3 As Materializações Desiguais do Espaço Urbano Capitalista- Um Olhar Para o Coque

O processo de produção do espaço no caráter mercadológico leva a desigualdade socioespacial do espaço urbano, aprofundando a separação entre as classes. Portanto, as cidades ao apresentarem características físicas espaciais maiores, terão seus territórios mais próximos, contudo, essa aproximação não quer dizer a presença de relações sociais (SANTOS, 2004). Esse fenômeno de desigualdade socioespacial e distanciamento social podem ser explicados por meio do acesso a terra para moradia favorecendo as divisões sociais, pois, o local, o tipo e o tamanho estão sujeitos a forma que os seres humanos se inserem nas obras materiais. Pois, aqueles que detém de melhores condições socioeconômicas residem nas melhores áreas da cidade (CARLOS, 2011); (CARLOS, 2008).

Diante disso, ter uma moradia digna não está condicionada ao tempo de construção, mas no fato de ter ou não condições para adquiri-la, e, por isso, aqueles que não são providas de condições suficientes encontram como única opção ocupar os mocambos e as favelas (SPOSITTO, 1997). Portanto, “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se

constrói e se reproduz de forma desigual e contraditório. Logo, a desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2011, p. 23). Dessa maneira, o espaço como produto capitalista tende a surgir de modo diferenciado e contraditório, porque:

[...] A cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas de vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes (CARLOS, 2011, p.23).

Desse modo, “ no plano da produção do espaço urbano, a segregação aparece como forma lógica da separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital, que hierarquiza e separa como forma positiva de diferenciação” (CARLOS, 2013, p. 97). Assim, esse processo de produção do espaço diferenciado tem a tendência de negação da cidade. Pois,

O sentido da cidade como reunião de todos os elementos definidores de vida humana e simultaneidade dos atos e atividades de sua realização, como possibilidade do uso dos espaços-tempos que compõem a vida, contém aquilo que a nega: a produção da segregação como separação e apartamento implicando uma prática social cindida com o ato de negação da cidade (CARLOS, 2013, p.100).

Sentir e viver a cidade é um desejo de todos aqueles que a percebem como um lugar de encontros, todavia, esse lugar de encontros pressupõe a utilização dos espaços públicos para as reuniões. Pois, uma cidade com essas características é cheia de vida, porque somos nós que habitamos a cidade, que damos movimento a ela. Por outro lado, o fechamento dos espaços públicos por meio de uma separação por condomínios fechados, não é apenas um caráter excludente, mas uma afirmação da lógica mercadológica.

Assim, devido ao uso diferenciado, o espaço urbano pode ser compreendido como um lugar de conflitos e sua resolução não é tarefa fácil devido aos vários interesses em questão. Portanto, é por meio das discussões dos conflitos causados pela diferenciação do espaço urbano, que verificamos as moradias precárias como denúncia da acumulação do capital (MARICATO, 2011). Logo, um dos lugares que podemos perceber essa produção desigual do espaço é Recife, que apresenta como característica ocupações inadequadas nos morros e áreas de mangue. No entanto, as intervenções públicas realizadas na cidade contribuíram para a expansão periférica (RECIFE, 2009).

Para Castilho (2011a) a produção do espaço urbano do Recife se alinha com a história

da cidade de lutas, em virtude da lógica das modernizações que reforçaram o contraste da cidade. Assim, um exemplo dessa luta foi a expulsão de 13 mil habitantes do Bairro do Recife para a reforma do Porto e as demolições dos sobrados em 1910, além da erradicação dos mocambos, culminando a criação da Liga Social Contra Mocambo (RECIFE, 2009).

Entretanto, além das demolições dos sobrados e erradicações dos mocambos, outras tentativas de expulsão ocorreram em outras comunidades em anos posteriores, no entanto, a resistência popular garantiu a permanência de muitas delas, principalmente nas áreas de grandes interesses econômicos, a exemplo de: Coelhos, Ilha Terezinha, Ilha do Céu, Ilha do Chié e o Coque (RECIFE, 2009); (CASTILHO, 2011b).

É nesse contexto, que traremos como exemplo de desigualdade socioespacial e resistência de permanência a comunidade do Coque. Pois, ao contrário de outros lugares, colocados como favelas/comunidades ou áreas pobres estarem situados em áreas periféricas da cidade, o Coque é compreendido como um lugar diferenciado, porque desde sua gênese localiza-se numa área central da cidade do Recife-PE. Essa compreensão pode ser percebida por meio dos relatos dos moradores obtidos pelo grupo focal. Os moradores relataram que sentem integrados a cidade do Recife-PE: “*A gente se sente, mas para a maioria que está de fora, só tem marginais*”⁶. Ou ainda, “*O Coque tem aquela assombração, em qualquer canto, a turma ainda faz isso, mesmo na faculdade*”. “*Quando você se apresenta do Coque, a turma se espanta*”⁷ [...].

Foi apontado também no grupo focal a questão do deslocamento dos moradores para outras áreas da cidade, como podemos verificar na fala: “*Eu saio porque vou para faculdade, comprar material*”⁸. Em relação à proximidade do Coque um morador fez a seguinte afirmação: “*É tudo perto, vai à praia de pé, se adoecer não tem dinheiro para a passagem bota no carro de mão, numa bicicleta vai para o pronto socorro, pra todo canto*”⁹. Foi apresentado também por um dos moradores algumas mudanças em relação à mobilidade no Coque como:

“É mais fácil, a mobilidade melhorou tem ônibus tem metrô, tem táxi, tem moto, tudo que a pessoa precisa para se locomover. Atravessa a ponte, tá na escola, outra ponte tá no hospital, Afogados, a praia, tudo próximo”¹⁰. No início as pessoas para sair daqui tinha que usar barco”¹¹.

⁶ Depoimento de Maria, 33 anos, Moradora do Coque.

⁷ Depoimento de Pedro, 24 anos, Morador do Coque.

⁸ Depoimento de Pedro, 24 anos, Morador do Coque.

⁹ Depoimento de Pedro, 24 anos, Moradores do Coque.

¹⁰ Depoimento de Pedro, 24, anos, Morador do Coque e Maria, 33 anos moradora do Coque.

¹¹ Depoimento de Júlia, 22 anos, Moradora do Coque.

Essas questões postas pelos moradores do Coque mostram que o espaço é fragmentado e articulado ao mesmo tempo. Portanto, “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade variável” (CÔRREA, 1995, p.7). O autor ainda observa que os entrelaçamentos espaciais nos diferentes formatos unem várias áreas das cidades (CÔRREA, 1995).

Embora, o Coque seja articulado a outras áreas da cidade do Recife, podemos percebê-lo ao mesmo tempo desintegrado, porque existiu uma demarcação simbólica ou uma barreira invisível no local fazendo com que pessoas de outras áreas do Recife não entrem no Coque. Por isso, tomamos nessa pesquisa o Coque como um gueto, que segundo Wacquant (2004), gueto é uma área delimitada que contém grupos específicos, com fins de isolamento. Além disso, “as prisões são guetos com muros, e os guetos são prisões sem muros. Diferem em si principalmente no método pelo qual seus internos são mantidos no lugar e impedidos de fugir” [...] (BAUMAM, 2003, p.109).

Podemos perceber que o Coque embora esteja localizado centralmente na cidade do Recife, muitos têm medo e percebem a comunidade como um lugar feio, mas não buscam saber toda a problemática urbana em que o Coque se insere e nem buscam colaborar para buscar melhorias para o lugar. Assim, iremos discutir no tópico a seguir sobre um dos problemas que o Coque enfrenta desde sua primeira ocupação a resistência à permanência.

2.3.1 Uma Abordagem em Relação à Violência de Resistência na Busca pelo Direito à Cidade na ZEIS Coque

O Coque desde sua gênese apresenta-se como um espaço de resistência na tentativa de se defender das pressões imobiliárias. Pois, de uma área que não tinha nada e que ninguém queria devida sua proximidade com o porto, as pessoas foram ocupando provocando um grande adensamento populacional. O grande adensamento do Coque e as articulações dos movimentos sociais realizados pelos moradores, levou ao governo por meio do Ministério da Fazenda firmar o contrato de aforamento com o Município que garantiu o repasse de 134 hectares de terra para a delimitação da Ilha Joana Bezerra (JUVINO *et al.* 2006). Raffestin (1988); Harvery (2011); Souza (2010) compreendem o processo de delimitação como uma forma de poder. Raffestin (1988) ainda observa que o processo de delimitação é estratégia organizacional de população.

Nesse contexto, em 1978 a União cedia as terras para o Município com a finalidade de regularização fundiária. Porém, os moradores ainda insatisfeitos ajudados pela Comissão de

Justiça e Paz mobilizaram-se para exigir a edificação de equipamentos urbanos na comunidade (JUVINO *et al.* 2006). Com as mobilizações dos moradores em torno de garantias e equipamentos urbanos no ano de 1983, o Coque passou a ser uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) por meio da Lei de Uso e Ocupação de Solo (LUOS) instituída pela lei 14.511/83 que divide a cidade em zonas (Preservação Ambiental, Especiais de Interesses Sociais, Industriais, Residenciais) (JUVINO *et al.* 2006). Atualmente a Cidade do Recife possui 66 ZEIS, uma delas é o Coque, como verificamos no mapa das Zonas Uso e Ocupação do Solo (Figura 2):

Figura 2 Zonas Especiais de Interesse Social



Fonte: Prefeitura do Recife, 2013.

O objetivo da ZEIS era formar um instrumento legal que possibilitasse melhorias, isto é, em teoria pretendia estabelecer uma integração na cidade por meio de um processo de melhorias da infraestrutura urbana, melhorando a qualidade de vida dos moradores (JUVINO *et al.* 2006). Todavia, as ZEIS não têm representado um eficiente instrumento na política do município, pois, observamos as mesmas como um espaço opaco (reserva) que ao se tornar atrativa ao mercado imobiliário tem se tornado um espaço luminoso. Esses termos podem ser definidos como:

Aqueles territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização são denominados territórios luminosos. Os espaços onde essas características estão afastadas são chamados de territórios opacos (SANTOS, 2009, p.194).

Portanto, esse espaço luminoso é bem nítido no Coque, pois, embora seja uma ZEIS e no plano jurídico determine a permanência dos moradores na área, em termos práticos, a presença dos moradores é percebida como “alguém que está de passagem” e não como aquele é o lugar de moradia deles de 20 ou 30 anos, possuindo valores de pertencimento e identidade com a terra a qual produziram. Por outro lado, reconhecemos que a presença das ZEIS é uma forma de luta pelo direito à moradia e sem ela os moradores dessas áreas que já nem são muito escutados não teriam nem voz e nem vez, se tornando mais vulneráveis.

Os movimentos sociais ainda estiveram presente na luta por uma gestão democrática, culminando com uma série de ações entre elas a criação no ano de 1987 do Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) instituída pela lei 14.947/87 (FERRAZ, 2009). Por outro lado, Maricato (2011) compreende que as lutas por marco jurídico devem existir, porém, essas lutas estão longe de possibilitar garantias reais.

O sistema PREZEIS possui duas instâncias deliberativas: Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL), responsável pela fiscalização dos planos de regularização fundiária e o Fórum do PREZEIS que apresenta característica representativa por meio da Comissão de Urbanização e Legalização Instalada (COMULs) definida como: “Espaços redacionais de caráter deliberativo no que se refere aos projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidas pelo poder legislativo municipal na respectiva Zona Especial de Interesse Social-ZEIS”(DECRETO LEI 16. 113/95 Art. 1º).

Porém, o sistema PREZEIS e suas instâncias deliberativas têm passado por um processo de desmobilização devido aos diferentes interesses existentes. Um exemplo dessa desmobilização foi a publicação do edital para a contratação de uma empresa de serviços

especializadas em arquitetura e urbanismo para a elaboração de um Plano de Reurbanização para o Coque, e seu entorno imediato. Porém, esse processo deveria ser discutido pelo PREZEIS, e, por isso, foi pedido a suspensão do edital (ANEXO C).

Apesar da legitimidade da permanência dos moradores por ser instituída ZEIS, o que vem ocorrendo desde suas primeiras ocupações é uma constante luta em torno da permanência e pelo direito à cidade do Recife que é:

O direito a cidade não pode conceber-se como um simples direito de visita ou retorno para as cidades tradicionais. Somente pode formular-se como direito à vida urbana, transformada e renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre no campo e o que subsiste da vida camponesa, desde que o urbano lugar do encontro, prioridade do valor de uso inscrito no espaço de um tempo, promovendo a categoria do bem supremo entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prática sensível (LEBFEVER¹² 1968, p.138, tradução nossa).

Portanto, ter o direito à cidade não é apenas retornar, por exemplo, a ágora de Atenas, lugar de grande importância para a produção do espaço urbano de Atenas na era clássica, com a manifestação de opinião pública estabelecendo assim, um princípio de cidadania e democracia. Mas, uma forma constante do direito à vida urbana. Então,

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização [...] (HARVEY, 2014, p.28).

Logo, “A existência da propriedade privada da riqueza apoiada numa sociedade de classes e a constituição do espaço como valor de troca geram a luta pelo direito à cidade” (CARLOS, 2013, p.94). Podemos perceber essa luta pelo direito à cidade dos moradores do Coque, em decorrência de alguns equipamentos urbanos construídos ou com ameaças de construção tomando o lugar como um território de constantes lutas. Um exemplo desta construção foi o Fórum Rodolfo Aureliano que não trouxe nenhum benefício para os moradores do Coque.

Contudo, como uma intervenção urbanística não vem só, pois, permitem o encadeamento de outras construções, o Fórum “puxou” a ameaça da construção do polo jurídico. O projeto

¹² El derecho a la ciudad no puede ser concebido como un simple derecho de visita, el retorno que hacia las ciudades tradicionales. Solo puede formularse como derecho a la vida urbana, transformada y renovada sin importar que el tejido urbano encerra en el campo y lo que subsiste la vida campesina, igual como lo urbano lugar de encuentro, prioridad del valor de uso inscrito en el espacio de un tiempo, promoviendo categoría del bien supremo entre los bienes, encuentra su base morfológica, su realización y práctica sensible.

permitia a construção de um complexo de serviços jurídicos em uma área de 217 m² e integraria esse polo os seguintes órgãos: Ministério Público de Pernambuco (MPP), e as novas sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública, Escola de Magistratura Estadual (ESMAPE), Fórum Criminal e um estacionamento para 4000 veículos. Como podemos verificar no projeto (Figura 3):

Figura 3-Projeto Polo Jurídico



Fonte: Coque Vive, 2013.

Para a construção do polo foi utilizado como justificativa a questão de emprego para os moradores do Coque, contudo,

Esse fórum foi uma obra que a comunidade não estava preparada militantemente para debater porque não era para ser aí, porque não trouxe benefícios. Quem trabalha aí? Se são três pessoas são muito! porque não colocou em outro lugar onde tem mais espaço, onde não tinha uma problemática habitacional tão forte.¹³

O projeto esbarrou numa doação de terreno ilegal pelo fato do Coque ser ZEIS, além da área ter sido votada pelos moradores no Orçamento Participativo (OP). Diante disso, os moradores mobilizaram-se contra a construção o que levou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a devolver o terreno aos moradores. Com isso, o governo do Estado em parceria com a prefeitura fez a doação da antiga sede do Jornal do Comércio para a OAB instalar sua sede.

¹³ Depoimento de Júlia, 22 anos, Moradora do Coque.

Na área onde hoje é o Fórum seria construído um Shopping que foi impedido devido às mobilizações dos moradores que na década de 1980 eram fortes. Essa ameaça de construção foi noticiada no Diário de Pernambuco como podemos verificar na figura 4:

Figura 4- Reportagem sobre a Construção do Shopping



Fonte: Coque Vive, 2013.

Essa construção do shopping dividiu opiniões. Pois, para alguns a construção iria proporcionar ao Coque respeito, afastar a criminalidade, tornando-o um grande bairro. Outras pessoas acreditavam na possibilidade de obter um emprego. Diante disso, podemos pensar no processo de divisão social do trabalho. Pois, “A força do trabalho é combinada com os meios de produção por um processo de trabalho ativo realizado sob a supervisão dos capitalistas” (HARVEY, 2011, p.41). O mesmo autor ainda fez a seguinte afirmação:

Sem a relação entre capital e trabalho, expressa por meio da compra e venda da força do trabalho, não poderia haver nem exploração, nem lucro e nem circulação de capital. [...] A relação de classe entre capital e trabalho é, indiscutivelmente, a relação social mais importante dentro da complexa tecedura da sociedade burguesa (HARVEY, 2005, p.129).

Desse modo, é preciso urgente construir um espaço humano, que permita unir os seres humanos pelo trabalho e não separa-los em classes, enfim, um espaço de caráter social. Por outro lado, é preciso reconhecer que para eliminar as desigualdades socioespaciais é necessário modificar os modelos de produção (SANTOS, 2004).

Outro projeto realizado no Coque foi à construção e ampliação do Terminal de Passageiros Joana Bezerra que integrou o projeto de mobilidade urbana devido à Copa do Mundo de Futebol. Essa questão levou a escrita de uma carta de demanda coletiva (Anexo D) realizada pela Rede Coque (R) Existe¹⁴ pela preservação do direito à moradia na ZEIS Coque. Um dos elementos mencionados na carta foi o fato de os moradores só ficarem sabendo do processo quando receberam a carta convocando-os para receber a indenização na Procuradoria Geral do Estado.

Portanto, a forma como o Estado tem atuado no Coque assume a lógica do passar por cima, como se o Coque fosse um lugar de passagem, ao contrário, é um local legítimo de moradia, mas que os moradores não têm espaço para solucionar em conjunto com os poderes públicos. Assim, concordamos com Ronilk (2009) ao afirmar que as articulações ou apelos judiciais atrasam ou contribuem para as remoções de forma menos traumática. Entretanto, o que vem acontecendo são ações sob sigilo (RONILK, 2009).

Esses espaços de negociação colocados por Rolnik (2009), são formas de possibilitar a gestão democrática das cidades, preconizada no Estatuto da Cidade lei 10.257/01, portanto, “Gestão Democrática por meio da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de Desenvolvimento urbano” (Art. 2ª parágrafo II). No entanto, é preciso atentar para:

Fala-se na construção de uma cidade democrática e livre. Para que isso ocorra é necessária uma pré-condição: a existência de homens livres. E a cidade não deve ser entendida como valor de troca e suas áreas mantidas como reservas de valor. Impõe pensar a cidade não enquanto materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital, mas de vida humana em sua plenitude [...] (CARLOS, 2011, p.89).

Nessa perspectiva, a utilização do termo “Desenvolvimento” mediante as forma de apropriação e de produção do espaço é errônea, porque desenvolvimento implica na utilização de fatores econômicos que possibilitem melhores condições e acesso à: Educação, Saúde, Habitação. Além disso, valores como identidade, memória de um lugar também devem ser considerados, além dos aspectos naturais. Portanto,

¹⁴ A Rede Coque (R) existe surgiu com a ideia de romper a visão que as pessoas têm do Coque como um lugar de violência, convidando os que não moram no Coque para passar o dia com várias atividades. Essas atividades ocorreram no dia 04/08/13 e ficou marcado como o dia de luta e resistência do Coque. As atividades foram repetidas no dia 03/08/14.

Um desenvolvimento autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na estreita do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento socioespacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social (SOUZA, 2013, p.101).

Assim, a forma de “desenvolvimento” baseada nos modelos econômicos não é um desenvolvimento, mas um crescimento urbano, modernização urbana ou outras denominações que remetam à economia. Portanto, essa ausência de liberdade nas tomadas de decisões pelos moradores põe em evidência a face do “desenvolvimento urbano” que oprime e fortalece a lógica capitalista. Logo,

Que utilidade pública tem fazer um projeto que as pessoas não têm direito. Utilidade Pública para grandes empresas de ônibus? Para melhorar porque vai ter uma copa? As pessoas vem de fora para ver? Ver o quê? Ver que as pessoas estão todas desabrigadas, porque o que eles estão oferecendo para a gente não dá para comprar uma casa. Então, o certo é, vai ter um projeto? vai! vai sair? vai! Vai precisar da área? Vamos! Então, vamos fazer um conjunto residencial decente. Nesse conjunto vamos fazer uma creche para as mães trabalhadoras, porque a maioria aqui é trabalhadora ¹⁵.

Dessa forma, percebemos que o termo “Utilidade Pública” tem sido usado como maneira de justificar vários projetos. Mas, em termos práticos o que seria essa utilidade pública? ou utilidade para quem? Da sociedade ou dos anseios capitalistas? Pois, na forma que está escrita possibilita margens para várias interpretações. Essas ações apontam que o problema não está na lei, mas na sua aplicação (MARICATO, 1996).

Outra obra que também acarretou algumas remoções foi a construção do canal do Ibiporã, votada pelos moradores no Orçamento Participativo (OP) que é um dos instrumentos da Política Urbana, pois, “Trata-se como o nome sugere pelo menos em uma situação ideal de delegar poder aos próprios cidadãos, para diretamente decidirem sobre o destino a ser dado aos investimentos públicos” (SOUZA, 2013, p.141). Por isso, “OP é um instrumento de gestão que existe pela luta histórica do movimento popular, não a conquista de um governo. Então, não pode ser compreendido como um instrumento de governo de operar a política” (FERRAZ, 2010, p.69). Apesar do OP existir mediante a luta dos moradores em torno de

¹⁵ Depoimento de uma moradora do Coque que integra o primeiro vídeo da série despejo#1 Coque realizada pela Rede Coque (R) Existe.

melhores condições de vida na consolidação das obras votadas, ele também podem significar uma contradição em relação a essa luta. Um exemplo disso é a obra do canal do Ibiporã, (figura 5):

Figura 5- Canal do Ibiporã



Fonte: Karine, 2014.

Embora a obra tenha sido votada pelos moradores no OP devido a necessidade não apenas no ponto de vista estético, mas principalmente para a saúde dos moradores, as remoções para a construção do canal não trouxeram indenizações significativas aos moradores. Pois,

Até porque a gente sabe que essa obra do canal é essencial, até porque está nessa situação. [...] a gente sabe que é preciso, mas não estão dando opção, uma indenização irrisória para a gente comprar um negócio, em sei lá... Limoeiro! como um vizinho meu morando aqui há 25 anos e que pegou R\$ 15.000 para ir morar em Limoeiro [...]. Eles fazem os projetos, mas você se vira. Eles não querem saber de raízes, quantos anos a gente viveu, não quer saber da família, entendeu?¹⁶

Diante disso, percebemos que as obras realizadas no Coque são realizadas, e os moradores que se virem na busca de outro local para morar sem pensar nas questões de valores e pertencimento com a terra. Ademais, os valores irrisórios dados nas indenizações podem levar a uma situação pior do que a anterior, um exemplo disso, é uma moradora que recebeu R\$ 4 mil reais de indenização, no entanto, com esse valor não se compra nenhuma casa, então, ela

¹⁶ Depoimento de Júlia, moradora do Coque, 22 anos.

foi morar em uma palafita em Areinha¹⁷. Por isso, no tratamento dessa questão percebemos que não são todas áreas pobres uma ZEIS e que ser ZEIS não é sinônimo de espaço justo (CASTILHO, 2011b). Por isso,

Eu sou contra esses projetos, tem que se formar uma lei que proíba, porque isso aqui, no mapa, tem uma nuvenzinha azul que diz que isso é uma área ZEIS, é uma área para interesse social, é uma área para pobres, uma área protegida que o governo tem que olhar de uma maneira especial pra gente, dizendo assim não, esse povo já é muito vulnerável então vamos tocar nele não, vamos proteger, vamos fazer mais leis que respaldam isso, que cuidam deles”, isso não acontece, é só a gente se unindo, se unificando mesmo para isso vir e valer a pena.¹⁸

Diante disso, percebemos que o Coque sofre uma violência de resistência, fruto da violência estruturante que divide os seres humanos em classes sociais e os oprime. Todavia, evitar as diferenças de renda criadas pelo processo produtivo supõe mudar sua própria lógica. Essa questão também está relacionada com as relações do ser humano/natureza e do ser humano consigo (SANTOS, 2004). Santos (2013), ainda observa que o problema da pobreza não está fundada no processo de integração da população com a estrutura opressiva, com a finalidade de parecer com ele, mas em transformar a estrutura para que cada indivíduo seja livre (SANTOS 2013).

Portanto, essa discussão mostra o quanto é conflitante e complexo o estudo da problemática urbana, e, por isso, deve ser compreendida em toda a sua conjuntura, visando a construção de uma cidade que tenha políticas públicas que possam superar e amenizar as injustiças socioespaciais. Enfim, deve ser uma cidade que não sirva de fetiche devido à face opressora do capitalismo, mas uma cidade de todos e para todos. Entretanto, não é apenas com a especulação imobiliária que os moradores do Coque sofrem, embora, a permanência seja legítima, Mas, pelo fato do resto da cidade perceber o Coque como um território apenas de violência, fato aguçado pela mídia.

¹⁷ “Dentro do Coque existe uma delimitação simbólica do lugar que advém de uma delimitação específica para cada área. Vila Localidade, Realeza e Areinha. Areinha é conhecida, na dimensão externa do bairro, na do observador que vem de fora, como “as palafitas do Coque” e está localizada as margens do Capibaribe” (FERRAZ, 2010, p.93). O nome Areinha é porque as ocupações ocorreram em cima da areia retirada do Rio pela Prefeitura (FERRAZ, 2010).

¹⁸ Depoimento de Júlia, 22 anos, moradora do Coque.

2.3.2 Uma Reflexão Sobre a Representação do Coque Como Um Lugar Violento

As favelas não podem ser compreendidas apenas por habitações desordenadas, porque ela possui características específicas, podendo ser compreendida como um cenário “ecológico”¹⁹, de acordo com seu relacionamento com a cidade (BURGOS, 2005). Contudo, a representação das favelas aparece com conotações negativas e com sinônimos de desordem (BURGOS, 2005). Os moradores das favelas por sua vez, são vistos como:

Imigrante pobre e semianalfabeta incapaz de integrar-se ao mercado de trabalho formal. Sob essas concepções, ela passou a ser compreendida, tanto no meio acadêmico, como na mídia, como equivalente a pobreza. [...] E o fato de o indivíduo ser identificado como favelado diante da sociedade desqualifica-o e representa nele certa vulnerabilidade, que o atinge não somente enquanto morador, mas como cidadão, em suas distintas facetas. [...] Associa-se também á má conduta, delinquência e pobreza. Portanto, a sociedade frequentemente atribui pré-julgamentos, que culminam na estigmatização, discriminação e exclusão social desses moradores. (OLIVEIRA, 2012, p.62-63).

Para Serrano (2006), os moradores das favelas não escolhem quem são porque sua identidade estão atreladas a estereótipos pautados em generalizações, como se não houvesse famílias de bem que merecessem apreço. Por isso, a favela é revelada para o resto da cidade por meio de sua face violenta, o que aprofunda a ideia de que são espaços de crueldade. Portanto, esse processo é feito de maneira pejorativa com representação que deprecia o território como um lugar de violência e precariedade habitacional (BURGOS, 2012).

Portanto, o Coque é um exemplo dessa representação negativa de violência onde assaltos, homicídios, tráficos de drogas imperam. Enfim, o Coque é colocado como um território onde tudo de ruim acontece. Nesse sentido, a mídia deu sua parcela de contribuição nessa representação do Coque que serviu para que as pessoas percebessem o Coque por sua violência (FREITAS; VALE-NETO, 2009). Portanto, é “a mídia, envolvida na geração e manutenção de estereótipos e preconceitos que estigmatizam as populações mais pobres” (MELLO, 2013 p.131). Assim, a mídia ao comunicar atos violentos faz um “espetáculo” ao falar de maneira espalhafatosa, sem promover um questionamento em torno das razões que conduzem a essas práticas (MELLO, 2013).

Nesse sentido, com a pretensão de fazer da violência do Coque notícia, a mídia acabou criando estigmas e desvalorizando a comunidade (FREITAS; VALE-NETO, 2009). Para

¹⁹ O termo está compreendido no sentido mais amplo que usual. Para melhor compreensão do termo ver Capra (2006)

Mello (2013), a mídia tem por função esclarecer os atos violentos e não contribuir para a criação de rótulos. Enfim, a mídia deveria esclarecer a violência nas relações sociais a partir da compreensão de diferentes olhares (MELLO, 2013). Portanto, os discursos da mídia sobre o Coque contribuíram para uma má representação, atribuindo à comunidade a violência como única prática (FREITAS; VALE-NETO, 2009). Assim,

O Coque tornou-se uma *persona non grata* não pelo desrespeito contínuo de seus direitos fundamentais, mas pela violência na qual foi envolvida, que pode representar uma ameaça ao restante da cidade. Apesar de seus mais de 40 mil habitantes viverem problemas graves de saneamento, moradia, meio-ambiente, educação, saúde, a cidade se alarma com a violência do bairro não questiona suas origens, mas legitima o discurso que na Ilha Joana Bezerra só tem bandido. Dessa forma, observamos um movimento contrário por parte da sociedade de forma geral, que é justamente somar mais violência (FREITAS, 2014, *et al.*, p.5).

Vasconcelos (2011), também direciona suas considerações nesse sentido ao afirmar que além da ausência de serviços básicos, o Coque também convive com o estigma, por isso, os seus moradores são vistos como pessoas perigosas e com isso, as pessoas de outras áreas do Recife tem medo de ir ao Coque (VASCONCELOS, 2011). Além disso, a proximidade do Coque com as áreas nobres conduzem a associação dos jovens do Coque com as práticas criminosas ocorridas nessas áreas (SILVA, 2011).

Assim, ao longo dos anos o Coque passou a ser palco do espetáculo midiático na forma de apresentar a violência. Essa má fama do Coque foi apontada na pesquisa de Freitas (2005) pelos moradores como um ciclo vicioso : “ Ninguém colabora porque a região é violenta, a comunidade é violenta porque ninguém contribui para a localidade” (FREITAS, 2005, p. 258). Por meio dessas discussões percebemos a associação do Coque às práticas criminosas. Entretanto, a noção de violência apenas representada por meio de crime, tráfico, assalto, configura-se como um olhar fragmentado de entender a violência nas relações sociais.

Apesar de existir outras formas de violência na comunidade é a violência de delinquência que é institucionalizada, inclusive, ela tem sido justificativa para a criação de alguns projetos sociais de práticas musicais, colocados como uma forma de enfrentamento da violência nas favelas. Portanto, eles são visto como uma forma de segurança pública. Assim, discutiremos essa questão no capítulo a seguir.

3 “A MELODIA DA INQUIETAÇÃO²⁰” – “AS AFINAÇÕES” E “DESAFINAÇÕES” DOS PROJETOS SOCIAIS DE PRÁTICAS MUSICAIS

Não Existe algo como música abstrata; existe música boa e música ruim. Se for boa, significa alguma coisa (BURROWS, 2013, p.226).

Este capítulo discute projetos sociais de práticas musicais para jovens moradores de favelas. Assim, abordamos a atuação dos projetos sociais de práticas musicais a partir da ampliação do universo cultural, inclusão social, com ênfase na instrumentalização das práticas musicais como forma de segurança pública. Entretanto, em virtude da grande complexidade desses projetos, por envolverem diferentes sujeitos e estarem relacionados a contextos urbanos diferenciados não iremos generalizar a instrumentalização das práticas musicais. Portanto, a abordagem aqui sobre essa questão está no fato do objeto de pesquisa apresentar essa característica.

3.1 As Práticas Musicais e o Espaço Urbano: Entre as Significações e o Sociocultural

A música pode ser considerada uma maneira rica e significativa que o ser humano expressa, suas vivências, crenças, integrando valores e sentidos do cotidiano, então, ela pode ser compreendida como um fenômeno sociocultural (QUEIROZ; FIGUEIRÊDO, 2006). É nesse sentido, que “fazer música é um tipo especial de ação social que pode ter consequências importantes para outros tipos de ações sociais” (BLACKING, 1995b, p.223).

Desse modo, pela música ser realizada por seres humanos que organizam o trabalho acústico, de acordo com seus padrões e relações sociais, utilizamos aqui o termo práticas musicais, que pode ser compreendida como:

Uma prática musical tem, em sua constituição, aspectos que transcendem a música em suas dimensões estruturais, fazendo dela, sobretudo, um corpo sonoro que congrega aspectos compartilhados pelos seus praticantes nas

²⁰ A melodia: Sucessão de sons. A afinação: Ajuste no tom de uma nota em relação à outra. Desafinação: Perder a afinação (Dicionário Michaelis *on line*. Disponível em: Michaelis.uol.com.br). A opção por esses termos musicais neste capítulo por consideramos a importância das práticas musicais nos projetos sociais é necessário ultrapassar algumas limitações.

distintas experiências culturais que compartilham em seus sistemas sociais (QUEIROZ, FIGUEIRÊDO, 2006, p.76).

Essa ótica evidencia que os jovens convivem com as distintas transformações da sociedade e por meio delas representam a si e aos outros, mediante as relações sociais em diferentes espaços de socialização (SOUZA, 2004). Portanto,

A compreensão das práticas sociais e suas interações com a cidade, o lugar, com o espaço do viver do habitar, do uso, do consumo e do lazer, enquanto situações vividas, são importantes referências para analisar como vivenciam, experimentam e assimilam a música e a compreender de algum modo. Pois, é no lugar, sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais e culturais, que elaboraram suas representações, tecem sua identidade como sujeitos socioculturais nas diferentes condições de ser social, para a qual a música em muito contribui (SOUZA, 2004, p.10).

Por isso, os distintos gêneros musicais tem promovido significados na vida dos jovens, que buscam nas práticas musicais, antes de tudo, se apresentarem como seres sociais. Assim, eles vão ocupando um lugar no meio em que vivem, e, por isso, é preciso pensar as práticas musicais como agente de mobilização (SOUZA, 2004). Assim, é preciso “compreender que as práticas sociais [estabelecidas pelas práticas musicais] interagem com a cidade, o lugar como espaço do viver, habitar, do uso, do consumo e do lazer, enquanto situações vividas [...]” (SOUZA, 2004, p.4).

Por outro lado, muitos relacionam o gosto musical a partir de um lugar ou de uma identidade. Portanto, “esse pensamento e crença estão tão proximamente ligados à música, e tão aceitáveis pelos membros da sociedade, que a música adquiriu um significado em um nível satisfatório” (GREEN, 1997, p. 29). Desse modo, dois dos gêneros bastante julgados quando o assunto são as práticas musicais são o rap e o funk. No entanto, “cada jovem rappers, funkeiros encontram em um determinado grupo social, mas não se reduzem a esse vínculo e ao que pode ser pensado a partir da posição desse grupo em um espaço social” (SOUZA, 2004, p.121). Assim,

[...] A estrutura das letras, a fidelidade ao território a explicação de uma temática social são elementos identificadores do rap em qualquer lugar, seja no Brasil ou EUA. Ao mesmo tempo o conteúdo político tende a refletir o lugar social concreto onde cada jovem se situa e a forma como elabora suas vivências sua postura de denúncia das condições em que vive: a violência, as drogas, o crime a falta de perspectiva quando sobreviver é o fio da navalha. Mas também, cantam a amizade, o espaço onde moram e o desejo de um mundo perfeito (SOUZA, 2004, p.128).

Portanto, ao problematizar a realidade deles por meio de suas letras, eles podem ser considerados como vozes da favela (SOUZA, 2004). Podemos verificar essa questão através da letra da música “sangue no cais” do rapper Crioulo que, embora, não seja jovem, será citado porque sua música é o retrato da realidade de Recife, que querem impor:

Quadro 1- Letra da Música “Sangue do Cais”

A lama que trama a fama dos cartões postais
 O drama que banca a fome desses animais
 O novo pro velho Recife e
 Seus ancestrais corais que se quebram e choram à beira do cais
 Doze torres no cais, doze torres a mais
 Erro dos estatais, o sangue jorra no cais
 A lama, drama, a fama dos cartões portais
 O drama que banca a fome desses animais.
 O novo pro velho Recife e seus ancestrais
 Corais que se quebram e choram a beira do cais
 A lama, drama....

Fonte: Ocupe Estelita, 2014.

Assim, os aspectos culturais no/do espaço urbano constituem elementos singulares nas representações de suas paisagens. Por isso, na música “sangue do cais” identificamos uma denúncia característica do gênero através da forma de planejamento urbano imposta a cidade do Recife. O funk por sua vez, diferencia-se do rap por apresentar ritmos mais marcados e com arranjos agressivos, tendo um papel de animar os bailes. Além disso, esse gênero sofreu um processo de comercialização com a revolução de sua base cultural (SOUZA, 2004). Seus temas expressam:

Aspectos da vivência juvenil, não deixam de ser uma forma de refletirem sobre si mesmos [além de] resgatarem o prazer e o humor que são negados e um cotidiano permeado pela lógica instrumental dominante o que é coerente com o sentido que atribuem a si mesmos como Mcs serem os mensageiros da alegria, promovendo a agitação da galera (SOUZA, 2004, p.131).

Diante disso, “sujeitos se apropriam do social, de seus valores, de suas normas e de seus papéis, a partir de determinada posição e da representação das grandes necessidades e interesses” [...] (SOUZA, 2004). Dessa forma, podemos ver essa questão no seguinte funk:

Quadro 2- Letra da Música “Quando o Dj Soltar”

Quando o Dj soltar essa batida funk no teu coração
 Quando ouvir cantar nas rádios e nas televisões (2x)
 Oi vem falar que é nós
 Do Recife para o mundo a gente solta a voz
 Eu canto pra alegrar e os males espantar
 E Sempre te direi
 que dentro das favelas o meu funk eu cantei
 e geral vibrou sempre que assistiu meu show
 Eu agradeço a Deus
 Pela família linda o dom que ele me deu
 Meu som toca corações de várias gerações
 Quando o Dj soltar essa batida funk no teu coração
 Quando ouvir cantar nas rádios e na televisão

Fonte: letrasmus, 2014.

Assim, por meio desse funk podemos verificar que “é no lugar, em sua simultaneamente e multiplicidade de espaços e culturais, que estabelecem práticas sociais [...] que tecem suas identidades como sujeitos socioculturais nas diferentes condições de ser social” [...] (SOUZA, 2004, p.10). Portanto, é nesse contexto que é importante pensar sobre os projetos sociais de práticas musicais como uma educação não-formal que possa levar em consideração as experiências socioculturais, visando promover efetivamente ampliação cultural, no âmbito de qualquer prática musical.

3.2 Os projetos Sociais de Práticas Musicais Como Espaço da Educação Não-Formal

A presença dos projetos sociais de práticas musicais pode ser justificado porque “a música tem sido, por suas características de ser linguagem universal e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço do desenvolvimento da Educação não-formal” (GONH, 2003, p.10). Nesse sentido, a educação não-formal pode ser compreendida como:

A educação não-formal não deve ser vista, em hipótese alguma como algum tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar. Ela não deve ser definida pelo o que não é- um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. Esta formação envolve aprendizagens tanto da ordem subjetiva-relativa ao plano emocional cognitivo das pessoas, como aprendizagens de habilidades corporais, técnicas, manuais etc., que os capacitam para o desenvolvimento de uma atividade de criação, resultando em um produto como fruto do trabalho realizado (GONH, 2009, p. 32-33).

Gadotti (2005) ainda observa algumas características em relação a educação não-formal:

A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (p. 2).

Os programas de educação não formal por meio das práticas musicais se colocam como maneira de ampliar o universo cultural dos jovens das favelas (HIJIKI, 2006a). Pois, as distintas formas de práticas musicais que geram processos de sociabilidades realizados pelos jovens das favelas estão na maioria das vezes relacionados a uma “boa” e uma “má” música, estando a última relacionada com o contexto urbano (GUAZINA, 2010).

Vale ressaltar que existem projetos de práticas musicais que lutam em preservar as identidades territoriais. Até porque os diferentes gêneros musicais podem não apresentar diferenças, pois, “o que não diz nada a alguém pode muito dizer a outrem, não graças a qualquer qualidade absoluta na música em si, mas graças ao que a música veio significar para ele” (BLACKING, 1976).

Em virtude disso, é necessário que os projetos sociais de práticas musicais levem em consideração que seus integrantes não são “zerados” musicalmente, porque: [...] “os alunos não são iguais constroem-se nas vivências e nas experiências sociais em diferentes lugares, em casa, na igreja, nos bairros, escolas, são construídos como sujeito diferentes, no seu tempo-espaço” (SOUZA, 2004, p.10). Por isso, as práticas musicais não devem ser pautadas apenas sob as formas de padrões estéticos culturalmente mais aceitáveis, portanto, não devem apenas apresentar fundamentadas nos valores estéticos. Portanto, é preciso primeiro ver esses programas como uma educação não formal. E aos professores que venha sempre o reconhecimento que ao educar eles também são educados. E por fim, as práticas musicais não devem servir de apelo social, pautados em modelos de exclusão social.

3.2.1 Discutindo o Conceito de Exclusão/Inclusão Social a Partir dos Projetos Sociais de Práticas Musicais

Ao pensar em exclusão social, vem logo na cabeça a ideia de uma resultante da produção desigual do espaço urbano. Assim, diante de vários projetos sociais existentes, emergem aqueles relacionados às práticas musicais com fins de possibilitar melhoria na qualidade de vida de jovens moradores das favelas considerados excluídos. Os projetos sociais de práticas

musicais têm sido colocados como uma maneira de possibilitar oportunidades de vida e com finalidade de modificação da realidade social dos jovens das favelas (GUAZINA, 2010). Essa questão foi identificada na pesquisa de Guazina (2011b), por meio da afirmação de um dos professores:

[...] O filho do rico complementa a sua vida escolar com o curso de inglês, com o curso de música, com a escola de dança. Então, o filho do pobre também tem que ter isso. Ele passa a ter acesso através dos projetos sociais. Então, não adianta se a escola que ele estuda é uma bomba [...]. Então, o filho do rico tem algo e esse algo é complementado com outros algos: a música etc. *O filho do pobre, tem nada, e as ações vão complementar o nada ou quase nada. Então, não adianta.* Por que eu participo de um projeto que desenvolve uma ação com a música? Porque sou músico [...]. O que é transformação social? É qualidade de oferta de serviços: saúde, educação etc (p. 157).

Nesse sentido, para o professor ter acesso ao projeto de práticas musicais não adianta se a educação formal for precária. Portanto, a transformação social viria pelo acesso de um conjunto de serviços integrantes de um direito, entre eles, as práticas musicais para os jovens (GUAZINA, 2011b). O Próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituída pela Lei 8.069/99 preconiza essa questão de direito ao determinar que: “a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Cap I Art. 71).

Em virtude disso, esses projetos não devem ser assistencialista algo recorrente em nosso País, mas uma garantia de direitos. Isso porque o ensino da música dos diversos tipos de práticas musicais é direito de todos (GUAZINA, 2011a). Por outro lado, o assistencialismo vai contra os direitos haja vista que esse processo cultiva o problema social sob a aparência de ajuda (DEMO, 2012). Demo (2012), ainda faz a diferenciação entre assistencialismo e assistência. Pois, enquanto aquele promove a manutenção das desigualdades sociais, a assistência corresponde um direito humano. Por outro lado, a necessidade da assistência implica na ausência de um direito. Por isso, não deveria acontecer nenhum dos dois (DEMO, 2012).

É por meio dessa ótica que muitos discutem a exclusão social, ou seja, pela ausência de oportunidades daqueles que moram nas favelas. Entretanto, ao falar em exclusão social, vem logo na cabeça a ideia de inclusão social, o que toma os dois termos como dialéticos. Além disso, ele não se limita a um processo econômico. (SAWAIA, 2013).

Para Wanderley (2013), ser pobre não significa ser excluído, apenas pode conduzir a esse fenômeno. Ainda segundo o autor a exclusão social não tem base na renda, mas pelo acesso

a serviços públicos. Todavia, Martins (2008) repudia o termo exclusão social por considerá-lo conservador, pois, não discute as incoerências apenas trata como algo lastimável. Em virtude disso, não há crítica e nem questionamento sobre a desigualdade (MARTINS, 2008). Portanto, os discursos recorrentes sobre exclusão social advém dos integrantes do sistema econômico (MARTINS, 2008). É nesse sentido que Martins (1997) afirma que:

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio desta lógica de exclusão a *inclusão*. A sociedade capitalista, desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (p.32, grifo do autor).

Martins (2008) ainda toma o conceito como conformista ao afirmar que:

Torna os integrados na sociedade de consumo como alguém privilegiado, e por isso, poderiam definir o destino das vítimas extrema dessa mesma sociedade. *Isso porque a preocupação com o que fazem com os excluídos pressupõe que os próprios excluídos não sabem o que fazer consigo mesmos*. Portanto, essa denominação exclusão não conecta o destino de quem a usa ao destino de quem ela designa. Ao contraditório, separa-os (p.40, grifo nosso).

Diante disso, a maioria dos projetos sociais utilizam as práticas musicais como uma forma de inclusão social e ao mesmo tempo decide o destino dos jovens participantes, ou seja, o destino deles seria ser músicos. Vale ressaltar que não estamos menosprezando o músico, criticamos a falta de liberdade de escolha. Enfim, é a percepção dos jovens das favelas como alguém que sempre estar à espera de algo e não que eles mesmos podem ser protagonistas de sua própria história seja com as práticas musicais ou em outra profissão.

Além disso, Hijiki (2006b) percebe nas práticas musicais uma maneira de contribuir na construção da imagem positiva dos que participam, por estarem dividindo com outras pessoas o que aprenderam obtendo assim, reconhecimento. Contudo, a autora ainda observa que essa imagem não deve ser desconsiderada antes do projeto (HIJIKI, 2006b).

O campo os projetos sociais de práticas musicais tem sido um espaço para os educadores musicais, mas ao mesmo tempo discutimos essa inserção como fundamento do salvacionismo do tráfico, na ocupação de tempo livre (MULLER, 2004). Como já dissemos não iremos generalizar essa questão porque ele envolve diferentes e complexos contextos, apenas estamos mencionamos porque nosso objeto de estudo possui essa característica.

3.2.2 “Não Sou Condenado a Ser Quem Você Quer...Mentir Para Mim Mesmo²¹”: Uma Discussão em Torno da Concepção dos Projetos Sociais de Práticas Musicais Por Meio da Tríade Pobreza-Risco-Crime

A presença dos projetos sociais como forma salvacionista do crime pode ser encontrada, por exemplo, no estudo de Araújo (2006), que problematiza as distintas práticas como: capoeira, música teatro, esporte, que são na maioria das vezes utilizados seguindo o provérbio “prevenir é melhor que remediar” com fins de afastar os jovens das práticas ilícitas. Portanto, para o autor essas práticas têm sido alternativas de ocupar o tempo livre dos jovens das favelas.

Então, o tempo livre desses jovens é colocado como perigoso, e, por isso, dar a eles o que fazer é algo essencial, os tornando “potencialmente criminosos” ou vistos como “tão coitados” (ARAÚJO, 2006). Hijiki (2006b) concebe suas discussões no mesmo sentido de Araújo (2006) ao afirmar que o tempo livre, é tempo “ocioso” ou perigoso. Portanto, esse não fazer nada “une” crianças e jovens separados pela desigualdade social (HIJIKI, 2006b). Logo, é preciso “reagir contra a domesticação do tempo, que transforma o futuro num pré-dado, que já se conhece o futuro afinal como algo inexorável, como algo que será porque será” [...] (FREIRE, 2014, p.23).

Ainda sobre a questão do tempo livre dos jovens Hijiki (2006a) destaca que:

[...] No espaço urbano, as formas de sociabilidade passam por mudanças radicais. A rua- outrora espaço de brincadeira, do encontro, dos vizinhos – é associada agora ao perigo. Deve-se evitar “deixar as crianças na rua”. O tempo ocioso, outrora sinal diacrítico da infância- que tem o tempo do estudo e da brincadeira, que é lembrada nostalgicamente pelo adulto [...] é visto agora como “tempo perigoso”: quando não se tem o que fazer, “ se aprende besteira”, “ fica-se sujeito às más influências da rua”. O tempo livre, antes tão valorizado, é agora tempo a ser ocupado (p.16).

A rua outrora onde verificávamos as práticas sociais realizadas em formas de brincadeiras promovendo um processo de socialização, agora são evitadas devido à mudança de percepção da rua para brincar, para rua como um lugar para promoção de práticas ilegais. Portanto, na pesquisa de Hijiki (2006b) foi identificado essa concepção de evitar deixar as crianças nas ruas por meio do ensino musical pelo projeto Guri em São Paulo: *“os que não estão aqui dentro, quando não estão nas atividades, estão na rua. Então, você está tirando da rua*

²¹ Letra de uma música da banda matéria bruta da qual alguns integrantes do Movimento Arrebatando Barreiras Invisíveis (MABI) fazem parte.

através da música” (Ana Laís Parro dos Santos, coordenadora do pólo POF Morumbi do Projeto Guri. Grifo nosso).

Essa percepção de evitar as práticas criminosas por meio desses projetos de práticas musicais também é apresentada nos meios de comunicação como nos mostra a matéria intitulada: “*Música muda futuro de jovens- carentes- projeto ensinam sete mil jovens a tocar instrumento e levam esperança de vida nova*”, publicada pelo jornal carioca o dia *on line*, de 26/07/2009. A reportagem afirma que nas favelas cariocas “*um melodioso exército de jovens vem fazendo da música sua arma contra a violência. Eles usam instrumentos como violinos, flautas, trompetes e contrabaixos para substituir os sons dos fuzis e metralhadoras por notas musicais*” (JORNAL, O DIA *ON LINE*, 2009).

Nessa perspectiva, podemos perceber a relação dos projetos para a juventude a uma imagem perigosa das comunidades (ARAÚJO, *et al.* 2006). Essa representação das comunidades pela mídia de perigo contribui a construção de rótulos: carentes, favelados, criminosos, viciados, bandidos. Entretanto, ao invés de promover esses rótulos deveriam esclarecer as origens sociais, culturais, políticas e econômicas que estão por trás da violência (MELLO, 2013).

Desse modo, ao trazer a ideia de que os jovens precisam ter seu tempo ocupado com fins de evitar que futuramente eles se envolvam com o crime, estabelece com isso uma virtualidade no percurso social deles (GUAZINA, 2010). Assim, Guazina (2011a) combate a ideia de instrumentalização das práticas musicais, mas compreende-a como maneira de conscientizar o lugar que os jovens ocupam enquanto sujeitos. Então, partindo dessa ideia, o combate à ação salvacionista desses projetos deve partir da compreensão que: “uma sociedade é feita por sujeitos capazes e não por objetos de cuidados” (DEMO, p.2012, p.23).

Por isso, é necessário problematizar e ultrapassar o que define “risco e crime” ou essa necessidade de salvamento dos jovens. Ao contrário, é preciso reconhecer que as camadas populares pertencem ao campo social garantindo assim, seus direitos e vencendo os estigmas (SANTOS, 2005). Desse modo, o percurso social dos jovens das favelas passou a ser virtual, pois, os jovens são associados como bandidos em potencial. Por isso, precisariam ter o seu tempo ocupado (SILVA, 2005).

Esse percurso social trazido por Silva (2005), nos aproxima das concepções de Goffman (2013, p.12), ao dizer que “existe uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real de um indivíduo. Sendo que a identidade social virtual ao ser manifestada acaba estragando a identidade social real” (GOFFMAN, 2013, p.12). Assim, o controle das virtualidades influenciam na maneira de perceber a pobreza. E ao mesmo tempo,

contribuem na relação entre pobreza e periculosidade (COIMBRA; NASCIMENTO, 2010). Hijiki (2006a) faz suas considerações nesse sentido ao afirmar que relacionar pobreza e criminalidade é algo enraizado no País. Desse modo, os instrumentos sociais vêm produzindo formas de compreender os sujeitos (HIJIKI, 2006b). Pois, ter emprego e uma família organizada tornaram-se passaportes para a aceitação e direito à vida. Portanto, saindo desses espaços de legitimação social entra-se nos espaços da desconfiança (COIMBRA; NASCIMENTO, 2010).

Para Guazina (2011a), as concepções salvacionistas trazidas pelos projetos sociais de práticas musicais como forma de prevenção ao crime contribuem para consolidar a relação entre pobreza e violência. Por isso, eles se colocam como uma questão de segurança pública (GUAZINA, 2011). Araújo (2006) identifica essa questão como perversa, pois, é compreender as favelas em parte. Assim, pensar seus moradores seria pensar como potenciais criminosos (ARAÚJO, 2006).

Por outro lado, nem todos os projetos sociais de práticas musicais possuem esse olhar criminalizante. Todavia, muitos atribuem estereótipo como: “coitados” ou “potencialmente criminosos” e ao mesmo tempo torna-os “exóticos” (ARAÚJO, 2006). Então, o objetivo seria a comunidade ao invés de inimigo criar sambistas, músicos, entre outros (ARAÚJO, 2006). Guazina (2011a), reconhece que as práticas musicais colaboraram com as crianças e jovens dos projetos sociais, contudo, não para salvá-los ou ocupá-los, mas para o desenvolvimento de suas potencialidades (GUAZINA, 2011a).

Os projetos sociais de práticas estão presentes em diferentes estados do Brasil que trabalham com distintos contextos. Um exemplo disso é o projeto da Orquestra Criança Cidadã que trabalha com os jovens moradores do Coque.

4 “PORQUE A METADE DE MIM É PLATEIA ... A OUTRA METADE É CANÇÃO²²”: A ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ

“Sou tocado por tudo que acontece no mundo... e então sinto vontade de expressar meus sentimentos na música” (BURROWS, 2013, p.194).

Este capítulo tem por finalidade apresentar o projeto da Orquestra Criança Cidadã. Para isso, abordaremos os motivos que levaram a criação do projeto, a localização da sede, estrutura física, metodologia e algumas apresentações realizadas. Essas informações permitirão ao leitor compreender melhor a dinâmica do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Além disso, serviu para discutir criticamente os processos de condução do projeto como educação não-formal.

As informações descritas foram obtidas através de algumas conversas informais com a coordenação pedagógica, pesquisa exploratória, observações, registros fotográficos e subsidiadas com referências. Durante as visitas no projeto da Orquestra Criança Cidadã para a realização da pesquisa, observamos a entrada e saída dos integrantes do projeto, alguns ensaios, audição, aula de percepção rítmica e aula de reforço escolar. Ademais, também frequentamos algumas apresentações realizadas pelo projeto.

4.1 O Surgimento do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

O Projeto da Orquestra Criança Cidadã foi idealizado em 2005 (as atividades iniciaram em 2006) pelo Magistrado João José da Rocha Targino, visando a inclusão social de jovens de uma área considerada pobre da Cidade do Recife. A escolha do projeto musical deveu-se a dois motivos: o primeiro pelo exemplo do Maestro Cussy de Almeida (*in memorium*) com a Orquestra Suzuki²³ na comunidade do Alto do Céu que compreendia as práticas musicais ou

²² Trecho da música metade de Oswaldo Montenegro. A opção por essa música para este capítulo deveu-se ao fato de que os integrantes do projeto estão sempre realizando concertos, portanto, com a presença de um público. Além disso, a música passou a fazer parte da vida deles, por isso, não se enxergam longe dela.

²³ A orquestra Suzuki Alto do Céu foi fundada pelo Maestro Cussy de Almeida junto com o Conservatório Pernambucano de Música e foi extinta.

outra atividade artística ou esportiva como maneira de educar o ser humano (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Portanto, as práticas musicais como processo educativo era compreendida pelos filósofos antigos, pois, Platão percebia o ritmo e a harmonia capazes de penetrar na alma, promovendo graça no corpo e na mente (ANTUNES, 1998). As mesmas ideias estão presentes no pensamento de Aristóteles:

Emoções de toda espécie são produzidas pela melodia e pelo ritmo; através da música, por conseguinte, o homem se acostuma a experimentar a emoções certas; tem a música, baseados nos vários modos, distinguem-se pelos seus efeitos sobre o caráter- um por exemplo, operando na direção da melancolia, outro na efeminação; um incentivando a renúncia, outro o domínio de si, um terceiro o entusiasmo, e assim por diante, através da série (TAME, 1984, p.19).

Desse modo, os diversos tipos de práticas musicais contribuem de maneira diferente na formação do ser humano, e, por isso, os compositores percebiam nela um instrumento de espiritualizar a humanidade. Além disso, implica na consciência do ser humano (TAME, 1984). Essa visão das práticas musicais como maneira de ampliação da consciência se alinha ao pensamento de Koullreutter (1997) ao afirmar que:

A linguagem musical é para ele meio de ampliação da percepção e da consciência, que contribui para a superação de preconceitos e pensamentos dualistas decorrentes do racionalismo, do mecanicismo e do positivismo. A música é, em primeiro lugar, uma contribuição para o alargamento da consciência e para a modificação do homem e da sociedade (p.72).

O segundo motivo para criação do projeto foi a possibilidade de profissionalização, pois, segundo o projeto existe uma baixa incidência de músicos clássicos em Recife, assim, o projeto permitiria criar aberturas para a música clássica na cidade (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Assim, na pesquisa de Amaral (2011) foi apontado a presença de 7 produtores de concerto na cidade, são eles: A musicata Companhia de Artes, Companhia de Ópera do Recife (CORE), O Conservatório Pernambuco de Música (CPM), Instituto Ricardo Brennand, Centro Cultural dos Correios, Orquestra Sinfônica do Recife, Banda Sinfônica da Cidade do Recife e a Sociedade Artística Virtuosi que promovem concertos e festivais (AMARAL, 2011).

Ainda sobre essa questão de formação de músicos profissionais, “os músicos só podem exercer sua profissão após registro no órgão competente do Ministério da Cultura e no

Conselho Regional de Músicos sob a jurisdição estiver compreendido o local de sua atividade” (LEI 3.857/60 Art.16). Entretanto, é preciso levar em consideração que esse processo formativo por meio das práticas musicais “ não serve apenas, para fornecer pessoas qualificadas para o mundo da economia: não se destina a ser homem enquanto agente econômico, mas enquanto fim último do desenvolvimento” (DELORS, *et, al.* 1996, p.84).

É importante ressaltar que o projeto da Orquestra Criança Cidadã é utilizado como maneira de segurança pública, com fins de evitar que os jovens do Coque venham se envolver com as práticas criminosas, tornando-o um elemento de prevenção primária. Isso em virtude de ter sido concebido no âmbito do judiciário, levando alguns procedimentos no âmbito dessa prática educativa. Essa questão é um elemento norteador do trabalho e que por essas características levou a ser concebido dentro de um quartel.

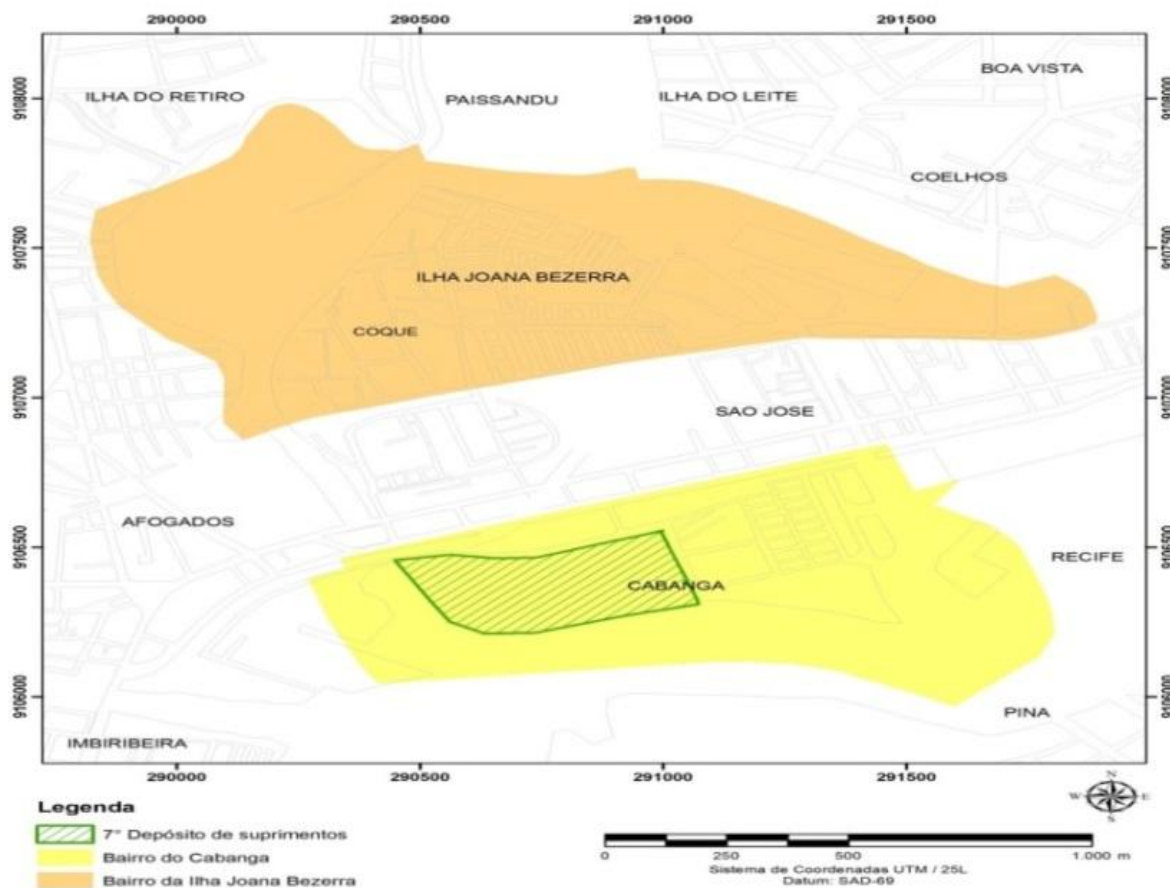
4.2 A Localização da Sede do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

Após a realização de alguns diagnósticos socioeconômicos realizado em alguns bairros da Cidade do Recife-PE, a opção do projeto pelo Coque deveu-se por essa comunidade encontrar-se na época em risco social, bastante acentuado, tendo em vista a incidência de vários fatores negativos:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média da cidade do Recife e violência.
- Índice de desemprego acima da média da Cidade.
- Habitações precárias com um cômodo, insalubre onde residem famílias numerosas e miseráveis.
- Existir bicos e 5 localidades de favelas em situações precárias, na beira da maré, em baixo do viaduto, favorecendo, desta forma, a violência e o desenvolvimento da criminalidade (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Assim, essas características apontadas pelo projeto o levou a uma noção de prevenção primária fazendo com que a sede do projeto fosse construída nas dependências do quartel do 7º Depósito de Suprimentos (D SUP) (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). O quartel fica no Cabanga bairro próximo ao Coque, como mostra o (Figura 6):

Figura 6 Localização e Distância do Quartel do Cabanga em Relação ao Coque



Fonte: Ruas da Base da Carta de Nucleação do Recife Centro, FIDEM, Base do Limite Municipal do IBGE. **Elaboração:** Deivide Soares.

O quartel foi criado a partir da portaria ministerial de nº 53 do dia 22 de novembro de 1991, resultado da fusão de depósitos regionais de subsistência de materiais de armamento e munição. Estudos realizados pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) levaram à conclusão que a área é vinculada a entrega das chaves da cidade do Recife, às tropas brasileiras, pelos invasores holandeses em 1654 após a batalha dos Guararapes. Diante disso, o 7º D- SUP recebeu no dia 09 de Abril de 2002 o título de Depósito de Campina do Taborda (devido a sua área de localização) que provém a 7ª Região Militar e a 7ª Divisão de Exército. A função da unidade militar é armazenar, controlar, distribuir e apoiar as organizações militares, de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas (7º D-SUP, 2015).

A instalação do projeto dentro da unidade militar deveu a uma conversa do juiz idealizador do projeto do projeto da Orquestra Criança Cidadã com o general Santa Rosa (Mainard Marques de Santa Rosa) que na época era comandante Militar do Nordeste (PORTO, 2009). Então, o magistrado expôs a seguinte situação:

Precisamos de um local seguro, general. Solicitaria ao senhor que a escola ficasse localizada no quartel do Cabanga, pela sua proximidade com a favela. Além do mais faríamos economia até no transporte dos alunos. *Este programa não é mais meu, mas da coletividade carente do Coque. Ali está um barril de pólvora, no meio da cidade. Que cresce como as favelas mais violentas do Rio. Ainda é tempo de abortá-los, antes que se torne irremediável* (PORTO, 2009, grifo nosso).

Diante do pedido do magistrado o general abriu as portas do exército para o projeto e o encaminhou ao comandante do 7º D- SUP coronel Hécio de Freitas Martins que atendeu a determinação do general (PORTO, 2009). Entretanto, “o exército não só recebeu, mas também construiu uma escola de Música, de padrão internacional, sob a supervisão do Maestro Cussy de Almeida, arcando integralmente com as despesas” (PORTO, 2009, p.67). Nesse sentido, as relações que emergem desse processo nos leva a refletir sobre como se dão as lógicas de associação entre poderes e como eles se colocam a respeito dos processos educativos para os jovens das favelas. Pois, tal processo acaba tendo como elemento central não os integrantes, os professores, aprendizagem, mas a segurança pública (FREIRE, 1992).

Embora, a parceria do Projeto com a unidade militar não implicar em subordinação administrativa com a unidade militar haja vista que não existe nenhum documento que legitime essa dependência, podemos discutir no plano simbólico. Podemos pensar essa situação a partir de duas situações: de um lado tem o Coque colocado como um lugar inseguro. Além da presença de questões como: desestruturação familiar, prostituição de menores, gravidez na adolescência, fuga escolar e analfabetismo (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Portanto, nesse processo o quartel do 7º D SUP simbolicamente expressa segurança, disciplina, vigília frente ao Coque. Esse aspecto pode ser percebido na seguinte fala:

Vocês podem estranhar o lugar, um quartel, para se ensinar música. Mas, a grande responsabilidade do Exército é defender o País. A violência interna, as drogas e o banditismo agredem o Brasil. Este projeto Criança Cidadã foi criado para enfrentar estes inimigos. Por isso, o campo de batalha é aqui. Vocês vão encontrar, escrito em letras bem grandes, o lema desta guardinição: ‘Aqui se aprende a amar o Brasil’. Pois, vocês irão aprender a amar o seu país, tornando-se verdadeiros cidadãos [...] (PORTO, 2010, p.36).

Diante disso, quem ensina as pessoas amar, respeitar e ver como semelhante os jovens do Coque e de outras favelas ? O campo de batalha é outro, permanece dentro de cada um que tem visão fragmentada e estereotipada do Coque e de outras favelas. Além disso, esse

processo coloca em evidência um espaço delimitado para um processo civilizador como se todos que morassem nas favelas não soubessem se comportar em sociedade. Vale ressaltar que reconhecemos as práticas musicais como um processo que contribui e muito para a sociabilidade, no entanto, quando colocado sob os alicerces militares perde um pouco sua natureza de processo educativo podendo interferir na liberdade de criação, apresentando característica do tipo: “aqui se transmite pontos fundamentais no alicerce da vida destes meninos, a disciplina e a hierarquia que não existem mais lá fora. Uma orquestra precisa ter disciplina e hierarquia mais fortes do que as do exército” (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Portanto, “O poder de vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina” (FOUCAULT, 2013, p.170). Além disso, “a disciplina “fábrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2013, 164). Assim, vigilância, repressão e prevenção se entrelaçam com as práticas musicais. Ademais, a sociedade do projeto com o quartel também é posta como uma ação de cumprimento da Constituição Federal de 1988 ao determinar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227, título VII, Cap. VII, grifo nosso).

De fato, todos nós por integrarmos a sociedade civil temos responsabilidade em relação às crianças, adolescentes e jovens para assegurar os direitos instituídos na Constituição Federal de 1988. Entretanto, em nenhum momento a constituição faz uma relação entre pobreza e criminalidade. A mídia também relaciona o projeto da Orquestra Criança Cidadã a noção da tríade pobreza-risco-crime, como foi apresentada na reportagem: “*Orquestra Salva Meninos do Recife*” exibida no Jornal Nacional em 21 de maio de 2009, no último capítulo da série “Justiça Brasileira”.

Âncora: “iniciativa afastou crianças e jovens do crime com ajuda da música”.

“O projeto de um juiz oferece aulas de música, reforça escolar e refeições diárias. [...] A música, para mim é um meio de transformação, porque eu fui transformado pela música. Diz um dos integrantes do projeto. [...] *O Coque é um lugar como tantos outros no Brasil, onde a gente olha em volta e não*

vê futuro para as crianças, mas nesse lugar as coisas começam a mudar. [...] O maestro tem uma certeza. “Eu digo, todo o dia, que Deus, quando dá o talento, não olha nem a raça nem a condição social. A primeira coisa que ele faz é botar o dedo e dizer: você vai ter talento. [...] Se eu for um profissional, eu vou trabalhar para ser da Orquestra Filarmônica de Berlim. Vou construir minha vida, uma família para mim. Afirma outro integrante do projeto” (TV GLOBO, 2009, grifo nosso).

É sobre essa ótica que Araújo *et. al.* (2006), já alertavam sobre a vinculação das políticas para a juventude à noção de uma imagem perigosa sobre as comunidades, vindos muitos dos meios de comunicação. Ressaltamos que o projeto pesquisado possui essas características, isso não significa que todos os projetos sociais de práticas musicais são conduzidos da mesma forma. Então, a complexidade do fenômeno não nos permite fazer uma generalização.

Os projetos sociais de práticas musicais tem por gestor as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Daí existe uma necessidade de discutir a natureza dessas organizações no âmbito dessa educação não-formal.

4.3 A Gestão do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

O projeto da Orquestra Criança Cidadã é gerenciado pela Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC) uma entidade privada de utilidade pública Municipal e Estadual sem fins lucrativos, podendo ser compreendida como:

É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultado financeiro entre elas. Toda a renda proveniente de suas atividades deve ser revertida para os seus objetivos estatutários (BLUDENI, 2014, p.8).

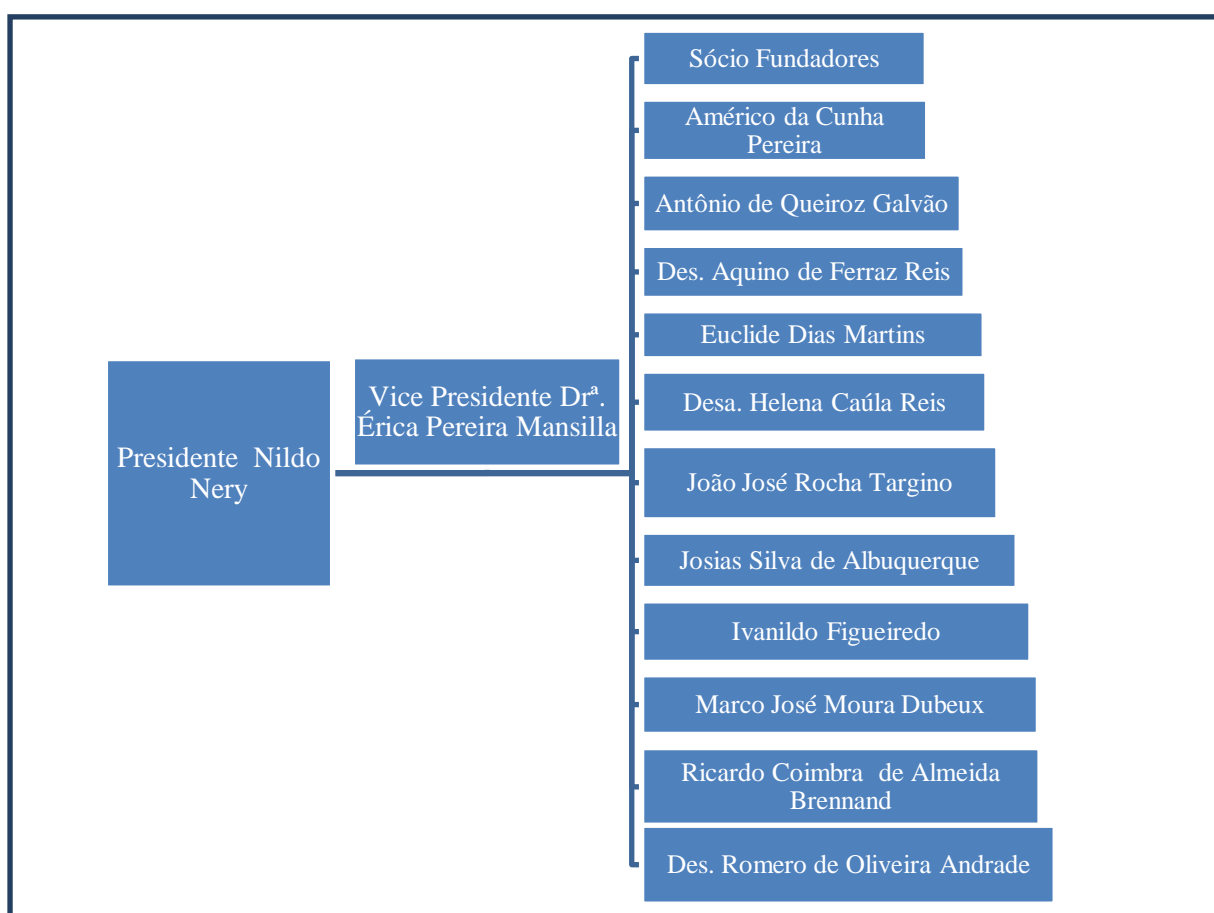
Associação Criança Cidadã assim como o projeto da Orquestra Criança Cidadã nasceu no âmbito do judiciário pelo Desembargador Nido Nery dos Santos enquanto Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no biênio 2000-2003 (ASSOCIAÇÃO CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Essa questão segundo Kozick; Barboza (2012) revela um novo cenário no judiciário ao dizer que:

O crescimento da importância dos tribunais se deu não só no sentido quantitativo, mas também no sentido de que cada vez mais estas se manifestam sobre questões políticas centrais para a sociedade, redesenhando os próprios papéis dos poderes executivo, Legislativo e Judiciário (KOZICK; BARBOZA, 2012, p. 60).

Portanto, o desembargador focado na prevenção criou o Programa Criança Cidadã que teve como primeira ação a retirada de 24 famílias que moravam na rua do Imperador no bairro de Santo Antônio, levando-as para a Vila de Nossa Senhora de Fátima e São Francisco, (localizada no Parque do Caiara no Cordeiro) (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Entretanto, em novembro de 2003, o programa se transformou em uma Organização Não Governamental (ONG), desvinculando-se assim do TJPE, com o nome de Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC) e constituída da seguinte forma como podemos verificar na Figura 7:

Figura 7- Constituição da ABCC



Elaboração: A autora (2014), com dados da ABCC.

Para Muraro & Lima (2003), a associação pode ser representada por meio de organizações que tenham por finalidade a defesa dos interesses comuns. Para isso, utiliza-se de atividades recreativas, esportivas, culturais, comunitárias e profissionais (MURARO; LIMA, 2003). Para uma associação ser enquadrada no âmbito da utilidade pública ela deve: [...] “servir desinteressadamente à coletividade” (LEI. 91/35 Art 1º).

É nesse âmbito que a Educação não formal vem se configurando, sobretudo, quando o assunto é o gerenciamento dos projetos sociais de práticas musicais no bastante proclamado Terceiro Setor, que segundo Gonh (2011) pode ser compreendido como:

O terceiro setor é uma expressão com significados múltiplos devido a sentidos históricos diferenciados, em termos de realidade sociais. Atualmente não se trata mais do terciário que se contrapunha às atividades da agricultura e da indústria, mas de uma nova ordem social, que se coloca ao lado do Estado- o primeiro setor-, e do mercado- tido como segundo setor (p.81).

Desse modo, essa nova ordem social no ponto de vista estratégico adquiriu importância nos anos de 1990, depois da segunda guerra mundial, em virtude da incorporação de outras expressões como as Organizações Não-Governamentais (ONGs) (GONH, 2011). Essa nova expressão “esteve associada a ONU, inicialmente e se referia a um universo de entidades que não representavam governos, mas tinha presença significativa em várias partes do mundo” (GONH, 2011, p.82).

Ao longo dos anos as ONGS foi modificando sua conjuntura mediante os distintos movimentos de busca de direitos. Nesse cenário de mudança “ A palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na gestão dos projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades” (GONH, 2011, p.85). É nesse contexto, que as ONGs notoriamente vêm apresentando oferta de projetos sociais de práticas musicais relacionados ao jovens considerados excluídos da sociedade (KLEBER, 2006). Kleber (2008) compreende as ONGs como uma alternativa para somar perfis profissionais, além de apresentar conteúdos flexíveis como maneira de responder as emergências sociais.

Por outro lado, é preciso atentar para o que Gonh (2009) afirma sobre os discursos e abordagens das ações vindas dessa organização:

[...] Um discurso genérico de inclusão social tem dificuldades para superar o desafio de incluir os excluídos em processos emancipatórios porque eles não têm relação de pertencimento, as ações são ações desterritorializadas, a abordagem focal/emergencial trata de reduzir os cidadãos a clientes e usuários de serviços (p.41).

Essa questão apontada por Gonh (2009) nos leva a refletir sobre o projeto da Orquestra Criança Cidadã já que suas ações ocorrem fora do Coque, impedindo relações de vivência e de pertença podendo ser relacionado a qualquer outro bairro da cidade do Recife. Assim, É nesse contexto que além do projeto da Orquestra Criança Cidadã a Associação Beneficente

Criança Cidadã (ABCC) gerencia o Centro Cultural Dom Helder Câmara²⁴. Desse modo, no tópico a seguir iremos caracterizar o Projeto da Orquestra Criança Cidadã.

4.4 A caracterização do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

Nesse tópico, faremos a caracterização do projeto da Orquestra Criança Cidadã, por meio de dados obtidos a partir de observação e conversas informais realizadas no primeiro dia de visita ao projeto. Trata-se, portanto, de um “produto” de caráter exploratório da pesquisa.

4.4.1 A infraestrutura do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

As características de infraestrutura dos projetos sociais de práticas musicais podem ser as mais distintas possíveis, em virtude de um cenário diferenciado que envolve esses projetos. Assim, o projeto da Orquestra Criança Cidadã apresenta características particulares por situar-se como já mostramos nas dependências de um quartel. A estrutura física do projeto conta com 13 dependências, as quais são usadas para a realização das atividades funcionais do projeto. (Quadro 3):

Quadro 3- Quantidade e Especificações das Dependências do Projeto (Continua)

| Quantidade | Dependências |
|------------|--------------------------|
| 1 | Setor Contábil |
| 1 | Psicologia |
| 1 | Assessora de Comunicação |
| 1 | Reforço Escolar |
| 1 | Sala de Informática |
| 1 | Sala de Idiomas |
| 1 | Acervo de Partituras |
| 1 | Sala de Professores |
| 3 | Banheiro |
| 1 | Copa |
| 1 | Sala de Percussão |

Fonte: Informações Coletadas Durante a Primeira Visita de Campo.

²⁴Para maiores informações sobre o espaço cultural Helder Câmara ver: <http://www.associacaocriancacidadada.org.br>

A estrutura física do Projeto da Orquestra Criança Cidadã não fica limitada as dependências pontuadas acima, pois, o projeto ainda possui como estrutura duas unidades onde os integrantes do projeto tem suas aulas e realizam as práticas de instrumentos, conforme podemos verificar na figura 8:

Figura 8– Unidades do Projeto



Fonte: A Autora (2014).

A figura A faz referência a unidade I a mais antiga do projeto que contém: auditório I, atendimento clínico, sala do maestro, além das 6 salas (núcleo de cordas). Enquanto que a figura B está relacionada a Unidade II a mais recente do projeto que possui: coordenação pedagógica, auditório com capacidade de 200 pessoas (onde se realiza os ensaios) e as 7 salas (núcleo de sopro)²⁵.

Por fim, reconhecemos que o projeto da Orquestra Criança Cidadã possui uma boa infraestrutura em sua organização que pode ser considerada uma potencialidade no que tange a formação técnica musical dos seus integrantes. No entanto, o projeto dentro de um quartel pode servir de fator limitante para aqueles que querem conhecer as dependências do projeto. Assim, no tópico a seguir discutiremos sobre os integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã.

²⁵ As informações foram obtidas durante a primeira visita de campo.

4.4.2 Os Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

Os Projetos sociais de Práticas Musicais têm atraído vários jovens moradores das favelas, portanto, com o projeto da Orquestra Criança Cidadã²⁶ não foi diferente. Os primeiros integrantes do projeto foram encontrados durante visitas do projeto nas escolas do Coque e o que atraiu ao projeto foi curiosidade, gostar de música, entre outras questões. No entanto, a maioria deles nunca pensou em ser músico.

O projeto da Orquestra Criança Cidadã foi inicialmente planejado para 100 estudantes e com duração de 3 anos, todavia, devido ao seu crescimento o projeto hoje encontrasse no 8^a ano e possui 167 estudantes entre 7 a 21 anos. A condição para a entrada no projeto é estar matriculado e frequentar as escolas municipais e estaduais e morar no Coque. Além disso, os estudantes fazem prova de Português e Matemática e aptidão musical e caso sejam aprovados, ingressam no projeto passando por um período de adaptação (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Os estudantes encontram-se divididos em: 116 instrumentos de cordas (violino, viola, violoncelo, e contrabaixo) 14 de percussão e 30 de sopro (flauta transversa, oboé, fagote, clarinete e trompa). Além de 7 estudantes de lutheria (construção e concerto dos instrumentos) (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Os estudantes após 5 anos de estudos, ficam vinculados ao projeto e desempenham atividades paralelas como, por exemplo, monitoria no projeto, ou estudam nos cursos de bacharelado ou licenciatura em música da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esse vínculo só é encerrado quando eles conseguem entrar profissionalmente em alguma escola (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Desse modo, quatro dos ex-integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã desvincularam do projeto ao entrarem como músicos profissionais na Orquestra Sinfônica de Goiânia (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Sobre esse assunto o idealizador do projeto disse:

Essa vitória é a maior já obtida pelo programa social em seu quase sete anos de existência. Esse é o sonho que tanto buscamos desde o início do projeto formar cidadãos aptos a ingressarem no mercado de trabalho. Agora estamos colhendo os frutos e estamos muito felizes com os resultados. Que mais garotos possam seguir essa mesma trajetória (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

²⁶ Informações obtidas a partir de conversas Informais com os integrantes do projeto e com os que fazem o projeto da Orquestra Criança Cidadã, além da pesquisa exploratório no site.

4.4.3 Os Recursos Humanos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

O projeto da Orquestra Criança Cidadã é um espaço educativo, e, por isso, ele agrega um conjunto de suporte para suas atividades, que dependem da necessidade dos integrantes e de acordo com a capacidade do projeto. Assim, o projeto da Orquestra Criança Cidadã conta com 31 profissionais que lidam seja de maneira direta ou indireta com os integrantes, como mostra o quadro 4:

Quadro 4- Os Recursos Humanos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

| Recursos Humanos | Quantidade |
|-------------------------------|------------|
| Diretor | 1 |
| Coordenador Geral | 1 |
| Coordenador Musical e Gerente | 1 |
| Produtor de Evento | 1 |
| Assessora de Comunicação | 1 |
| Assistente de Comunicação | 1 |
| Pedagoga | 1 |
| Professor de Informática | 1 |
| Professores de Música | 17 |
| Luthier | 2 |
| Serviços Gerais | 2 |

Fonte: Informações Obtidas Através da Visita de Campo.

Durante as visitas de campo tivemos a oportunidade de acompanhar algumas atividades do projeto da Orquestra Criança Cidadã, como por exemplo, as atividades realizada pela pedagoga no reforço escolar. Essa atividade realizada durante a visita foi de matemática (efetuar as operações) que foram realizadas de maneira colaborativa. Depois, da realização da atividade a pedagoga colocou o filme Poseidon, que teve por objetivo mostrar questões como sobrevivência, amizade, amor e valores.

Outra atividade vista no momento da visita de campo foi uma aula de teoria musical sobre percepção musical com a 3ª série no compasso 2/4. Essa leitura foi feita em grupo e também individualmente, em alguns momentos a professora chamou a atenção dos integrantes para a autonomia de leitura, para que eles não olhassem para o que estava lendo e sim para a

partitura. Além disso, foi feito um ditado por meio da notação musical para que os estudantes escrevessem as notas solfejadas.

Assim, os projetos sociais de práticas musicais, se tornaram espaços de educação não formal e tem se tornado um campo de atuação dos professores de música. Por isso, eles devem reconhecer que “[...] não estamos [estão] diante de alunos iguais, mas jovens e crianças que são singulares heterogêneos socioculturalmente e imersos na complexidade da vida humana” (SOUZA, 2004, p.10).

Além disso, “ser professor de instrumento e/ou de disciplinas teóricas em escolas de música sejam elas escolas livres, conservatórios ou cursos superiores, deveria ser visto como escolha e não como resultado da falta de espaço profissional” (DEL-BEN, 2003, p.30). Ademais, eles também precisam pensar e repensar as práticas musicais mediante as experiências e trazê-las para sua prática educativa cotidiana (BELLOCHIO, 2003). Além do mais os professores de música também devem estar conscientes de que:

O bom senso, a humildade em reconhecer sua incompletude, o aprender com o aluno, a paciência, a tolerância, a responsabilidade, a preocupação com o social e o respeito aos alunos da comunidade são também reconhecidos como necessidade na atuação do professor de música (ALMEIDA, 2005, p.54).

Essa questão de incompletude coaduna com o pensamento de Freire (1996) ao afirma que:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade [...] (p.58).

Desse modo, é preciso pensar e repensar as práticas musicais como uma prática educativa. Além disso, para os professores desses espaços fica sempre o convite de problematizar através das práticas musicais como prática educativa o espaço em que seus integrantes vivem. Ademais, faz-se necessário não se manter presos a métodos, é preciso dá asas aos integrantes para que eles possam desenvolver suas habilidades por meio de seus processos livres de criação, porque, “ Presos a métodos e modelos programados, educadores acabam por minar o espírito criativo, vivo e curioso que habita nos alunos” (BRITTO, 2011, p. 32). Desse modo, no tópico a seguir iremos abordar o método do projeto da Orquestra Criança Cidadã.

4.4.4 A Metodologia do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

Os projetos sociais de práticas musicais estão inseridos dentro de um contexto de educação musical, percebendo a música uma maneira de mudar a realidade social. Entretanto, é preciso se questionar as repercussões dessa prática na vida dos integrantes (GRUBISIC, 2012). Para Kater (2004), música e educação são promotoras da formação do ser humano. Portanto, a educação musical pode ser compreendida como [...] “situações que envolvam ensino e/ou aprendizagem de música, seja no âmbito dos sistemas escolares e acadêmicas, seja fora delas” (ARROYO, 2002, p.18).

Nesse sentido, a educação musical trabalha com diferentes pedagogias musicais, no caso do projeto da Orquestra Criança Cidadã é utilizado o método Suzuki²⁷ adaptado para a realidade local. A adaptação existe porque os pais não acompanham permanentemente os seus filhos. Ademais, o projeto tem em paralelo tem solfejo e coral que não constam no programa do método Suzuki.

Segundo Mateiro e Ilari (2011), a metodologia Suzuki contribui na compreensão de que a aprendizagem instrumental não é privilegio de alguns indivíduos, mas pode ser uma realidade para todos. Gardner (1995), considera benéfico o método Suzuki considerando a idade dos estudantes e pelo ganho de tempo na tentativa de ensinar os estudantes a notação musical²⁸. Contudo, o autor percebe limitação no método, por dificultar as primeiras leituras dos estudantes, além deles assimilarem a ideia que o importante seria reproduzir (GARDNER, 1995).

Essas noções de Gardner (1995), a respeito da aprendizagem da música por reprodução coloca em evidência “a necessidade da presença de um “espírito criador”, princípio vital ao ambiente necessário ao ensino artístico. Presos a métodos e modelos programados, educadores acabam por minar o espírito, criativo, vivo e curioso que habita nos alunos” (BRITO, 2011, p.32). Koellreutter (1998), ainda observa que deve ser uma prática educativa não voltada para a profissionalização, mas possibilitar o desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a educação musical não contribui apenas para fornecer pessoas qualificadas ao mercado de trabalho, mas desenvolver habilidades que correspondam à missão humanística da educação (DELORS, 1996). Para Brito (2011) a educação musical deve colaborar na construção de novos paradigmas por meio da integração das vivências musicais e humanas.

²⁷ O método Suzuki criado por Suzuki (1898-1998) é conhecido como a pedagogia do talento.

²⁸ Notação musical São os sinais que representam a escrita musical (MED, 2012).

Nesse contexto, como forma pedagógica de trabalho, o projeto possui 7 níveis de ensino que estão distribuídos de acordo com as idades, como podemos ver no (Quadro 5)

Quadro 5- Níveis do projeto

| Níveis | Idades | Total |
|------------|--------------|-------|
| N1 e N2 | 7 a 9 anos | 32 |
| N3 | 10 a 12 anos | 30 |
| N4 | 13 a 15 anos | 19 |
| N5, N6, N7 | 16 a 22 anos | 45 |

Elaboração a autora (2014) com informações obtidas durante visita em campo.

Por meio do quadro verificamos que o maior número de estudantes está no último nível n5 ao n7, alguns que fazem parte desses níveis são estudantes do curso de música na UFPE ou estudam direito e administração na Faculdade Aeso. Além disso, como forma de colocar em prática a teoria, o projeto possui três orquestras: A/ “Vende” a marca do projeto, possui 40 estudantes dos níveis 5, 6 e 7; B/ a orquestra intermediária que alimenta A; C/ Orquestra C considerado o laboratório para que os estudantes comecem a se familiarizar com as performances musicais²⁹.

Desse modo, com a estrutura e o trabalho dos que integram o projeto da Orquestra Criança Cidadã ao longo desses 8 anos o projeto da orquestra criança ganhou ampla visibilidade que o fez ganhar alguns prêmios (Quadro 6):

Quadro 6- Premiações do Projeto (Continua)

| NÚMERO | ÓRGÃO QUEM CONCEDEU | PRÊMIO | ANO |
|--------|---------------------------------------|---|------|
| 1 | Grupo | Gere de Responsabilidade socioambiental | 2007 |
| 2 | Tribunal Regional do Trabalho/ TRT 6º | Medalha conselheiro João Alfredo Côrrea de Lima | 2007 |
| 3 | TV Globo | Agente da paz | 2008 |

²⁹ Informações obtidas durante visita de campo.

Quadro 6- Premiações do Projeto (Continuação/Conclusão)

| | | | |
|----|---|---|------|
| 4 | Diário de Pernambuco | Orgulho Pernambucano | 2008 |
| 5 | VIII Congresso Internacional de Educação | Mérito Sapiens de Educação | 2009 |
| 6 | Projeto Casa da Criança | Prêmio Brasil Social em Resgate de Cidadania em Área de risco | 2009 |
| 7 | Associação Latino Americana de Agência de Publicidade | Prêmio <i>Marketing Best</i> Sustentabilidade | 2009 |
| 8 | Caixa Econômica Federal | Prêmio Caixa de Melhores Práticas em Gestão Local | 2009 |
| 9 | Menção Honrosa na Categoria Judiciário Cidadão | Prêmio de Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho | 2010 |
| 10 | Pastoral da Criança | Prêmio Zilda Arns | 2010 |
| 11 | Fundação Nacional das Artes | Prêmio Funarte | 2014 |

Elaborado pela autora (2014) segundo a fonte Orquestra Criança Cidadã.

O quadro mostra que o projeto começou ganhando prêmios um ano depois do início de suas atividades. No entanto, percebemos que essa sequência ficou estabilizada em 2010 só voltando a apresentar premiações 4 anos depois. Essas premiações mostram o reconhecimento de várias entidades em relação ao projeto percebendo-o em algumas dimensões: sustentabilidade como foi indicado pelo prêmio *Marketing Best* de Sustentabilidade, Responsabilidade Socioambiental e de Paz.

Uma contribuição para a visibilidade do projeto da Orquestra Criança Cidadã que culminou com essa série de premiações podemos dizer que estão nas apresentações, então, no tópico a seguir iremos abordar algumas apresentações da orquestra.

4.5 Algumas Apresentações do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

4.5.1 Concerto Rock

O projeto de montar uma orquestra de rock surgiu em 2008, no Conservatório Pernambucano de Música (CPM), desde então, o concerto “Rock Fônico” ficou sendo realizado todos os finais de semestre no CPM. No ano de 2012, alguns professores da Orquestra Criança Cidadã foram convidados para integrar o projeto no Conservatório (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Essa experiência foi considerada inovadora para os professores da Orquestra Criança Cidadã, que pensavam como seria usar o mesmo formato de apresentação para as crianças da orquestra B, que é o nível intermediário do projeto (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

O concerto Rock aconteceu no dia 24 de setembro de 2013 no teatro Luiz Mendonça (Parque Dona Lindu) como verificamos na figura 9 de divulgação do concerto.

Figura 9- Concerto Rock



Fonte: Orquestra Criança Cidadã, 2013.

O Concerto teve a participação de 60 integrantes, 11 professores, 4 cantores e a banda. O concerto teve um público de várias idades, curiosos em saber como seria juntar o clássico ao Rock, porque muitos se questionam Rock e música clássica combinam? (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). O concerto foi regido por Sérgio Barza e o repertório da apresentação foi dividido de acordo com alguns dos subgêneros do Rock representados pela

seguintes músicas: *Who'll stop the rain*, *Something*, *whiter shade of pale*, *Wish you were here*, *Dust in the Wind*, *Kayleigh*, *Always*, *Crazy Train*, *Aces high*, *Wasted Years*

4.5.2 *The Beat Beatles Concert*

A Orquestra Criança Cidadã trouxe a memória algumas das músicas dos *Beatles* com o *The Beat Beatles Concert*, realizado no dia 8 de outubro de 2013 no Teatro Luiz Medonça (Parque Dona Lindu) com a participação do *The Beat Beatles Band* (São Paulo). Como mostra a Figura 10 durante a apresentação do evento.

Figura 10 - The Beat Beatles Concert



Fonte: Orquestra Criança Cidadã, 2013.

A apresentação foi sob a regência do maestro convidado Sérgio Barza do CPM. O concerto foi marcado pela interação da plateia, com os meninos do Coque e o grupo paulista que relembrou os clássicos dos *Beatles*. A apresentação foi uma idealização da professora Aline Lima e o grupo cover que participou da apresentação foi composto por: Fábio Colombini (Jonh Lennon), Felipe Malagutti (Paul Mc Cartney), Mário Lourenço (George Harrison) e Fernando Colombini (Ringo Star) (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

O Concerto foi dividido em duas partes. A primeira ficou por conta do cover dos Beatles e a segunda o grupo acompanhado pela orquestra. A banda cover tocou: *She loves you*; *I want*

to Hold Your Hand; I saw Her Standing There; All my Lovin'ig, A Hard Day's , Night, Help.

A orquestra em conjunto com a banda tocaram: *Eleanor Rigby; If I fell; In My life; I Need You; Here, There and Everywhere; For one- Versão Give My Regards to Broad Street; This Boy; Yesterday; The long And Winding Road; Something; Let it be.*

4.5.3 World Orchestra Kassel

O *World Orchestra de Kassel* é um evento que reúne anualmente orquestras jovens de todo o mundo para a comemoração de aniversário de Kassel na Alemanha. O convite foi feito à Orquestra Criança Cidadã pela organização do evento ao então maestro Gustavo de Paco, marcando a primeira apresentação da orquestra no exterior e a única orquestra brasileira convidada para comemorar os 1.100 anos da cidade. O convite gerou algumas manchetes em alguns jornais da cidade, como podemos verificar na (Figura 11) reportagem do *Aqui PE* na edição dupla Sábado e domingo 1 e 2 de junho de 2013.

Figura 11- Apresentação na Alemanha



Fonte: Aqui PE (2013).

O grupo formado para a apresentação foi de 21 participantes e na Alemanha o grupo teve a presença do *spalla*³⁰ que estava no Sul da Alemanha fazendo intercâmbio (iremos falar do intercâmbio no próximo capítulo) e foi a Kassel para tocar com a orquestra. O concerto foi

³⁰ *Spalla* é considerado o braço direito do maestro, responsável pelas perfromaces musicais e pode substituir o maestro, se preciso (RIBEIRO, 2005).

realizado no dia 9 de junho de 2013 e a viagem teve duração de 10 dias. O concerto da orquestra foi composto por: Aquarela do Brasil de Ary Barroso, o prelúdio da Bachiana n. 4 de Villa Lobos e o Medley Brasil que foi composto pelas músicas: Samba de Verão (Tom Jobim), Tico Tico no Fubá (Zequinha de Abreu) e o frevo O último Dia (Levino Ferreira). O repertório teve por finalidade apresentar um pouco da música brasileira no festival. O festival foi encerrado com a fusão de todas as orquestras para a formar uma orquestra única (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Além dessas apresentações, a orquestra também fez outras apresentações: Programa do Domingão do Faustão, no encontro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na Bahia, Concerto para Gonzaga que foi gravada em DVD, O Show beneficente para arrecadação de dinheiro para a construção da nova sede do projeto e o Concerto de 8º Aniversário realizado no dia 27/08/14 na igreja da Madre de Deus no Bairro do Recife.

Diante de tantas apresentações realizadas pelo projeto em vários lugares do Recife, em outros Estados como Paraíba, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro e as internacionais como Alemanha, Itália e Portugal, perguntamos e no Coque? Afinal, o Coque faz parte da Cidade do Recife e mais que isso seus integrantes são da comunidade e o projeto carrega de certa forma o nome do bairro. Então, como legitimar um espaço e dar voz a ele se os instrumentos estão silenciados de forma conjunta na comunidade? Além disso, a harmonia o ritmo e a melodia poderia suavizar os descompassos existentes na comunidade. E os meninos por sua vez, estariam dizendo através de seus instrumentos eu pertencço a esse espaço, mas ao mesmo tempo problematizo-o mostrando que os gêneros musicais não estão ligados a uma questão geográfica.

Percebemos assim, que o projeto da Orquestra Cidadã tem um certo distanciamento do Coque, isto talvez explique o fato de muitos no Coque não estarem abertos a outros gêneros musicais. Pois, acreditamos que a música clássica não deve ficar apenas nas salas de concertos e nos teatros, mas deve ir até as pessoas. Por isso, pensando em quebrar essa barreira e aproximar mais o projeto do Coque, propomos por que não um *Coque in Concert*? O concerto no Coque poderia ser uma forma de resistência e de existência de uma comunidade que tem seus ritmos e seus movimentos. Então, soaria assim: Concerto no Coque? É por que não? Os meninos do Coque fazendo o concerto para o Coque.

Para que toda essa conjuntura do Projeto da Orquestra Criança Cidadã acontecesse foi preciso algumas ajudas de vários segmentos e de diferentes formas os quais iremos discutir no capítulo seguinte.

5 “POLIFONIA”³¹: OS PARCEIROS DO PROJETO DA ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ NO “FRONT” DAS QUESTÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO

“A sinfonia deve ser como o mundo. Deve abranger tudo”
(BURROWS, 2013, p.222).

Este capítulo identifica os parceiros do projeto da Orquestra Criança Cidadã e ao mesmo tempo investiga o que motiva este mecenato ou ainda mais, o que está por trás do caráter beneficente ou da preocupação de evitar o engajamento dos jovens com a criminalidade. Pois, diante de um sistema capitalista que tem sempre uma relação da mais valia do lucro, das lutas históricas urbanas e dos conflitos, como atestam a emergência das ZEIS, é minimamente provocativo analisar os promotores, financiadores desse projeto. Isso porque iniciado por uma proposta de uma entidade de justiça, abraçado e difundido nacionalmente e internacionalmente, este projeto foi envolvido (sendo envolvido?) por um conjunto de novos benfeitores. Assim, é que este breve capítulo discute e avança na atual conjuntura.

5.1 Uma Discussão em Torno da Noção de Marketing Empresarial e Responsabilidade Social por Meio dos Parceiros do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

O atual cenário mundial vem pedindo novas alternativas de atuação das organizações. Segundo Costa (2010), essas transformações estariam relacionadas a noção de equilibrar, desequilibrar e, conseqüentemente, passar para um novo equilíbrio. Por isso, se faz necessário a incorporação da sustentabilidade nas atividades, pois,

A sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica. A crise ambiental está mobilizando novos atores e interesses sociais para a reapropriação da natureza, repensando as ciências a partir de seus impensáveis, internalizando as externalidades no campo da economia (LEFF, 2010, p.31).

³¹ Polifonia é um nome dado a um estilo de música que se desenvolveu na idade média [...] e fazia oposição ao canto monódico da igreja, o canto gregoriano” (ROMAN, 1992-1993, p.208). A opção da utilização do termo neste capítulo de resultados esteve no fato de abordar várias questões, fazendo oposição ao mesmo tempo da inserção de empresas em causas sociais.

Essa questão colocada por Leff (2010), nos leva a pensar sobre o desenvolvimento sustentável. Pois,

Embora seja um conceito amplamente utilizado, como já mencionado, não existe uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável. Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais (DIAS, 2010, p. 32-33).

Assim, na busca de ampliar essas discussões ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou como é mais conhecida a RIO/92. A conferência contou com várias temáticas, entre elas, empresa e meio ambiente, organizada pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Portanto, as empresas no tratamento do desenvolvimento sustentável se realiza através do conceito de *triple botton line* ou como é mais conhecida 3Ps (*People, Planet, Profit*) (DIAS, 2012).

O autor ainda observa que com os debates da Rio/92, sobre desenvolvimento sustentável as empresas responsabilizadas pela insustentabilidade diante dos seus processos econômicos. Diante disso, “a Responsabilidade Social converte-se em discurso crítico sobre a distância existente entre as políticas e práticas empresariais e o tipo de racionalidade econômica que se deve adotar nas sociedades atuais” (DIAS, 2012, p. 12). Por isso, as empresas devem atuar para superar os problemas sociais vindos dos processos econômicos (DIAS, 2012).

É nesse contexto de enfrentamento das pressões da sociedade que as empresas aparecem como apoiadoras ou patrocinadoras de projetos sociais, que segundo Guazina (2010), tornaram-se uma forma de financiar ações populares, em que seus coordenadores vão buscar recursos de modo contínuo. Desse modo, segundo Melo; Froes (2005) as empresas financiam projetos sociais porque:

É certo, justo e necessário assim proceder. É um mecanismo de compensação das perdas da sociedade em termos de concessão de recursos para serem utilizados pela empresa. E não uma ação caridosa, típica do capitalismo do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis às custas da exploração do trabalho das pessoas e dos recursos naturais abundantes (p.84-85).

É nesse contexto, que muitas empresas aparecem como financiadoras de projetos sociais de práticas musicais, a exemplo do projeto da Orquestra Criança Cidadã que teve suas primeiras doações por meio da Companhia de Alimentos (atual Vitamassa) no valor de R\$ 5.000,00. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) também integrou as primeiras doações com a quantia de R\$ 300.000,00, servindo para folha de pagamento dos funcionários (PORTO, 2010).

Ainda segundo Porto (2010), outra parte das primeiras doações vieram de Armando Monteiro Neto, por meio da Fundação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE) no valor de R\$ 200 000,00, valor que permitiu o projeto comprar alguns instrumentos de cordas e um piano de meia cauda. Atualmente, o projeto da Orquestra Criança Cidadã conta com outros apoiadores e patrocinadores como mostra o Quadro 7 com as logomarcas das empresas.

Quadro 7- Empresas Parceiras e Patrocinadoras do Projeto



Elaboração: a autora (2014), mediante as informações cedidas pelo projeto.

Os subsídios são de diversas naturezas como: doações de cestas básicas, planos de saúde, bolsas de estudos, reparos de construção civil, manutenção do curso de idioma, intercâmbio, materiais didáticos, lanches, instalações, ajuda logística, ajuda com processo, ofício e serviços de cartório. Um exemplo disso é a Rotary Clube que há 10 anos promove intercâmbios para jovens considerados carentes, e com necessidades especiais. No caso do projeto da Orquestra Criança Cidadã, a empresa realizou a doação de instrumentos musicais e passou a enviar um integrante do projeto, por ano para a Europa (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Um exemplo foi a bolsa oferecida a *Heinrich Schutz*³², o investimento foi de R\$ 12 mil e sua permanência na Europa foi em casa de uma família inscrita no programa. A bolsa inicial foi de Agosto de 2009/Agosto de 2010, com acréscimo de mais um ano. (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Outro estudante que ganhou a bolsa foi *Luigi Boccherini*, na época com 17 anos para a República Tcheca também com todos os custos pagos, sua ida foi em setembro de 2010 onde passou 12 meses. Além desses dois, *Ludwing Beethoven*, na época com 18 anos, também ganhou a bolsa de estudos com destino a Áustria, para estudar na *Musickshuler* em *Neuhoffen*, na cidade de Viana, onde passou por três famílias inscritas no programa. (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013). Os subsídios colocados acima mostram que:

O patrocínio nem sempre é concedido de forma financeira. Também pode ocorrer pelo fornecimento de produtos ou pela prestação de serviços gratuitos, como impressão de material gráfico, transporte, seguro, hospedagem, alimentação, iluminação, sonorização, refrigeração por ar condicionado, criação ou veiculação de propaganda e material promocional. Pode ainda envolver o fornecimento de um espaço para a realização do projeto (auditório, saguão) ou de recursos humanos (consultores, peritos em restauração, administradores de um espaço cultural, até mesmo “empréstimo” de funcionários para trabalhar na bilheteria ou na recepção). Há, enfim, toda uma miríade de possibilidades de patrocínio para empresas com os mais diversos graus de envolvimento, orçamento, estrutura e disponibilidade (REIS, 2003, p.15).

Embora a ajuda concedida ao projeto seja de grande importância para o desenvolvimento de suas atividades, é necessário a presença de algumas instituições que patrocinem financeiramente o projeto, para o pagamento de seus funcionários e de outras necessidades. Por isso, o projeto da Orquestra Criança Cidadã também conta com ajuda financeira esporádica da Escola de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) e com financiamento fixo do Serviço Social da Indústria (SESI), por meio da Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE), e da Caixa Econômica Federal. A ajuda financeira da Caixa chegou ao projeto durante uma apresentação da Orquestra em Brasília em que o Juiz Targino idealizador do projeto, aproveitou o momento para falar ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o projeto não tinha uma fonte de custeio permanente, foi nesse momento que o presidente pediu ao ministro das relações interiores, na época José Múcio Monteiro, para entrar em

³² Resolvemos seguir a mesma linha dos nomes de compositores clássicos para preservação da identidade atribuídos nas entrevistas. Ressaltamos que o mesmo nome a um dos que fizeram o intercâmbio deveu-se ao fato de ser o mesmo que participou das entrevistas.

contato com Maria Fernanda Coelho, presidente da Caixa na época (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

A respeito dessa parceria, o Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, Paulo Nery fez o seguinte comentário:

[...] A Orquestra Criança Cidadã é o melhor destino para o recurso financeiro da Caixa: o programa tem credibilidade e é, importante para a sociedade como fator de transformação, além de levar o nome da cultura da nossa cidade e do nosso Estado para o resto do Brasil e do mundo (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2012, p.38).

O então presidente da caixa Paulo Roberto dos Santos, também comentou sobre a parceria da Caixa com o Projeto da Orquestra Criança Cidadã [...] *“A caixa não observa apenas seus números, mas também os frutos sociais de seu trabalho, percebendo o amor, o carinho e a dedicação com que o projeto (da orquestra) é levado adiante”* (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2012, p.38). O contrato com a Caixa prevê a realização de um concerto público mensal como forma de prestação de contas a sociedade do trabalho promovido no projeto. Além de fortalecer o cenário cultural do Estado (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2012). Nesse sentido, Mello; Froes (2005) compreendem o financiamento de projetos sociais como uma justiça e que, por isso, deve ser feito. Pois, para os autores trata-se de uma compensação de perdas da sociedade por meio de concessão de recursos e não uma filantropia.

Entretanto, existe uma cultura organizacional que percebe filantropia como responsabilidade social. Contudo, responsabilidade social, “são estratégias pensadas para orientar ações das empresas em consonância com as necessidades sociais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação de seus clientes, o bem-estar da sociedade” (DIAS, 2012, p. 96). Portanto, as doações realizadas pelas empresas não se caracterizam como responsabilidade social, por se tratar de ajuda eventual prestada pela organização (DIAS, 2012).

Entretanto, para Zenone (2006), as contribuições das empresas aos projetos sociais tem um caráter mercadológico, pois, agrega valor as marcas (*brand*), sendo assim, um instrumento de marketing institucional (ZENONE, 2006). Portanto, no empresariado brasileiro, verificamos que:

As ações e práticas “socialmente responsáveis” representam uma nova oportunidade para aumentar os lucros e potencializar seu desenvolvimento pela abordagem do marketing social através da execução de projetos sociais próprios ou investimentos filantrópicos em projetos administrados por

Organizações Não-Governamentais (RAMPINELLI; GUIMARÃES, 2006, p.211).

Gonh (2009) se alinha ao pensamento de Rampinelli; Guimarães (2006) ao afirmar que :

Ouve-se falar muito de avaliações de programas educativos, destinados a comunidades específicas, apoiados por empresas, sobre a rubrica de “responsabilidade social”. O que devemos atentar é que, muitas dessas avaliações buscam verificar os resultados dos programas junto aos sujeitos que deles participam, procuram-se os resultados junto aos consumidores e acionistas em relação à imagem daquelas empresas (p.32).

Desse modo, conciliar sustentabilidade com as empresas é algo bastante desafiador, porque no modelo capitalista atual o foco é no lucro, logo, apenas na economia, assim, fica difícil imaginar ações totalmente desinteressadas, e, por isso, tenham por elemento central o bem estar da sociedade. Portanto, “desconstruir o paradigma da economia é desmascarar a ficção e perversão contidas na retórica do discurso da globalização- pensar globalmente e agir localmente-, que na prática leva a impor a prática do mercado no local” [...] (LEFF, 2010, p.26).

Diante disso, no tópico a seguir discutiremos a presença de empresas da construção civil como parceira do projeto da Orquestra Criança Cidadã, a fim de mostrar que o capitalismo não tem “chamado” para atender as necessidades reais da sociedade, já que seu fim último é o lucro, com isso, oprime as classes populares. Portanto, tais padrões estão muito aquém de um patamar sustentável.

5.2 “Além do Arco-Íris³³”: Uma Leitura Crítica na Produção do Espaço Urbano, por Meio de um de seus Promotores.

As discussões da produção do espaço urbano se dará por meio de um dos promotores imobiliários, parceiro do projeto da Orquestra Criança Cidadã, a partir de um processo de produção do espaço urbano. Portanto, “entender o modo como se realiza a produção é entender como os homens se relacionam como sujeitos dentro e fora do processo produtivo” (CARLOS, 2008, p.38). Para Côrreia (1995), o espaço urbano é produto social, e, por isso, resulta em marcas acumuladas, em virtude da produção e do seu consumo. Essa questão nos leva a pensar que:

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim,

³³ Tradução da letra da música *over the rainbow* (além do arco íris) ou como é mais comum encontrar *somewhere over the rainbow*(em algum lugar além do arco íris).

necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de ambiente construído, seja na rede urbana, seja no espaço intraurbano [...] (CÔRREA, 1995, p.43-44).

Portanto, os processos de produção do espaço estão relacionados às diferentes formas de atuação como: “os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos” (CÔRREA, 1995, p.12). E podem ser compreendidos como:

Um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital dinheiro, agora acrescido de lucro (CÔRREA, 1995, p.19-20).

A produção do espaço urbano, por meio de seus promotores também pode ser considerada da seguinte forma:

Obriga-nos a considerar o sujeito da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuidade (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financiamento e suas articulações com os demais setores da economia, como mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação (CARLOS, 2012 p.64).

Assim, diante de tantos produtores do espaço urbano, fixamos apenas nos promotores imobiliários que são “um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização” (CÔRREA, 1995, p.29). Entretanto, os promotores imobiliários têm “criado” novas formas de atuação, trazendo seus serviços em “prol da sociedade”, um exemplo disso, é a empresa de construção civil Odebrecht que contribui com o projeto da Orquestra Criança Cidadã desde sua origem.

Portanto, o mais recente apoio da empresa foi ao projeto da nova sede da Orquestra Criança Cidadã que será construída na frente do 7º D-SUP. Porém, foi necessário o apoio do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o projeto ter sua sede própria, por meio da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de uma área pertencente à Marinha, portanto, da união que fica em frente do 7 D-SUP com 1.000m² (PORTO, 2010).

Os terrenos da Marinha podem ser definidos como: “ São terrenos da marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da

posição da linha da preamar médio de 1831 ” (DECRETO LEI 9.760/46, Art 2º). A união possui reservas de terras para:

[...] foi reservado à união por razões de aproveitamento econômico e defesa da nação. Atualmente, os terrenos da marinha se prestam a outras políticas públicas como a regularização fundiária, ordenamento das cidades, proteção do meio ambiente e das comunidades tradicionais, apoio ao desenvolvimento sustentável, conferindo aos bens da união sua função socioambiental (BRASIL, 2010, p.33).

As discussões em torno do terreno ocorreram desde 2008, com o consentimento do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. No entanto, a Marinha dentro de seu direito não era de acordo com o processo de desafeto do terreno, a aceitação da marinha só veio ocorrer após a intervenção do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Assim, com a questão resolvida a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) pôde fazer a cessão de uso gratuito e no dia 28 de dezembro de 2010 houve a entrega do documento doando o terreno (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Assim, é nesse cenário que se discute os padrões de planejamento urbano existentes nas nossas cidades. Todavia, questionamos não a doação do terreno em si, mas a lógica como as áreas são apropriadas e destinadas. Pois, “os instrumento mesmo aqueles menos ambíguos ou ambivalentes, de pouco ou nada adiantam se não existirem as condições políticas, sociopolíticas e políticas culturais para que eles sejam aplicados e bem aplicados” (SOUZA, 2013, p.132). Portanto, o padrão de planejamento urbano nos leva a dois posicionamentos diferentes a cerca da adoção de medidas de transferência de terreno da união, embora, estejam ocupados com os mesmos sujeitos, ou seja, a comunidade do Coque, para um foi desafetado o terreno e transferida à propriedade, enquanto o outro, que é mais antigo não houve essa transferência. Então, diante disso, questionamos será que essa ação se deve a parcela do terreno ser menor ou seria a localização?

Ressaltamos ainda que reconhecemos os espaços culturais como algo de grande importância para a cidade, e, por isso, devem existir, pois “a cultura é o que nos dá consciência de pertencer a um grupo” (SANTOS, 2012, p.81). Entretanto, quando confrontamos o cenário vemos a cultura se transformando em mercadoria mediante os valores de uso e estético da obra. Então, “o valor de uso estético prometido pela mercadoria torna-se então instrumento para se obter dinheiro” (HAUG, 1997, p.22). Essa obra será o complexo cultural e social para a Cidade do Recife, como mostra a figura do projeto do empreendimento (Figura 12).

Figura 12- Projeto da Nova Sede



Fonte: Orquestra Criança Cidadã, 2013.

O complexo será formado pela escola de música e pela sala de concerto e contemplará três núcleos principais: escola, sala de concertos e administração. Será formado de dois pavimentos: o primeiro, com refeitório, lutheria, administração, sala de concerto e sala de ensaios; o segundo, com salas de prática e salas de aulas, sendo o primeiro espaço show totalmente acústico no Norte/Nordeste do Brasil (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADADA, 2013). Nesse sentido, a engenheira da Odebrecht Manuela Dantas, que coordenou o projeto fez a seguinte afirmação:

“É uma obra de grande valor magnitude. Fico imensamente feliz por saber que meu trabalho fará a diferença na vida de centenas de crianças que teriam pouca ou nenhuma possibilidade de um futuro digno. Elas terão, agora, uma oportunidade real de transformar, com a música, a sua vida e da sua família” (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2013, p.36).

Para o projeto da Orquestra Criança Cidadã a obra é uma forma de valorizar o Coque como foi mencionada:

Será um empreendimento que vem trazer não só uma transformação arquitetônica e urbanística para a comunidade do Coque. Vai oferecer também vida, autoestima, para aquela comunidade que é tão depreciada aos olhos do restante da população. Eu falo Coque por que está a 50m ou 80m dali.

Atravessando a Av. Sul já é Coque (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Desse modo, a construção da nova sede do projeto da Orquestra Criança Cidadã nos conduz a uma reflexão sobre os processos de renovação urbana, presente no processo histórico da cidade do Recife mediante apelos estéticos. Portanto,

Apoiadas nesse apelo histórico e guarnecidas pela revitalização do mobiliário urbano, seletivamente resgatado, dentro das camadas sucessivas disponíveis, as sedutoras iniciativas estéticas simulam, com a tentação de suas belezas de formas e coloridos, hegemonia e abrangência social de propósitos, quando não fazem mais do que considerar o espaço como tábua rasa, ou frente aos interesses econômicos das peças de poder, mudar a configuração do tabuleiro, destacando cores e criteriosamente desencavando labirintos e subterrâneos de riquezas potenciais, revestido-o de atributos condizentes com a cidade espetáculo (GOMES, 2007, p. 173).

Portanto, a obra da nova sede do projeto da Orquestra Criança Cidadã revela algumas lacunas sobre o processo de produção do espaço urbano, pois, criam-se novos cenários visando a promoção da cultura e com isso, novas formas de ocupar o solo urbano de Recife. Por outro lado, poderá permitir novos estímulos para a ocupação da área que podem ser consolidadas com a construção de empreendimentos de alto luxo para moradias. Então, pensando a partir dessa perspectiva o projeto vai contribuir para uma transformação arquitetônica no Cabanga. Portanto, “a equivalência social deve ser entendida e praticada como equidade na diversidade cultural, na diferença como progresso incessante da diversificação dos mundos de vida” [...] (LEFF, 2010, p.33). Além disso, será que os moradores do Coque vão para os concertos realizados pelo projeto mesmo estando a 80 m do Coque?

Ademais, levando em consideração as condições socioespaciais do Coque em que cerca de 40 mil habitantes convivem com seus direitos desrespeitados, pois, “há desigualdades sociais, que são em primeiro lugar desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra” (SANTOS, 2012, p.151). Portanto, é a partir dessa perspectiva que refletirmos sobre o processo formativo por meio das práticas musicais e o espaço urbano desigual, pois, as práticas musicais devem contribuir para que seus integrantes de maneira crítica possam discutir os padrões de planejamento desigual, e a partir de suas experiências de vida protagonizar sua própria história.

Esse processo permitiria conduzir uma verdadeira cidadania porque a que temos é algo “mutilada, subalternizada, muito longe do que, habitualmente, em outros países capitalistas”

(SANTOS, 2012, p. 37). Além disso, numa sociedade em que torna os jovens moradores das favelas invisíveis ou fazem com que eles neguem o seu território para serem aceitos é preciso torná-los visíveis além no palco das salas de concertos e teatros, mas antes de tudo no palco da vida. Então, “as cidades educativas devem ensinar seus filhos e aos filhos de outras cidades que as visitam que não precisamos esconder nossa condição. [...] não importa de onde, para gozar de respeito e de atenção” (FREIRE, 2014, p.31). Para isso, é necessário que se tenha um estímulo, como afirma Freire (2014):

Talvez as cidades pudessem estimular as suas instituições pedagógicas, culturais, científicas, artísticas, religiosas, políticas, financeiras, de pesquisa para que, empenhando-se em campanhas com este objetivo, desafiassem as crianças, os adolescentes, os jovens a pensar e a discutir o direito de ser diferente sem que isto signifique correr o risco de ser discriminado, punido ou, pior ainda, banido da vida (p.32).

Por isso, no mundo em que os ritmos são acelerados e as notas na maioria das vezes não estão em harmonia, formar jovens cidadãos pode ser considerado um grande desafio na cidade contemporânea. Isso, em virtude de uma sociedade altamente polarizada que nega a condição cidadã aos jovens moradores de favelas, através da representação do coitado, do propenso ao crime, ou de um ser invisível. Então, vencer essa alienação social seja o primeiro passo não apenas para a formação de seres humanos cidadãos por meio das práticas musicais, mas na superação de uma barreira social, a qual ninguém vê, mas infelizmente muitos sentem.

É nesse contexto que se gerou uma reflexão como o projeto da Orquestra Criança Cidadã ganhou tanta visibilidade? Pois, poderia ser apenas mais um projeto social, no entanto, se tornou o projeto social, podendo servir de referência para outros. Esse fenômeno pode ser explicado devido a um associativismo entre diferentes atores e segmentos da sociedade que se uniram visando “contribuir” para causas sociais como discutimos no início desse capítulo. Desse modo, ao passo que vão sendo revelado esse cenário associativo vão sendo desenhados cenários econômicos, portanto,

[...] O mercado que transforma a natureza e o homem segundo ditames de suas leis cegas e seus falsos equilíbrios; que constrói o *homo economicus* como a manifestação do grau mais elevado de racionalidade do ser, e que se confirma ajustando os comportamentos e desejos do homem aos desígnios da lei abstrata e totalitária do mercado (LEFF, 2010, p.25).

Portanto, nesse cenário econômico que cria regras de mercado pode ser apresentado no processo de investimento para a construção da nova Orquestra Criança Cidadã que será de R\$ 44 milhões, a serem aplicados por empresas nacionais e poderá se tornar realidade em novembro de 2015. A captação dos recursos foi em dois momentos 2013 e 2014 e os empresários que estão em dívida com o Imposto de Renda poderão contribuir para o projeto. Esse exemplo mostra que “grandes empresas e pequenos e médios empresários apoiam ou investem no setor como forma de diminuir o pagamento de taxas e impostos” (GONH, 2011, p.81). Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficará responsável por captar os recursos (ASSOCIAÇÃO CRIANÇA CIDADÃ, 2013). É nesse cenário que podemos verificar que o patrocínio na construção de espaços culturais tem:

Na última década também tomou fôlego o patrocínio da construção de edifícios culturais e das atividades desenvolvidas neles. Enquadram-se nessa categoria o Instituto Itaú Cultural, as diversas unidades do Centro Cultural, Banco do Brasil, do Instituto Moreira Sales, da Caixa Econômica Federal, espaços culturais da Caixa e do BNDES, dentre tantos outros que oferecem atividades gratuitas ou a preços simbólicos [...] (REIS, 2003, p.15).

A construção foi dividida em módulos, em dezembro de 2013, houve a limpeza do terreno, a montagem do canteiro de obra e o início das atividades de fundação. Durante o ano de 2014 houve a continuação da fundação para depois estruturar as paredes, instalações, revestimentos e forros, especialmente, da sala. O ano de 2015 ficou dedicado à estruturação da escola de música e área externa do local. A obra dessa segunda etapa se dará através da aprovação do ministério da cultura para o Recife pela lei Rouanet (ASSOCIAÇÃO CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Assim, é nesse cenário econômico que alguns podem até pensar a presença de empresas de construção civil nas causas sociais como uma maneira de proporcionar habitação aos moradores de áreas consideradas pobres, no entanto, é preciso atentar que “O capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas populares, numa sociedade onde parte ponderável da população não tem acesso à casa”[...] (CÔRREA, 1995, p.22). Até porque “a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista” (CÔRREA, 1995, p.23). Ainda sobre esse assunto Carlos (2013), afirma que:

[...] Seu pressuposto é a compreensão da produção do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social, portanto produto histórico e de conteúdo social. Submetido à lógica da acumulação, essa produção realiza a acumulação capitalista cujos objetivos se elevam e se impõem à

vida e aos modos de uso do espaço. [...] Este processo realiza a desigualdade na qual se assenta a sociedade de classes, apoiada na existência da propriedade da riqueza que cria acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole em sua totalidade, a partir da aquisição das mercadorias (p.94).

Essa lógica capitalista é bastante nítida em Recife em que os padrões de apropriação do espaço urbano promovem um processo de desigualdade socioespacial. Portanto, o Coque é um exemplo dessa desigualdade socioespacial em que os moradores resistem às pressões estabelecidas pelos promotores do espaço urbano, sobretudo, os imobiliários, em virtude da localização estratégica do Coque. Diante disso, a questão aqui, não estar em contribuir ou não contribuir para o projeto da Orquestra Criança Cidadã, mas levantar a tese que se eles “ajudam” de um lado, do outro, eles seguem uma lógica capitalista que acaba oprimindo os moradores das áreas que eles “ajudam” tornando um ciclo vicioso. Desse modo, concordamos com Freire (2005) ao dizer que:

Os opressores, falsamente generosos, tem necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo a oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria (p.33).

Assim, percebemos a presença dos promotores imobiliários em projetos sociais de práticas musicais como um instrumento para a promoção do capitalismo porque “o desenvolvimento capitalista não muda a essência, mas adquire matriz social intrínseco, embora, com a tendência instrumentalizante” (DEMO, 2012, p. 102). Ainda segundo o autor, o capitalismo não tem chamado para as questões sociais, pois, surgiu como maneira de imposição por meio da cidadania. Portanto, seu financiamento depende dos interesses capitalistas. O autor ainda é categórico em afirmar que o interesse nos processos educativos³⁴ se dá em virtude de benefícios (DEMO, 2012). Por isso, é preciso fazer uma reforma na lógica do capital no processo educativo. Contudo,

O capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível. Ou bem tem êxito em impor aos membros da sociedade, incluindo-se as personificações “carinhosas” do capital, os imperativos estruturais do seu sistema como um todo, ou perde a sua viabilidade como regulador historicamente dominante do modo bem-

³⁴ Usamos processos educativos ao invés de educação com a finalidade de estabelecer uma condição genérica dessa ação e não apenas ao ensino formal.

estabelecido de reprodução metabólica e universal (MÉSZÁROS, 2008, p.27).

Mészáros (2008), ainda coloca que buscar uma mudança educacional por meios de correções dos modelos capitalistas implica em abandonar a transformação social de qualidade. Por outro lado, Demo (2012), acredita que a educação “pode levar à superação do sistema, à medida que planta condições subjetivas de ultrapassar o capitalismo, como fase histórica” (DEMO, 2012, p.103). Entretanto, não é apenas no cenário econômico que podemos refletir sobre o projeto da Orquestra Criança Cidadã, mas também no campo político. Pois, como já mencionamos ao observar a dimensão cultural no espaço urbano expandimos a visão social, econômica e política (CÔRREA, 2011). Logo, dentre diferentes políticos que contribuíram ao projeto, podemos dizer que a parcela mais expressiva de contribuição veio do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Assim, durante o concerto de aniversário do projeto realizado em 2011 ele proferiu o seguinte discurso:

Eu acredito que todo o ser humano poderia evoluir se tivesse oportunidade. [...] Quando vejo vocês, eu me lembro de mim mesmo. Quando um menino como eu, saindo de onde eu sai, morando onde morei e tendo a formação escolar que tive. Uma pessoa que passou por tudo isso, conseguiu ser presidente da República, então, eu digo que, qualquer um de nós, se tiver uma mão estendida, essa pessoa pode ser o que quiser na vida (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2011).

O então presidente Lula conheceu o projeto durante a ida da orquestra à Brasília, para a realização de uma apresentação a convite da Secretaria de Comunicação do Governo. No entanto, devido a algumas articulações políticas a orquestra tocou para Lula. Portanto, foi a partir desse encontro que Lula começou a intervir no projeto, primeiramente com a articulação com a Caixa Econômica Federal para custear permanente o projeto. Além disso, após, a apresentação em Brasília houve outras apresentações articuladas por Lula, por exemplo, apresentação no Programa do Faustão e na Cúpula do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) realizado na Bahia. E finalizando com a doação do terreno para a construção da nova sede (PORTO, 2010); (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2011).

O então, presidente ainda no concerto de aniversário se mostrou aberto para continuar colaborando com o projeto da Orquestra Criança Cidadã, ao falar que:

Eu posso ajudar mais ainda do que quando eu era presidente. Eu não sou mais presidente, mas sou amigo do governador, do prefeito, dos senadores e da presidente Dilma. Podem contar comigo, pois, a minha disposição é a

mesma. Vou falar com Dilma que, quando ela vier ao Recife, que assista a uma apresentação da Orquestra Criança Cidadã. Como mãe, como avó sei que ela vai abraçar essa e outras orquestras (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2011).

Para finalizar esse capítulo, pretendemos explicar algumas questões que tenham ficado incompreendidas durante a leitura. Assim, como o título desse capítulo aponta, buscamos confrontar a presença de empresas, sobretudo, da construção civil e o que essa parceria com o projeto social nos levou a refletir. E, de fato, se trata de um confronto, pois, podemos constatar que as lógicas econômicas aparecem com uma face do bem, visando à melhoria na qualidade de vida dos jovens do Coque. Por outro lado, no mercado altamente competitivo os investimentos em projetos sociais se tornam na maioria das vezes peças de marketing para alavancar a empresa, o produto ou qualquer outro elemento que esteja relacionado ao investimento.

Além disso, a cidade de Recife tem vivido nos últimos anos mudanças em suas paisagens com os padrões de planejamento urbano existente que fere a história, identidade e memória da cidade para dar espaço a grandes espigões contribuindo assim, no processo de produção desigual do espaço urbano. Assim, discutir os promotores imobiliários no tópico desse capítulo esteve no fato que o Coque cenário de nossa pesquisa convive com as pressões imobiliárias devido a sua centralidade.

Vale ressaltar que toda essa discussão não é uma posição contrária aos investimentos realizados das parcerias do projeto da Orquestra Criança Cidadã e muito menos da construção da nova sede. Mas, o que queremos com isso, é contribuir na promoção de novos rumos desse processo associativo, possibilitando quem sabe uma dádiva e ao mesmo tempo ultrapasse o caráter “do salvando da criminalidade” que tem se tornando canção para surgir novos parceiros. Assim, no próximo capítulo iremos apresentar as análises do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã.

6 “MODERATTO”- ANÁLISE DO DISCURSO DO PROJETO DA ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de aprender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção (ORLANDI, 2001, p.30).

O capítulo intitulado “*Moderatto*”³⁵ - Análise do Discurso do Projeto da Orquestra Criança Cidadã tem por finalidade apresentar a materialização da linguagem por meio do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Pois, as formas como as recorrências aparecem no discurso são de todo modo, indicadores para discutir a partir delas aspectos positivos e negativos do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Porque, “a língua é fato social. Significamos o que é social ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia e a ideologia ao inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 77). Assim, no tópico a seguir faremos uma breve apresentação da análise do discurso com fins de aproximar o leitor com a questão.

6.1 “É preciso Pronunciar Palavras Enquanto as Há, é Preciso Dizê-las até que Elas Me Encontrem”³⁶: Uma Breve Apresentação da Análise de Discurso

Pronunciar palavras faz parte da vida de todos os seres humanos, pois, as palavras servem para expressar sentimentos e ideias. Entretanto, as palavras materializadas nas falas expressam determinados sentidos que vão se movimentando a partir do que vai sendo dito. Portanto, “o discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2013, p.15). Ainda segundo a autora no discurso verificamos a relação entre língua e ideologia, e a compreensão de sentidos que se

³⁵ *Moderatto* é um termo em italiano que significa contido (BURROWS, 2013). Nossa opção em utilizar esse termo no capítulo de resultado esteve no fato que na análise do discurso é preciso ter em si os fatos materializados no discurso por meio da linguagem e ao mesmo tempo impedir que influências como vivências, experiências, história de vida do analista acabem interferindo na análise. Além disso, toda reflexão demanda redimensionamento do objeto por meio de releituras.

³⁶ (FOUCAULT, 2013, p.6).

dão nos espaços de tempos a partir das práticas dos seres humanos (ORLANDI, 2013). Nesse sentido, de acordo com Orlandi, os discursos expressam:

[...] Uma mediação entre o homem e a realidade natural ou social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. *O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana* (ORLANDI, 2013, p.15, grifo nosso).

Foucault (2013) compreende o discurso como uma manifestação de poder ao afirmar que:

[...] Não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que- isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (p.10).

Portanto, o discurso é o homem que em vários momentos de sua vida vai apresentando suas ideias mediante sua fala e ao mesmo tempo expressa uma ideologia diante daquilo que é dito. Por isso, por se tratar de algo que precisa ser compreendido para além do que é falado a análise do discurso se dá por meio de uma construção teórica. Em virtude disso, “a teoria está na base nas análises que, por sua vez, retroalimenta a teoria” (INDURSKY, 2008, p.9). Logo, “ocorre uma inquieta relação que vai, em um constante movimento pendular, da teoria para análise e, desta, de volta para a teoria” (INDURSKY, 2008, p.9). Nesse sentido, os procedimentos metodológicos se deram por meio de corpus a partir das recorrências e deslocamentos que se dão a partir da linguística e de outras que irão conceber o discurso. Para tanto, análise de discurso proposta nesta dissertação foi na perspectiva Pêcheutiana por estabelecer uma relação entre a língua/sujeito, sujeito/história ou língua /ideologia (CATALINA, MUTTI, 2006).

Assim, como já dissemos buscamos analisar o discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã constituído como uma prática educativa não formal, cujo o discurso se mobiliza de acordo com alguns padrões sejam políticos, econômicos e sociais. Então, “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo” (FOUCAULT, 2013, p.41). Além disso,

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e

no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais (FOUCAULT, 2013, p.41).

Assim, a educação é uma forma de conduzir o ser humano ao universo discursivo. Contudo, numa sociedade altamente desigual, os discursos também seguem a tendência e possuem marcas de distâncias sociais e de conflitos. Logo, Para uma melhor compreensão desse universo discursivo dividiremos em alguns tópicos e sub tópicos. Desse modo, iremos iniciar com a condição de produção do discurso.

6.2 A Produção de Sentidos Enquanto Parte de Suas Vidas [...] Enquanto Membros de Uma Sociedade”³⁷: Apresentando a Condição de Produção do Discurso

Um determinado discurso não ocorre de um nada, pois, depende de elementos condicionantes que pode ser da representação e relação entre lugares para que esse discurso seja produzido. Portanto,

[...] A representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, proporcionam interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo (COURTINE, 2009, p.49).

Assim, “a condição de produção estabelece relação de poder e de sentido no interior do discurso, mantendo com a linguagem uma relação necessária, não apenas aditiva” (GRIGOLETTO, 2005, p.109). Diante disso, perguntamos quais seriam as condições de produção que envolvem o discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã? Contudo, em primeiro lugar gostaríamos de dizer que esse discurso se inscreve em duas ordens de constituição: a violência no Coque, salvação nas práticas musicais.

Contudo, para falar do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã é necessário fazermos um resgate nos capítulos 2 e 3 dessa dissertação. Portanto, levando em consideração as características das cidades contemporâneas marcada pelo capitalismo que contribuem para um processo de produção desigual do espaço urbano, fazendo com que as pessoas desprovidas de condições ocupem os espaços que o capital não quer. Essas pessoas convivem diariamente com a ausência de serviços básicos que as possibilitem terem melhores condições de vida. Além disso, elas convivem com o olhar negativo de moradores de outras áreas, por serem vistos como criminosos em potenciais.

³⁷ (ORLANDI, 2013, p.16).

Esse cenário é uma realidade bastante presente na cidade de Recife em que a lógica capitalista opera passando por cima da história, memória e identidade da cidade, e ao mesmo tempo construindo um cenário desigual que pode ser visto através da distribuição espacial dos bairros por meio da RPA. Assim, um exemplo dessa grande diferença socioespacial em Recife é o Coque, em que os moradores convivem com a ausência de serviços básicos, além do medo da expulsão, embora, seja legítima sua permanência. Ademais, embora localizado centralmente na cidade o Coque não é bem visto pelos moradores de outros bairros, em virtude de perceber o lugar como violento, causando estigmas aos moradores.

É nesse contexto de desigualdade socioespacial que os projetos sociais de práticas musicais se inserem com vistas de possibilitar uma mudança de vida aos jovens moradores das favelas. Contudo, muitos são estruturados como um instrumento de salvação com vistas de evitar que os jovens envolvam com as práticas criminosas. Assim, é nesse contexto que surge o projeto da Orquestra Criança Cidadã que foi criado sobre um padrão de segurança pública por ter sido levado em consideração apenas a violência na comunidade. Portanto, são essas questões que formam os corpus. Essas condições de produção do discurso nos levaram a alguns questionamentos trabalhados durante o processo de análise, são esses:

1/ Afinal, qual papel o projeto da Orquestra Criança Cidadã tem feito para o Coque? Formar Jovens músicos? ou está contribuindo para fortalecer a imagem do Coque como um lugar de violência?

2/ Como se dá a relação das práticas musicais como forma de salvação das práticas criminosas no discurso? Ao projetar essa relação contribui para uma comoção social de que eles só teriam duas opções se tornarem músicos ou entrar para as práticas criminosas?

Essas condições de produção ajudam a pensar nos efeitos de sentido que são produzidos nesse discurso por meio do corpus em suas recorrências. O corpus é “um conjunto diverso, disjunto, laminado, internamente contraditório e não um reservatório de informações ou uma justaposição de homogeneidade contratadas” (PÊCHEUX, 2012, p.16). Ou ainda, um “Conjunto de sequência discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estados de condição de Produção do Discurso” (COURTINE, 2009, p.54). Desse modo, passamos a seguir para a constituição do corpus da pesquisa, os recortes, blocos e sequências discursivas.

6.3 “Não Há Discurso Sem Sujeito e Não Há Sujeito Sem Ideologia”³⁸ [...]: A Constituição do Corpus da Pesquisa

O Corpus da pesquisa foi constituído pela revista criança cidadã, busca no site do projeto e do site do Instituto Inovare³⁹, além de um livro que trata da história do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Os discursos presentes nesses elementos podem ser compreendidos como: “Um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistam, ou melhor, interagem de uma conjuntura” (MAINGUENEAU, 1997, p.116). Ressaltamos que a seleção desse corpus não foi baseada em nenhum critério pré-estabelecido apenas chamou a atenção ao lermos os discursos nesses elementos que tínhamos garimpado durante o processo exploratório.

A revista criança cidadã teve sua primeira publicação em Março/Abril de 2010 pela ABCC e tem por objetivo divulgar as atividades de seus dois projetos: a Orquestra Criança Cidadã e o Espaço Social Dom Helder Câmara. Além disso, a revista também discute questões relacionadas à infância e juventude (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2010). Assim, podemos verificar, no trecho abaixo, retirado, do editorial, da edição de n. 1 de Abr/Mar de 2010. Assim,

Achamos, portanto, de suma importância, a exposição e a análise de fatos concernentes à infância e juventude dentro do Estado de Pernambuco, mas que tenham repercussão e seja espelho de uma realidade nacional. A Revista Criança Cidadã engloba, por isso, matérias especiais que complementam as novidades trazidas por nossos projetos. Isso nos transforma, com muito orgulho, em um veículo de verdadeira função social e conscientização (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2010, p.3).

Além disso, as matérias na revista se justificam pelo seu próprio trabalho junto a Orquestra Criança Cidadã, pois,

Como trabalhamos com música no dia a dia, devido à nossa Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque, é justa e bastante interessante a abordagem de matérias referentes à área, tanto porque haja uma verdadeira escassez de publicações disponíveis sobre o tema, no Recife, para o leitor comum. Trazemos, assim, nesta edição, entrevistas com maestros e um pouco sobre o método de iniciação musical Suzuki, com que trabalhamos na orquestra (REVISTA CRIANÇA CIDADÃ, 2010, p.3).

³⁸ (ORLANDI, 2003, p.17).

³⁹ O Instituto Inovare premia práticas inovadoras no âmbito do judiciário. Para maiores informações ver: <http://www.premioinnovare.com.br>

Conforme podemos constatar nas citações acima se trata de um veículo que visa comunicar aos leitores e ao mesmo tempo sustentar a imagem em relação ao seus projetos. O site do projeto da Orquestra Criança Cidadã tem por função apresentar o projeto, informar sobre os concertos, bem como apresentar seus funcionários e mostrar seus parceiros. E por fim, o livro “violinos no Coque” publicado no ano de 2010 pelo autor Waldenio Porto que conta a história do projeto da Orquestra Criança Cidadã e descreve o cenário do Coque da violência e da desigualdade, os idealizadores do projeto e os seus integrantes. O livro contém 31 capítulos e apresenta elementos como:

Eu queria tanto entrar para a Orquestra. É outra coisa diferente. Até os marginais respeitam as crianças. Fiz o teste, mas não passei. O maestro me disse que falta ouvido. Não tenho aptidão. Foi a palavra que ele deu. Botei a palavra num papel pra perguntar a professora (PORTO, 2010, p.92).

Consideramos o livro “violinos no Coque” importante para incorporar o corpus do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã por ele contar a história do projeto. Após selecionarmos os corpus para a pesquisa escolhemos as sequências discursivas (SDs), que “não deve, pois, ser considerada como uma simples articulação de informações elementares, mas como comportando uma série de mudanças de níveis, sintaticamente recuperáveis” (PÊCHEAUX, 2012, p.166). Ressaltamos ainda que “não foram considerados como definitivos, nem como válidos de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço” (FOUCAULT, 1997, p. 34).

Desse modo, os recortes foram divididos em dois blocos e o critério de divisão utilizado foi a presença de algumas recorrências semelhantes em cada SDs que versa em torno do Coque como violento e das práticas musicais para salvar dessa violência. No recorte observamos “a dispersão do discurso e não a horizontalidade do dizer, já que não interessa ao analista de discurso quantificar a presença de determinadas marcas, mas olhar o funcionamento discursivo dessas marcas” (GRIGOLETTO, 2005, p. 118). As sequências discursivas recortadas compreendem o período de justificativa de idealização em 2005 e início das atividades do projeto em 2006. No total foram recortadas 34 sequências discursivas, no entanto, apenas analisamos 12 que estão divididas em 5 no bloco 1 e 7 no bloco 2. Após, apresentarmos o corpus e o recorte que compõem a análise iremos passar para a análise propriamente dita.

6.4 “ São Ditos, Permanecem Ditos e Estão Ainda Por Dizer” ⁴⁰As Análises do Discurso do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

Neste tópico, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Para tanto, as análises serão apresentadas em quatro sub tópicos seguindo a ordem dos blocos como mencionado no tópico acima.

6.4.1 A Constituição do Discurso do Projeto Sobre o Coque

SD1: “Vida social digna, bem diferente da que possuem atualmente, está à contribuição para a *segurança pública* da área e também para a cidade, posto que, a *marginalidade* da comunidade do Coque , causa *terror*”⁴¹ em toda área urbana do Recife” (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

SD2: Os benefícios proporcionados pelos sons da Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque, a toda evidência não beneficiam só seus integrantes, mas suas famílias como um todo (muitas das quais com vários integrantes já inseridos na criminalidade), posto, que, na medida em que um membro ganha status social, o passo seguinte ou a consequência imediata será a saída, levando consigo o núcleo familiar da comunidade do Coque *para residir em área compatível com o status adquirido como músico, fazendo com que os componentes da família que se acharem as voltas com a criminalidade mudem definitivamente de vida* (INSTITUTO INNOVARE, 2007).

SD3: *É um lugar violento*, onde vivem 40 mil pessoas, sem nenhuma perspectiva de vida. *A violência é a escola desses meninos* (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

SD4: O Coque é uma ilha tem *gente séria*, como vocês que estão aqui, acompanhando seus filhos gente muito boa, que *mora ali só por necessidade*. Não sai porque não tem como e só por causa do fator *econômico* permanecem (PORTO, 2010, p. 115).

SD5: Ainda nos sábados, á tarde providenciavam diversos jogos no quartel *para evitar, tanto quanto possível contato com a comunidade, ficando livres de toda a violência*. (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

⁴⁰ (FOUCAULT, 2013, p.21).

⁴¹ Os destaques nas sequências discursivas é nosso e servem para evidenciar algumas recorrências.

SD1, o projeto⁴² antecipa a imagem do Coque como algo que supõe *Marginalidade e Terror*. E com isso, possibilita um movimento de identificação do projeto como uma forma de segurança pública da área urbana do Recife, tentando aproximá-lo de uma *vida social digna*. Temos assim, ao longo dessa sequência discursiva, a representação do Coque enquanto lugar apenas de violência. Essa representação é feita por meio de efeitos de imagens já inscritas na formação da sociedade. Além disso, essa construção de imagem do Coque evidencia que a marginalidade pertence ao Coque, ou seja, que a característica do Coque é marginal e não que no Coque tenha alguma marginalidade, além de excluir o Coque como parte da Cidade do Recife.

Ressaltamos que essa representação não foi originada do projeto, apenas ela ratifica a imagem do Coque como um lugar de violência. Embora, seja um projeto educativo para os jovens moradores do Coque, o que ele acaba fazendo é assumir a imagem de violência e por consequência disso que comunidade só seria salva por meio das práticas musicais. Assim, as condições históricas e sociais contribuem para um dado discurso cooperando para uma única visibilidade. Vasconcelos (2011) confirma essa ideia ao afirmar que devido a vários discursos o Coque passou a ser percebido como um lugar que ameaça a segurança do resto da cidade. Com isso, muitos têm medo de entrar na comunidade (VASCONCELOS, 2011).

Então, sob o efeito desse discurso que se legitima uma verdade. “Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz ao menos em parte, efeitos de poder” (FOUCAULT, 2014, p.279). Logo, o imaginário sobre o Coque é construído no discurso de um projeto social de práticas musicais sob a influência da história e da ideologia, refletindo sobre uma exterioridade sobre as práticas sociais do Coque por meio da prática discursiva. E ao mesmo tempo emana uma discussão sobre as questões simbólicas, pois, “todo dizer ideologicamente se materializa, nas palavras dos sujeitos. Portanto, [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2013, p.38).

Na SD2, o imaginário transforma o Coque como um lugar ausente de pessoas de bem. E, por isso, ao ganharem status social é preciso retirar do Coque, revelando que existe uma incompatibilidade da figura de músico com o espaço. Mas, ao mesmo tempo reforça a ideia de que alguns podem ter uma vida melhor e outros não, ou seja, teriam aqueles especiais. Essa sequência discursiva ainda mostra que as práticas musicais não estão sendo utilizadas como

⁴² Referimos ao projeto como sujeito discursivo e não sujeito empírico.

forma de resistência, mas que é preciso sair do Coque porque uma hora eles podem se envolver com as práticas criminosas.

Na SD3, observamos uma repetição da representação do Coque como um lugar de violência, com o seguinte enuciado: “*a violência é a escola desses meninos*”. E com isso, faz um determinismo no percurso social dos jovens do Coque. Por isso, Hijiki (2006a), diz relacionar pobreza e criminalidade é algo arraigado no imaginário do País. Desse modo, os dispositivos sociais produzem subjetividade (HIJIKI, 2006a). Ademais, a utilização das práticas musicais como uma concepção salvacionista é uma lógica perversa, pois, é compreender as favelas apenas em partes, percebendo seus moradores como potenciais criminosos, pelo local violento ou pelas condições desfavoráveis (ARAÚJO, 2006). Ainda na SD4 percebemos um movimento para “*sem nenhuma perspectiva de vida*”, colocando em evidência de que as práticas musicais seria a única maneira de eles melhorarem de vida.

Ainda na SD4, ao utiliza-se “*tem gente séria*” mostra o lado do bem do Coque. No entanto, ao dizer “*moram ali por necessidade*” faz um movimento para “*não saem porque não tem como e só por causa do fator econômico permanecem*”. Esse discurso revela que a sociedade da economia não pode ser atribuída a responsabilidade a respeito dos problemas encontrados no Coque, então, o projeto aparece como alguém que pode fazer, tornando-o bem visto pela sociedade. Vemos, então, o Coque sendo apresentado não como um dos bairros⁴³ do Recife, mas por um lugar onde mora pessoas que precisam de algo. Além disso, o fator econômico não é a causa, mas, a consequência porque as pessoas não moram na favela porque querem, mas, pelo fato que “a produção deste espaço é antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais” (CÔRREA, 1995, p.30).

Na SD5, observamos uma projeção da imagem de um determinado lugar (quartel), a partir da imagem já inscrita na formação da sociedade (o Coque)- *violência*. Essa imagem baseada no olhar fragmentado, com o qual o projeto assume essa imagem, afirmando, “*ficando livres de toda a violência*”. Portanto, o quartel é apresentado como um lugar seguro em relação ao Coque. Além disso, é uma forma de segurá-los através dos “*diversos jogos no quartel para evitar, tanto quanto possível contato com a comunidade*”. Então, os jogos ao invés de ser um momento de descontração e de sociabilidades convertem-se em instrumento para evitar o contato com a comunidade em que eles moram. Por isso, através dessa sequência discursiva

⁴³ Embora para a Prefeitura da Cidade do Recife o bairro seja a Ilha Joana Bezerra, chamamos o Coque de bairro porque é nele que os moradores estabelecem suas relações. Por isso, essa questão vai aparecer também no próximo capítulo.

percebemos que o projeto afetado pelas imagens já escritas na sociedade permite a retomada de um simbolismo: Coque violento e, com isso, o espaço perde sua característica de bairro onde existem as distintas práticas sociais e se torna um fator condicionante para o envolvimento com as práticas criminosas.

Finalizada as análises do discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã em relação ao Coque, iniciaremos no tópico a seguir as análises sobre as práticas musicais como forma de salvação da violência.

6.4.2 A Constituição do Discurso do Projeto Sobre a Salvação nas Práticas Musicais

SD1: Com a música pacifica os espíritos e adoça as almas, já se vislumbra no caso do projeto sub *apretiationis*, mudança nas características inicialmente violentas e indisciplinas dos alunos, os quais Inoculados com o *vírus da música* não se envolvem mais com as *nefastas práticas* na comunidade (INSTITUTO INNOVARE, 2007).

SD2: A nova legião com mentalidade diferenciada se *expandido para outros moradores* que buscam uma vaga na Escola de música a fim de que *possam ser salvos de um destino lamentável que são atraídos pelo ambiente social que vivem* (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

SD3: prática considerada pacificadora para a sociedade como *alternativa para salvar algumas famílias, prevenindo a sua marginalização ou mesmo o aumento de delinquentes* (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

SD4: Inovação na prática do *projeto salva crianças e adolescentes de ambiente hostil* e luta pelo resgate de sua *cidadania* e civismo, dando perspectiva de *futuro promissor* (INSTITUTO INNOVARE, 2007).

SD5: Eles de fato se formam músico e podem exercer a profissão. E isso evita que eles *se tornem “aviões” do tráfico para ganhar dinheiro* (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

SD6: *A música dulcifica as índoles agressivas* e não se conhecem casos de verdadeiros músicos que tenham *enveredado pelas sendas da criminalidade* (INSTITUTO INNOVARE, 2007).

SD7: A nova legião com mentalidade diferenciada se *expandido para outros moradores* que buscam uma vaga na Escola de música a fim de que *possam ser salvos de um destino lamentável que são atraídos pelo ambiente social que vivem* (ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, 2013).

Na SD1, o projeto assume um discurso biológica ao mencionar “*inoculados com o vírus da música*”, estabelecendo com isso um caráter sanitaria, higienista e imunológico contra as

“*nefastas práticas da comunidade do Coque*”. Mas, ao mesmo tempo vírus supõe contágio porque as práticas musicais tem em sua natureza a capacidade de encantar, e, com isso, “chamar” as pessoas a participarem também desse universo que acaba se tornando um mundo paralelo, ou um mundo dentro de um mundo. Temos assim, vários discursos a respeito do Coque, sem o Coque falar por si.

Na SD2, o projeto retoma o discurso biológico, embora, não explícito como na SD1, pois, passa uma ideia de transmissão ao dizer: “*se expandido para outros moradores*”. Então, recuperando um discurso biológico é como se o Coque fosse uma célula cancerígena e as práticas musicais seria a quimioterapia ao obter “*uma vaga na Escola de música a fim de que possam ser salvos de um destino lamentável*”. E ao mesmo tempo recupera em seu discurso a representação do Coque enquanto o lugar apenas de violência e um determinismo no envolvimento com as práticas criminosas ao dizer “*destino lamentável*”. “Então, é preciso, reagir contra a domesticação do tempo, que transforma o futuro num pré-dado, que já se conhece o futuro afinal como algo inexorável, como algo que será porque será” [...] (FREIRE, 2014, p.23).

Na SD3, faz uma projeção da imagem do projeto como algo capaz de “*salvar algumas famílias*”. Assim, como na SD1, aqui o projeto faz a seguinte inclusão: “*prevenindo a sua marginalização*”. Eis a presença da salvação, prevenção e pacificação nas práticas musicais. Guazina (2011), afirma que as concepções salvacionistas trazidas pelos projetos sociais de práticas musicais conduzem a consolidação da relação entre pobreza e criminalidade. Vemos ainda, por meio da sequência discursiva que o projeto não apresenta contribuição para as famílias do Coque, mas para evitar o aumento de delinquentes para os que estão do lado de fora. Portanto, essa sequência discursiva estabelece um jogo de posições, pois, a sociedade não seria o Coque, mas o que estão do lado de fora do Coque. E, por isso, algumas famílias são convidadas para fazer parte da sociedade. Então, o problema não seria o desrespeito pela ausência de serviços básicos no Coque, mas o medo que causa ao outro.

Na SD4, mais uma vez aparece as práticas musicais como forma de prevenção ao mencionar: “*E isso evita que eles se tornem “aviões” do tráfico para ganhar dinheiro*”. Eis mais uma vez, a presença do determinismo no percurso social dos jovens do Coque. Portanto, nessa sequência discursiva existe uma preocupação com as práticas futuras dos jovens, contribuindo para uma virtualidade no percurso social deles (GUAZINA, 2010). Por isso, desmitificar essa virtualidade, no nosso entender, significa justamente desconstruir essa imagem bastante dominante na sociedade que se atribui aos jovens das favelas. Além disso, na sequência discursiva também podemos perceber atravessamento no discurso cooperando

para o efeito de uma verdade universal. E ao mesmo tempo assim como na SD1, falam sobre o Coque sem ele falar por si.

Por fim, nesse capítulo, buscamos analisar o discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã como anuncia o próprio título do capítulo. Assim, durante as análises buscamos analisar as recorrências do discurso do projeto e os seus efeitos de sentidos. E, realmente, se tratou de recorrências porque o discurso apresenta movimento de idas e voltas de imagens da representação do Coque como lugar apenas de violência, construindo um imaginário que se torna resultado de uma realidade, elemento que constituiu esse discurso. Assim, através dessa imagem do Coque representada pelo projeto, embora, ele seja uma maneira de proporcionar formação aos jovens do Coque, tendo, por isso, o seu lado positivo, o projeto acaba contribuindo na consolidação da imagem do Coque como um lugar violento. E por isso, as práticas musicais acabam se tornando uma intervenção de ordem de segurança pública.

Vale ressaltar que todo esse processo de analisar o discurso do projeto da Orquestra Criança Cidadã, teve por finalidade possibilitar melhores posicionamentos na própria prática do projeto. E, portanto, os discursos aqui apresentados em hipótese alguma excluem os ganhos proporcionados aos integrantes e ex-integrantes como mostraremos no próximo capítulo.

7 “STACCATO⁴⁴”: OS PRONUNCIAMENTOS DE ALGUNS INTEGRANTES E EX-INTEGRANTES SOBRE A PERCEPÇÃO A CERCA DOS IMPACTOS DO PROJETO NA VIDA E NA COMUNIDADE

“Sou tocado por tudo que acontece no mundo... e então sinto vontade de expressar meus sentimentos na música” (BURROWS, 2013, p.222).

Neste capítulo, apresentaremos a percepção dos integrantes e ex-integrantes a cerca dos impactos do projeto da Orquestra Criança Cidadã na vida deles e na comunidade. Para isso, realizamos aplicação de questionário, junto a dois grupos (APÊNDICE A). O primeiro grupo foi composto pelos integrantes do projeto, e o segundo grupo foi constituído por ex-integrantes que hoje atuam como músicos profissionais da Orquestra Sinfônica de Goiânia.

O primeiro contato com o projeto *in loco* foi realizado em Abril de 2013, porém, antes tivemos algumas conversas por e-mail e telefone. A finalidade desse contato inicial foi de realizar algumas conversas informais com os que fazem o projeto e com alguns integrantes. Posteriormente, esses dados foram registrados no diário de campo a fim de servir de subsídio para a pesquisa.

Essa primeira aproximação com o objeto de estudo permitiu compreendermos melhor o funcionamento do projeto da Orquestra Criança Cidadã, pois “o processo de investigação prevê idas ao campo antes do trabalho mais intensivo, o que permite fluir da rede de relações e possíveis correções já iniciadas dos instrumento de coleta de dados” (MINAYO, 1992, p.108).

Ademais, para ter um domínio da linguagem dentro do grupo e ter a sensação que os integrantes do projeto têm ao encontrar o instrumento pela primeira vez, a noção de ser membro trazida pela etnometodologia fez parte dos 6 meses que antecederam a finalização da pesquisa. Pois, “Esse domínio é produzido pelas interações sociais na qual se elaboram formas de expressões que são compartilhadas compreensivamente dentro de um grupo” (KLEBER, 2006, p.52). Assim, como forma de possibilitar esse domínio iniciamos o curso técnico/profissional de música com habilitação em violino. Desse modo, ser membro nessa

⁴⁴ A palavra *staccato* “é um termo italiano que significa destacado, indica que os sons são articulados de modo separado e seco” (MED, 2012, p.44). Nossa opção em utilizar esse termo nesse capítulo de resultados deveu-se ao fato que embora suas discussões possibilitem uma certa articulação seu tratamento foi realizado de maneira separada.

pesquisa significou “ser uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que o cerca” (COULON, 1995, p.48).

Os dados obtidos junto aos integrantes e ex-integrantes do projeto, foram considerados a partir da opinião dos pesquisados, por meio da aplicação de questionários. Os questionários aplicados aos dois grupos foram mesclados entre perguntas abertas e fechadas. Pois, esse tipo de coleta de dados possibilita “a obtenção de respostas rápidas, economia de tempo, possui tempo, além de possibilitar uma uniformização nos dados durante a avaliação” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184).

As perguntas que compuseram os questionários foram divididas em 4 blocos, o primeiro permitiu conhecer o sujeito da pesquisa, o segundo permitiu uma primeira aproximação com as práticas musicais, e o terceiro permitiu fazer o levantamento dos impactos do projeto, e por fim, o quarto permitiu compreender a relação dos integrantes com o Coque. Foram aplicados 11 questionários, sendo 9 para os integrantes e 2 para os ex-integrantes⁴⁵.

Por ser uma pesquisa de cunho qualitativo não baseamos a amostragem em dados probabilísticos, apenas consideramos para a pesquisa os maiores de 18 anos, com a finalidade de evitar ruídos devido às diferenças de idades. Assim, com a finalidade de preservar a identidade dos integrantes e ex-integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã, não utilizamos nomes fictícios ou integrante e ex-integrante do projeto, optamos como forma de homenageá-los atribuir a cada um o nome de um compositor (a) clássico.

Por acreditarmos que nenhum projeto social pode perder de vistas a compreensão de forma totalitária do contexto urbano em que seus integrantes estão inseridos, buscamos compreender a dinâmica do Coque. Iniciamos essa compreensão do Coque através de “visitas” remotas por meio do *google maps*, com a finalidade de conhecer as ruas, o que facilitaria a ida no local posteriormente. A primeira visita *in loco* foi realizada no dia 19 de Fevereiro de 2014, e, após, houveram outras visitas com a finalidade de conversar informalmente com alguns moradores sobre o Coque e sobre o projeto da Orquestra Criança Cidadã.

Por fim, resolvemos mostrar a relação dos integrantes e ex-integrantes do Projeto da Orquestra Criança com o Coque porque [...] “o território é apreendido pelo indivíduo por práticas e crenças que são de natureza social. Logo, [...] ganha materialidade por meio da

⁴⁵ Aplicamos apenas dois questionários aos ex-integrantes porque buscamos apenas os que estão atuando hoje como profissional e, portanto, dos 4 que hoje atuam na Orquestra Sinfônica de Goiânia, apenas conseguimos contato com 3 para aplicar o questionário, no entanto, não tivemos o retorno de um.

prática social que se realiza em determinado lugar, como modo de apropriação desse lugar” (CARLOS, 2001, p.40-41). Assim, nos tópicos a seguir será feita as discussões sobre as respostas obtidas por meio da aplicação do questionário dos integrantes e ex-integrantes do projeto.

7.1 “Da Boa Receptividade ao “Balanço Positivo”, de Acordo Com a Opinião dos Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã.

Diante de inúmeros benefícios colocados pelos que fazem o projeto da Orquestra Criança Cidadã, a grande aceitação por parte dos integrantes em participar das ações dessa natureza, é um primeiro aspecto positivo do projeto. Vale ressaltar que os impactos aqui postos resultam da própria experiência dos integrantes do projeto, pois, são eles os maiores entusiastas. Desse modo, os integrantes da Orquestra Criança Cidadã apontaram algumas contribuições do projeto para a formação deles, tendo as respostas os seguintes teores: *“Conhecimento musical, cultura e principalmente educação”*⁴⁶, *“O projeto contribuiu com o meu caráter mim colocando mais responsabilidade e disciplina nos meus estudos no ensino médio e agora no mercado de trabalho”*⁴⁷, *“Educação, Amadurecimento, Cultura, Humildade, Disciplina e Aproveitamento,”*⁴⁸, *“Que todos temos uma chance de recomeçar, que todos somos iguais e podemos conseguir o que queremos só precisamos sonhar e nos esforçar para que venha realizar”*⁴⁹, *“Foi que me proporcionou experiências de vida que jamais teria se não fosse o projeto”*.⁵⁰

Conforme constatamos nas falas dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã, eles manifestaram forte entusiasmo em relação às contribuições do Projeto na vida deles. Não foram raras as expressões de orgulho dos integrantes devido a essa “nova” realidade em que estavam vivendo em suas vidas. Pois, “música e educação são produtos da construção humana, de cuja conjugação pode resultar uma ferramenta original de formação, capaz de promover tanto processo de conhecimento e autoconhecimento” (KATER, 2004, p. 44).

Esse sentimento é compartilhado pelos demais integrantes pesquisados, em que as contribuições do projeto na vida deles, estiveram vinculadas a um processo de formação que influenciaram na educação formal e também no seu comportamento. Todas essas questões foram apresentadas fora do contexto socioespacial do Coque, sendo adquiridas com o

⁴⁶ Depoimento de Maurice Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁴⁷ Depoimento de Antonio Vivaldi, Integrante, 20 anos.

⁴⁸ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante, 18 anos.

⁴⁹ Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante, 18 anos).

⁵⁰ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante, 18 anos.

surgimento do projeto. Esses aspectos podem servir de justificativa para a grande aceitação do projeto entre os integrantes. Vemos ainda em uma das falas dos integrantes, elementos que extrapolam a questão de conhecimento a nível da educação, como podemos ver na seguinte fala *“Me ajudou a crescer mentalmente.”*⁵¹

Assim, o projeto para a integrante está associado à uma alusão explícita que as atividades vivenciadas pela integrante no projeto se materializaram no âmbito do cognitivo, mas também de forma implícita pode nos levar a outras dimensões, a exemplo de ampliação de consciência, e assim, melhorar suas relações a nível de sociedade. Nesse sentido, à luz de Antunes (1998) os filósofos antigos viam na música uma prática educativa, isso porque Platão tinha a compreensão que os elementos musicais são capazes de entrar na alma, promovendo graça no corpo e na mente. Brito (2011), ainda observa que a música serve para ampliar a consciência, e assim, contribuir na modificação do ser humano e da sociedade.

Entretanto, esse trabalho não teve apenas como objetivo conhecer as contribuições do projeto no plano educativo, por isso, também fizeram parte das perguntas aos integrantes considerando que as atividades do projeto foram realizadas com vistas a apresentações para o público o que eles sentiam ao tocar, e apareceram as seguintes respostas: *“sinto alegre e também sinto um prazer enorme principalmente quando saio aplaudido, pois isso para mim é um reconhecimento daquilo que plantei.”*⁵² *“Me sinto uma pessoa especial para o público”*⁵³. *“Me sinto uma pessoa especial para o público”*⁵⁴. *“Prazer em mostrar o que aprendi e estudei para o público”*⁵⁵. *“Orgulho de fazer música para alegrar as pessoas”*⁵⁶. *“Eu sinto a música tocando a minha alma é muita emoção”*⁵⁷. *“De início, fico nervosíssima, mas quando começo a tocar me envolvo juntamente com os meus colegas e começo a me divertir tocando”*⁵⁸. *“Muita emoção, e é a comprovação do amor que tenho pelo que faço”*.⁵⁹

Portanto, a alusão enaltecida ao tocar para o público, é algo bastante recorrente e são manifestadas em distintos lugares em que a orquestra toca. Então, essas respostas revelam a grande satisfação dos integrantes da Orquestra Criança Cidadã em fazer parte da cena musical da Cidade do Recife, esse aspecto pode ser considerado um ponto positivo do projeto.

⁵¹ Depoimento de Clara Schumam, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁵² Depoimento de Maurice Ravel Integrante do Projeto, 19 anos.

⁵³ Depoimento de Antonín Dvorák, Integrante do Projeto, 22 anos.

⁵⁴ Depoimento de Antonín Dvorák, Integrante do Projeto, 22 anos.

⁵⁵ Depoimento de Franz Schubert, Integrante do Projeto, 21 anos.

⁵⁶ Depoimento de Antonio Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁵⁷ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁵⁸ Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁵⁹ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante do Projeto, 18 anos.

Entretanto, vale ressaltar que os jovens moradores das favelas devem ser reconhecidos por suas potencialidades, antes mesmo de entrarem em qualquer projeto, conforme nos alerta Hijiki (2006), ao dizer que as práticas musicais podem contribuir para uma autoconstrução de imagem positiva, por dividirem com as pessoas o que aprenderam, obtendo assim, o reconhecimento. Porém, a autora observa que essa imagem positiva não deve ser desconsiderada antes do projeto. Contudo, um aspecto negativo é o fato dos integrantes da Orquestra Criança Cidadã, não sentirem o que relataram ao tocarem para os moradores do Coque, lugar em que moram.

As práticas musicais é algo bem presente em nossas vidas, embora, alguns não vivenciem de maneira direita ou até mesmo nunca haviam pensado em se relacionar diretamente com essas práticas. Então, pensamos nessa questão para finalizar a primeira parte da pesquisa e obtemos os seguintes teores de respostas : *“Sim, é a profissão que mim dá gosto de fazer e através dela sou o que sou hoje”*⁶⁰. *Sim, porque é o que eu amo, e é isso que quero para o resto da minha vida”*.⁶¹ *Sim, já faz parte de mim eu e o violino somos uma só pessoa”*⁶². *“Sim, porque agora a música é meu tudo e com ela eu posso ir longe”*⁶³. *“Sim, música é o caminho, uma escolha e sem a música eu não vivo”*⁶⁴. *“Sim, porque eu gosto de música e acho prazeroso fazer aquilo que gosta”*⁶⁵. *“Sim, porque me encontrei na música, é algo que amo fazer”*⁶⁶.

Os depoimentos dos integrantes da Orquestra Criança Cidadã revelam grande entusiasmo e encantamento sobre ser profissional de música, o que não é algo ruim haja vista que eles se identificam e amam o que fazem. Por outro lado, põe em evidência um romantismo sem se preocuparem em problematizar seja seu campo de atuação ou qual seria o papel deles enquanto músicos profissionais na sociedade. Portanto, “ as diferentes concepções e os pesos a eles atribuídos também se revelam no preparo dos alunos, predominando a formação artística, embora, a realidade de atuação não corresponde a esse perfil idealizado” (COSTA, 2012, p.107). Assim, finalizamos esse tópico e iniciaremos no tópico a seguir as discussões sobre a relação dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã com o Coque.

⁶⁰ Depoimento de Antoni Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁶¹ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁶² Depoimento de Franz Schubert, Integrante do Projeto, 21 anos.

⁶³ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁶⁴ Depoimento de Antoni Dvorák, Integrante do Projeto, 22 anos.

⁶⁵ Depoimento de Maurice de Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁶⁶ Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

7.2 “O Bairro e a Casa Ganha Relevância na Vida das Pessoas- Na Vida de Cada Um⁶⁷”: O Coque, Segundo os Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã.

Nas reportagens realizadas sobre o projeto da Orquestra Criança Cidadã é bastante comum à utilização do seguinte enunciado: “do Coque para a Alemanha, do Coque para o Vaticano”, mas o que o Coque significa na vida dos integrantes do projeto? Como eles percebem o lugar em que vivem? Foi pensando nessas questões que resolvemos tratar elas no ponto desse capítulo e obtivemos as seguintes respostas: *“O Coque agora está mudado está um bairro quase de classe média, porque o Coque não tem mais muitas pessoas com pensamento males”*⁶⁸. *“É um local bom de se morar, embora, tenha violência, drogas e etc. É bom porque é próximo aos locais como o centro de Recife, Shopping e Teatro”*⁶⁹. *“Um bairro legal de se viver, um bom lugar para fazer uma família”*⁷⁰. *“Um bairro por muitos ainda desconhecido”*⁷¹. *“Um bairro que já foi muito violento (não dizendo que não é mais) que se não estivesse nele não teria essa oportunidade”*⁷². *“Agora, uma comunidade boa para se morar”*⁷³. *“Uma comunidade que já talhada de violenta, mas que hoje, é um bairro pobre como em todas as áreas e onde moram pessoas de bem também.”*⁷⁴.

As respostas revelam lacunas entre o que pensam e o que desejam os integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã, enquanto moradores da comunidade e os que veem a comunidade do lado de fora ou por aqueles que trabalham com seus moradores. Isso porque são criadas relações de convivência, por meio de o estímulo morar em outros espaços que são legitimadas sob um recorte de apelo histórico de comunidade violenta e de práticas sociais negativas. Entretanto, a maior violência que a comunidade sofre é o estigma de lugar violento, enfim, de suas representações negativas, que explicam o fato de muitos não conhecerem o Coque como foi apontado por uma das integrantes do projeto. Todavia, quando falamos em não conhecer a comunidade não estamos pensando no ponto de vista do ouvir falar ou passar, e sim, do entrar e conhecer a comunidade para reconhecer as potencialidades do território e de seus moradores, além de ver e sentir o que os moradores sentem devido ao grande desrespeito de seus direitos. Pois, só assim, as pessoas compreenderão a dinâmica do Coque para além de um fragmento.

⁶⁷ (CARLOS, 2001, p.229).

⁶⁸ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁶⁹ Depoimento de Maurice de Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁷⁰ Depoimento de Franz Shumbert, Integrante do Projeto, 21 anos.

⁷¹ Depoimento de Clara Schuman, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁷² Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁷³ Depoimento de Johannes Brahms, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁷⁴ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante do Projeto, 18 anos.

Pela localização do Coque podemos não considerar raro a associação como um lugar bom de morar devido a essa posição geográfica, que sobressaem em relação a outros elementos que foram pontuados por um dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Dessa maneira, embora, essa posição do Coque permitir articular eixo Norte e Sul e Leste e Oeste, possibilitando ser compreendido como centro. Pois, “na reprodução do espaço na metrópole, produz novas centralidades que surgem como nós articuladores de fluxos” (CARLOS, 2001, p.177). Essa articulação com outros bairros da cidade do Recife tem se tornando elemento central quando o assunto é o planejamento urbano, pois, essa localização estratégica torna o Coque um território sedutor aos interesses econômicos, que nada condizem com uma cidade humana. Então, os moradores ao invés de conviverem com as relações sociais decorrentes dessa proximidade física, eles convivem com o medo da expulsão devido às pressões imobiliárias no lugar, que foram apontadas pelos integrantes: *“Todo mundo tem essa visão de destruir a comunidade para botar comércios, prédios porque o Coque é um lugar muito rico, porque fica perto de tudo”* ⁷⁵. *“Um pouco chateado com tudo isso, porque os ricos não pensam em quantas famílias vão perder suas casas que lutaram tanto para ter”* ⁷⁶. *“Eu vejo como uma falta de respeito, pois, histórias foram criadas ali”* ⁷⁷.

Esses depoimentos dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã nos leva a uma reflexão das referências históricas da cidade do Recife, sobretudo, dos conflitos urbanos da cidade. Esses conflitos tem como palco as áreas pobres da cidade que lutam contra essa natureza desumana do capital, que se apodera de territórios desterritorializando e oprimindo vidas. E o Coque faz parte desse processo em que os moradores convivem com projetos sob a justificativa de espaços de interesse social. Contudo, para atingir tal objetivo excluem desses espaços seus moradores.

Portanto, as falas dos integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã indicam a valorização do lugar, como incremento econômico, mostrando consciência da visão capitalista na produção do espaço urbano. Tal questão toma o Coque como um lugar de acumulação do capital, ainda mais que “a acumulação é o motor cuja a potência aumenta no modo de apropriação capitalista” (HARVEY, 2005, p.40). Carlos (2001), ainda observa que a casa não pode ser resumida a simples mercadoria que é privada, e, por isso, perde o significado da vida. Vemos ainda por meio das falas dos integrantes uma cumplicidade para com os outros moradores em decorrência das intervenções urbanas.

⁷⁵ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁷⁶ Depoimento de Franz Schubert, Integrante do Projeto, 21 anos.

⁷⁷ Franzeska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

Por outro lado, indo contra esse pensamento, dois integrantes do projeto percebem a questão da especulação imobiliária no Coque como algo positivo: *“Vejo como uma oportunidade de mudança, pois como fica perto centro pode mudar a imagem do bairro”*⁷⁸. E ainda,

“Dependendo do que ser feito ou construído eu vejo como benefício para a cidade, embora, prejudique alguns moradores, porque e for necessário remover algumas casas talvez algumas pessoas não possam arranjar uma outra moradia”⁷⁹.

Portanto, as declarações dos integrantes seguem uma tendência do discurso de revitalização do mercado imobiliário, com suas iniciativas estéticas dando novas formas a lugares que não são bem vistos do ponto de vista social. Contudo, os moradores do Coque são prejudicados desde suas primeiras ocupações convivendo com o medo da expulsão, embora, seja uma ZEIS. Desse modo, o fato dos moradores terem que sair de suas casas não possibilita o direito à cidade, pois, esse direito “equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas” (HARVEY, 2014, p. 30).

Como o Coque era uma área vazia, e, por isso, ninguém queria e por sua proximidade com o porto as pessoas começaram a se instalar na área. Assim, todo esse processo de construção de suas casas, suas relações com os vizinhos atrelados às lutas dos moradores possibilitaram um processo de memória afetiva nos moradores, e sentimento de pertencimento com o lugar. Como podemos ver nas seguintes respostas: *“Sim, tenho muita história ali, tanto como tristeza como alegria”*⁸⁰. *“Sim a minha relação com o povo do Coque é muito legal porque eles me tratam como um cidadão deve ser tratado”*⁸¹. *“Sim, porque moro lá desde que nasci e tenho familiares também”*⁸². *“Sim, é onde sempre vivi, e onde estão minhas origens”*⁸³.

Ainda foram apontadas pelos integrantes questões que remetem as experiências mais próximas com a comunidade, por meio dos seguintes teores de respostas: *“Sim, fui criada nele, toda minha infância passei nele, porém, já não me sinto como eles, pois, através do projeto em minha vida foi inserida em outra cultura”*⁸⁴. *“Sim, foi onde cresci aprendi*

⁷⁸ Depoimento de Antonio Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁷⁹ Depoimento de Maurice Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁸⁰ Depoimento de Antonín Dvorák, Integrante do Projeto, 22 anos.

⁸¹ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁸² Depoimento de Maurice Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁸³ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁸⁴ Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

*morando no Coque não pretendo sair do bairro, pois, me sinto bem.”*⁸⁵. *“Sim, nasci, cresci e pretendo ter minha família no Coque, e morar lá.”*⁸⁶. *“porque foi o lugar onde eu fui criada”*⁸⁷.

Diante disso, os moradores do Coque possuem várias recordações sobre o lugar que eles mesmos ajudaram a construir, e, portanto, fazem parte dos entrelaçamentos espaciais da Cidade do Recife. Assim, as declarações dos integrantes mostram o bairro⁸⁸, rua, casa se tornando fatores importantes de referências identitárias. Então, [...] “a casa é valorizada como tal- é dela que se constituem as tramas espaciais, e é dela que se constituem os caminhos a partir dos quais se vendem as relações com o bairro e a cidade” (CARLOS, 2001, p. 231). Contudo, a opinião de uma integrante nos levou a pensar que ela está no lugar, ou seja, no Coque e ao mesmo tempo não está, isso porque sua fala expressa uma fuga em relação as territorialidades da comunidade.

Além disso, esse sentimento de pertencimento foi demonstrado também por meio das respostas de elementos que remetem à infância, suas relações com o vizinho, bem como, aquilo que os constituem enquanto seres humanos. Assim, a valorização do Coque por meio do sentimento de pertencimento dos integrantes do projeto coloca em evidência a vida do morador sendo revelado através do bairro. Portanto, “ao falar sobre o bairro estão falando de suas vidas, uma vida que não se realiza apenas num lugar enquanto cenário, mas na rua sua construção, enquanto tal, é por isso, que o bairro e a casa ganha relevância na vida” (CARLOS, 2001, p.229).

Contrariando os objetivos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã em relação aos efeitos positivos da orquestra em relação a imagem do Coque, esses efeitos foram identificados significativamente pelos integrantes, conforme podemos verificar nas falas: *“Sim, foi uma prova que talento não tem “CEP” e que o Coque não só tem bandido”*⁸⁹. Outras questões sobre esse assunto também foram apontados pelos integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã, com os seguintes teores de respostas: *“Com certeza! pois através dele estamos mostrando que no Coque não só têm marginais, mas tem cidadãos que infelizmente não tiveram oportunidade na vida.”*⁹⁰ *“O projeto não contribuiu só para o Coque ou Recife*

⁸⁵ Depoimento de Antonio Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁸⁶ Depoimento de Franz Schubert, Integrante do Projeto, 21 anos.

⁸⁷ Depoimento de Clara Shuman, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁸⁸ Embora para a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) o bairro seja a Ilha Joana Bezerra, estamos chamando o Coque de bairro, pois, é onde os moradores estabelecem suas relações.

⁸⁹ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁹⁰ Depoimento de Franzeska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

mais sim internacionalmente”⁹¹. *“Sim, e muito, pois olham para o projeto e vê logo uma oportunidade no Coque associa o projeto ao mesmo”*⁹². *“Sim, eu acho que graças ao projeto o povo olha com um olhar diferente para o bairro”*⁹³.

É interessante ressaltar o caráter intrínseco das relações estabelecidas das práticas musicais com a cidade. Desse modo, as “propagandas” proporcionadas pelas apresentações da orquestra se tornam um canal positivo para dar outra visibilidade ao Coque. Por outro lado, mesmo considerando algo positivo para uma melhor representação do Coque essa mudança de olhar coloca em evidência que no plano simbólico existem “grades”, “muros” que possibilitam um olhar desconfiado sobre os moradores.

Além disso, buscamos também saber através da percepção dos integrantes do projeto como os moradores do Coque veem o projeto e sobre essa questão obtivemos as seguintes respostas: *“Como uma oportunidade para seus filhos coisa que o pai deseja dar, mas, não pode então o projeto dá isso a seu filho”*.⁹⁴ *“Como uma mudança de vida”*⁹⁵. *“Um ótimo meio de educação é até melhoria de vida”*⁹⁶ *“Eu acho que eles veem o projeto como um lugar educacional que pode proporcionar uma vida melhor para seus filhos.”*⁹⁷ *“Como uma esperança”*⁹⁸. *“Como a melhor coisa que poderia ter acontecido”*.⁹⁹

Por fim, foi perguntamos se eles teriam o interesse em contribuir para o Coque, tivemos os seguintes teores de respostas: *“Sim, se possível é claro eu gostaria de continuar aqui na orquestra como um profissional educando as crianças da comunidade”*¹⁰⁰. *“Sim, Trazendo esperança a cada morador do Coque para eles saberem que existe possibilidade de mudar de vida”*¹⁰¹. *“Sim, na educação das crianças”*¹⁰². *“Sim! através da música”*¹⁰³ *“Sim, através de projetos como este passando conhecimento para os demais alunos”*¹⁰⁴ *“Sim, ensinando música, pois posso dizer com toda convicção que a música transforma as pessoas”*¹⁰⁵ *“Sim,*

⁹¹ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁹² Depoimento de Antonio Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁹³ Depoimento de Maurice Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁹⁴ Depoimento de Antonio de Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁹⁵ Depoimento de Johannes Brahms, Integrante do Projeto, 20 anos.

⁹⁶ Depoimento de Frédéric Chopin, Integrante do Projeto, 18 anos.

⁹⁷ Depoimento de Maurice Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

⁹⁸ Depoimento de Franz Schubert, Integrante do Projeto, 21 anos.

⁹⁹ Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

¹⁰⁰ Depoimento de Maurice Ravel, Integrante do Projeto, 19 anos.

¹⁰¹ Depoimento de Antonín Dvořák, Integrante do Projeto, 22 anos.

¹⁰² Depoimento de Clara Schuman, Integrante do Projeto, 20 anos.

¹⁰³ Depoimento de Johannes Brahms, Integrante do Projeto, 20 anos.

¹⁰⁴ Depoimento de Antonio Vivaldi, Integrante do Projeto, 20 anos.

¹⁰⁵ Depoimento de Franziska Lebrun, Integrante do Projeto, 18 anos.

tentando passar a minha experiência e conhecimento para meus amigos”¹⁰⁶. “ Sim, mostrar mais uma vez, o quanto é bom escutar música clássica”¹⁰⁷.

Assim, por meio das falas dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã em relação como os moradores do Coque veem o projeto aparece com um mesmo discurso do objetivo do projeto que seria “*mudança de vida*”, entre outras questões que remetam a uma nova perspectiva de vida. Então, a fala de um dos integrantes sobre o projeto como esperança coloca em evidência que o projeto é a luz no final do túnel. Além disso, para os integrantes existe uma grande aceitação do projeto pelos moradores.

Foram múltiplas as respostas quando o assunto foi a contribuição para melhorias no Coque. Assim, todas essas questões não podem ser vistas apenas como um repasse daquilo que foi aprendido, mas uma preocupação em deixar marcas da vida de outros jovens por meio de suas experiências. Assim, finalizamos as discussões do grupo dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã e será passado para o grupo dos ex-integrantes.

7.3 “Replay”: O balanço Positivo dos impactos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã aos ex-integrantes

Neste tópico, faremos a partir da percepção do ex-integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã a mesma leitura do que foi apresentado no tópico anterior. Entretanto, trouxemos primeiramente a questão dos instrumentos e compositores clássicos pelo fato deles já estarem atuando como músicos profissionais. Portanto, sobre essa questão obtivemos as seguintes respostas: “*Beethoven, pois, sua história na música clássica é maravilhosa, até hoje eu me pergunto, como uma pessoa surda pode ter feito obras maravilhosas como a 5ª sinfonia, a 3ª e a 9ª sinfonia essas são três das 9 que ele compôs*”¹⁰⁸, “*Só conhecia Beethoven, e Mozart por ser um garoto prodígio*”¹⁰⁹.

O depoimento do ex-integrante do projeto da Orquestra Criança Cidadã indica que alguns moradores do Coque, de forma isolada conhecem obras clássicas, revelando ao mesmo tempo, que morador de favela pode sim apreciar a música clássica superando, portanto, os estereótipos advindos dos gêneros musicais. Além disso, o entusiasmo com que o ex-integrante se expressa ao falar sobre as obras de Beethoven, mostra que “ quando somos

¹⁰⁶ Depoimento de Wolfgang Mozart, Integrante do Projeto, 18 anos.

¹⁰⁷ Depoimento de Franz Schubert, Integrante do Projeto, 21 anos.

¹⁰⁸ Depoimento de Ludwig Beethoven, Ex-integrante, 22 anos.

¹⁰⁹ Depoimento de Piotr Tchaikovsky, Ex-Integrante do Projeto, 21 anos.

familiarizados com um estilo ou uma determinada peça, sentimos entender suas nuances, e nos deixa levar segura e confortavelmente em seu fluxo” (GREEN, 1997, p.31).

É interessante apontar a percepção que um dos integrantes tem de si mesmo ao se denominar “*garoto prodígio*”, isso nos leva a compreensão de que ele sabe do potencial que tem e do que pode desenvolver. E ao mesmo tempo podemos considerar as obras clássicas como um terreno fértil para que mais habilidades possam ser desenvolvidas a partir da percepção que o sujeito tem de si mesmo.

Outro fator abordado para os ex-integrantes foi a contribuição do projeto para a formação deles enquanto seres humanos, obtendo a seguinte resposta: “*O projeto chegou em minha vida e fez uma mudança impressionante, antes eu poderia ter um futuro que sabe na marginalidade, e através do projeto hoje primeiramente sou um ser humano, e tenho uma profissão excelente*”¹¹⁰ “*Foi o primeiro passo para ser cidadão*”¹¹¹.

Assim, verificamos por meio da fala de um dos ex-integrantes de um possível envolvimento com as práticas criminosas, por isso, compreendemos uma virtualidade no percurso social desse jovem quando ele mesmo faz o juízo que poderia se envolver no crime (GUAZINA, 2010). Entretanto, a imagem que ele faz de si, não seria um eu refletido? Mas, o que nos chamou mais atenção no depoimento do primeiro ex-integrante foi “*hoje primeiramente sou um ser humano*”, mostrando um sentimento lamentável de anulação de sua condição de ser humano anteriormente, mas que pode expressar o sentimento de muitos jovens não apenas do Coque, mas de outras favelas. Portanto, “a vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também de inclusões enganadoras” (MARTINS, 2008, p.21).

O sentimento desse integrante vem de um descompasso da sociedade quando o assunto são juventude e favela, pois, vem das formas desumanas da sociedade que de alguma forma excluem os jovens das favelas tratando-os como seres indesejáveis. Além disso, o depoimento do outro ex-integrante nos leva a pensar a cerca da palavra “*cidadão*” que faz parte do nome do projeto da Orquestra, e usada em tantos outros projetos sociais. Mas, o que é ser cidadão dentro de um contexto que esses jovens têm na maioria das vezes esconder o lugar em que vivem para serem aceitos pelos outros?

Então, percebemos que “a cidadania é algo mutilado, subalternizado, muito longe do que habitualmente em outros países capitalistas” (SANTOS, 2012, p.37). E para finalizarmos esse primeiro tópico sobre a percepção dos ex-integrantes perguntamos como os ex-integrantes

¹¹⁰Depoimento de Ludwig Beethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

¹¹¹ Depoimento de Pior Tchaikovsky, Ex-Integrante do Projeto, 21 anos.

sentem ao tocar para o público, obtivemos respostas com os seguintes teores: “ *Sinto-me realizado ao ver que o meu trabalho emociona o público*¹¹²”, ou ainda, “*Sinto uma emoção enorme, é difícil descrever, pois a emoção de você saber que aquele público está ali te escutando e depois você ver todos eles te aplaudindo, realmente é magnífico sentir essa tão grande emoção.*”¹¹³

Assim, como os integrantes os ex-integrantes também expressaram em seus depoimentos a palavra emoção, isso significa que mais do que uma profissão é algo que eles realmente gostam de fazer. Ademais, o fato de eles estarem tocando junto estabelecem relações de convivência entre si, promovendo estímulos para que possam continuar. Com isso, finalizamos esse tópico passaremos agora para a percepção do Coque na vida dos ex-integrantes.

7.4 O Coque na Vida dos Ex-Integrantes do Projeto da Orquestra Criança Cidadã

As informações obtidas pelos ex-integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã por meio da aplicação dos questionários em relação ao Coque, possibilitou compreender se as relações com o Coque ainda continuam próximas ou distantes. Para isso, iniciamos com a visão que eles têm sobre o Coque, obtivemos as seguintes respostas “*Nossa.... ótimo lugar para morar... mas não é o melhor lugar para criar meus filhos*”¹¹⁴, ou ainda:

“O Coque é uma comunidade maravilhosa, pois, não só agrega violência, mas sim existem pessoas boas que batalham por um futuro melhor, não só a orquestra foi criadas, mais como muitos outros saíram dali e estão mudando a vida de suas famílias, e não só com a música mais com o futebol, com muitas outras profissões, o Coque necessita de um outro olhar, olhar esse que pode transformar vidas que ali estão e que precisam de chances para mudar de vida”¹¹⁵

O depoimento do primeiro ex-integrante mostra “ar” de saudosismo, de lembranças vividas na comunidade expressas pelo nossa. Por outro lado, ao contrário de um dos integrantes ele afirmou que o Coque não é um melhor lugar para criar os filhos dele. Isso pode ser explicado pelo fato de agora viver outras experiências que promoveram uma visão diferenciada de mundo. Além disso, a fala do segundo ex-integrante se coaduna com a noção

¹¹² Depoimento de Piort Tchaikovski, Ex-Integrante do Projeto, 21 anos.

¹¹³ Depoimento de Ludwing Beethoven, Ex-Integrante do Projeto 22 anos.

¹¹⁴ Depoimento de Piotr Tchaikovsky, Ex-Integrante do Projeto, 21 anos.

¹¹⁵ Depoimento de Ludwing Beethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

de práticas como futebol, música, entre outras são elementos que promovem uma transformação social. Contudo, essa questão converge para outro tipo de transformação a da aceitação social.

Outra questão apontada na pesquisa foi se os ex-integrantes do projeto tem o sentimento de pertencimento do Coque, obtemos as seguintes respostas: “*Sim, sinto muito carinho, devido à forma com que os moradores mais antigos se identificam comigo*”.¹¹⁶ Ou ainda, “*Eu pertenço ao Coque, ali me ensinou muito, e continua ensinando*”¹¹⁷. Assim, os ex-integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã se sentem pertencentes ao Coque, através das relações estabelecidas com os vizinhos, o que nos remete a vida cotidiana, porque “a análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança” [...] (CARLOS, 2001, p.35). Vemos ainda que embora eles estejam morando em Goiânia-GO há um ano e meio seu sentimento de pertencimento com o Coque ainda é bastante marcado e mesmo distante continua possibilitando ensinamentos.

Outro fator mencionado na pesquisa foi a questão das especulações imobiliárias, obtendo as seguintes respostas: “*Vejo como algo normal, pois, é daí que se vê que o Coque não é essas coisas horríveis que grande parte falam, sem ao menos conhecer a comunidade*”¹¹⁸, e também “*O Coque como fica numa boa localização, muitas imobiliárias desejam*”.¹¹⁹ Desse modo, as pressões imobiliárias no Coque é vista por um dos ex-integrantes como algo normal, além de ser uma forma de melhorar a imagem do Coque.

Entretanto, o crescimento urbano pressionará ainda mais os moradores. Então, podemos dizer que é “normal”, diante de uma sociedade capitalista em que o econômico prevalece em cima do social, mas não aceitável porque tem um fundamento segregador que nega grande parte da população, o direito à cidade que é, portanto, “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal de recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28).

Destacamos ainda na pesquisa se os ex integrantes percebem se o projeto contribuiu para melhorar a imagem do Coque, com os seguintes teores de respostas: “*Com certeza...o*

¹¹⁶ Depoimento de Piotr Tchaikovsky, Ex-Integrante do Projeto, 21 anos.

¹¹⁷ Depoimento de Ludwing Beethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

¹¹⁸ Depoimento de Ludwing Bethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

¹¹⁹ Depoimento de Piort Tchaskovsky, Ex-Integrante do Projeto, 21 anos.

projeto veio para mostrar pro Recife e para o resto do mundo que no Coque também tem coisa boa”¹²⁰, e ainda:

“Claro, não só para o Coque, mas sim para toda a cidade do Recife e as periferias do Brasil, pois, independente da violência que ali tem, mas, se a classe alta do país se comprometer em ir às comunidades e procurar talentos, com certeza vão encontrar muitos que estão esperando e procurando chances para serem pessoas melhores”¹²¹.

Observamos nas falas dos ex-integrantes que o projeto não apenas contribuiu para melhorar a imagem do Coque para o Recife e também no exterior. Ademais, coloca o Coque como um território onde seus moradores tem potencial na realização de algo. No entanto, um dos ex-integrantes coloca os moradores do Coque como sujeitos passivos, ou seja, que sempre estão à espera de algo e, portanto, eles por si não seriam capazes de realizar. Pois, “[...] a preocupação com os excluídos pressupõe que os próprios excluídos não sabem o que fazer consigo mesmo” (MARTINS, 2008, p.40). Outra questão que Procuramos saber foi como eles acham que os moradores do Coque, percebem o projeto tivemos as seguintes respostas: *“Eles veem como mais uma forma de educar seus filhos”*¹²², e também:

“Os moradores do Coque tem o projeto como algo que mudou a imagem do Coque, e com certeza muitas outras coisas estão por vir, tenho certeza que outras escolas de música, e de outras modalidades serão abertas ali na comunidade do Coque”¹²³.

Vemos que para os ex-integrantes os moradores do Coque percebem o projeto como algo que mudou a imagem do Coque, e também como uma forma de educação. Além disso, um dos ex-integrantes espera a presença de outros projetos no Coque, o que contribuirá para uma vivência mais comunitária. Por fim, perguntamos aos ex-integrantes se eles têm o interesse em contribuir com o Coque, com os seguintes teores de respostas: *“Sim, não importa como, mas, eu gostaria muito de ajudar os jovens da minha antiga comunidade”*¹²⁴, ou ainda:

¹²⁰ Depoimento de Piort Tchaskovsky, Ex-Integrante do projeto, 21 anos.

¹²¹ Depoimento de Ludwing Beethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

¹²² Depoimento de Piort Tchaskovsky, Ex- Integrante do Projeto, 21 anos.

¹²³ Depoimento de Ludwing Beethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

¹²⁴ Depoimento de Piort Tchaskovsky, Ex Integrante do Projeto, 21 anos.

“Com certeza, quero contribuir com meus ensinamentos, com minhas ideias, meus sonhos e com meus trabalhos voluntários, o que eu puder fazer para ajudar a comunidade e as famílias carentes que ali estão, eu sempre estarei pronto a fazer algo pelo Coque”¹²⁵

Assim, concluímos que as práticas musicais são de grande importância para o ser humano não apenas pelo caráter artístico, mas também pode contribuir em outros fatores como pudemos verificar ao longo das falas dos integrantes do projeto da Orquestra Criança Cidadã. Além disso, as práticas musicais podem contribuir para melhoria das relações sociais na medida em que se trabalha a escuta atenta, o trabalhar em equipe. Enfim, contribui para a sociabilidade. Por fim, as experiências do Projeto da Orquestra Criança Cidadã podem ser encaradas como positiva, na medida em que os problemas apontados sirvam de referência para novas soluções e ao mesmo tempo indiquem novos horizontes e possibilidades didático-pedagógicas.

¹²⁵ Depoimento de Ludwing Bethoven, Ex-Integrante do Projeto, 22 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos sociais de práticas musicais, ao longo dos anos, vem se consolidando no cenário brasileiro como instrumento na busca de superar os problemas sociais, advindos do processo acelerado e desigual do espaço urbano. Assim, buscamos discutir essa questão passando por distintas áreas do conhecimento que contribuíram para uma visão mais ampla da realidade pesquisada.

Todavia, compor essa “sinfonia” significou trilhar caminhos outrora não percorridos, causando alguns momentos de desafinações, e, claro, de afinações que vieram de persistência. Assim, durante essa composição consideramos como parte mais difícil a análise do discurso por ser totalmente desconhecida. Além disso, essa “sinfonia” teve de deixar de lado as informações obtidas pelos moradores do Coque através da aplicação do questionário sobre o projeto da Orquestra Criança Cidadã, por considerarmos os dados insuficientes, e, portanto, não expressariam o que pretendíamos.

Destacamos que não pretendemos fazer generalizações sobre os projetos sociais de práticas musicais, pois, focamos em apenas um projeto que possui suas particularidades e trabalha com integrantes de um contexto diferenciado. Então, restringimos a pesquisa como maneira de aprofundamento em uma dada realidade. Assim, evidenciaremos essa realidade estudada por meio das considerações sobre os resultados, ao longo dos capítulos.

Documentos secundários e relatos mostraram que a área do Coque passou e ainda passa por várias intervenções urbanas. Os exemplos dessa intervenção são: a delimitação da área Joana Bezerra, a construção do viaduto capitão Tenudo, a construção da Estação Joana Bezerra, Associação de Assistência à Criança Com Deficiência (AACD), a construção do Fórum Rodolfo Aureliano, e mais recente a construção e ampliação do Terminal Integrado Joana Bezerra. Essas intervenções fizeram o Coque perder cerca de 55% do território, embora, seja uma ZEIS.

Dessa forma, a instituição de ZEIS Coque não tem possibilitado a permanência dos moradores, pois, a comunidade tem uma história de luta e resistência, que impediram a construção, por exemplo, do Shopping e do polo Jurídico. Portanto, todas essas questões expostas culminaram com a criação da Rede Coque (R) Existe que além de outras atividades no Coque (marcando o dia 3 de Agosto como o dia de luta e resistência), atuaram na luta contra as 58 desapropriações devido à construção e ampliação do Terminal Integrado Joana Bezerra.

Além da Rede Coque (R) Existe tem o movimento ocupe estelita, que defende uma cidade para todos e contra a segregação bastante expressiva na cidade do Recife, através da luta contra o Projeto Novo Recife cuja a obra, além de outras questões causa impactos as comunidades adjacentes, entre elas o Coque.

A posição estratégica do Coque facilita o deslocamento dos moradores para outras áreas da Cidade, por isso, ele ao mesmo tempo que é fragmentado também pode ser considerado articulado. Contudo, essa localização estratégica da cidade do Recife-PE deveria torná-lo bem visto por todos, porém, para muitos o Coque é um reduto de bandidos, levando-os a ver seus moradores com desconfiança. Tal evidência, coloca que os limites físicos não significam proximidades sociais, sentir, viver e compartilhar a cidade do Recife-PE daí sua primeira característica a fragmentação no tecido urbano.

Assim, trazendo como palco o Coque que foi apresentado o Projeto da Orquestra Criança Cidadã, gerenciado pela Associação Beneficente Criança Cidadã (que nasceu do Programa Criança Cidadã no âmbito do TJPE por um Desembargador). O projeto tem sido representado como uma referência Local, Nacional e Internacional no âmbito da promoção da cidadania, enriquecimento cultural, sociabilidades e proporcionar melhorias nas condições de vida dos jovens do Coque.

O grande comprometimento do projeto da Orquestra criança Cidadã na aprendizagem dos seus integrantes faz com que eles tenham um desenvolvimento técnico no curto espaço de tempo. Isso contribuiu também para o projeto ganhar vários prêmios ao longo desses 8 anos de existência. Apesar disso, necessita dar alguns saltos de melhorias, segundo os resultados obtidos da pesquisa.

É necessário atrelar as práticas musicais a dimensão do ser humano, e ao mesmo tempo ultrapassar o ensino das práticas musicais apenas como profissionalização. Até porque, no aspecto profissionalização avaliamos baixo o número de ex-integrantes que hoje atuam como músico profissional, considerando os 8 anos de existência do projeto. Porém, esse baixo número pode ser explicado pela opção de alguns integrantes não querem atuar como músicos profissionais, fazendo das práticas musicais uma segunda opção de vida.

A maioria dos projetos sociais de práticas musicais para se manterem buscam ajuda de parcerias e patrocínios para seu sustento, com o projeto da orquestra Criança Cidadã não é diferente, ele apresenta vários parceiros e alguns patrocinadores que ajudam tanto no plano financeiro ou com serviços e materiais. Portanto, essa dimensão coloca em pauta discussões em torno da “responsabilidade social” e do marketing social, pois, no mercado altamente

competitivo voltado para a economia os investimentos em causas sociais se tornam uma maneira de agregar valor as suas marcas.

O projeto da Orquestra Criança Cidadã possui na lista de seus patrocinadores e parceiros diferentes segmentos como: Unimed Recife, Colégio Motivo, Caixa Econômica Federal, Faculdade Aeso Barros Melo, Rotary Internacional, CHESF, os Correios, Recife Praia Hotel, BNDS, Sesi, Odebrecht, além de outros como: o exercito por meio do 7º DSUP, SPU, Ministério da Cultura através da Lei *Rounet*. Os subsídios são de diversa natureza como: doações de cestas básicas, planos de saúde, intercâmbios, instalações. Mas também, tem aqueles que colaboram com dinheiro. Embora, para muitas ações como essas sejam vistas como responsabilidade social, na verdade trata-se de uma filantropia.

Porém, um dos parceiros que chamou mais atenção durante a realização da pesquisa foi a presença da empresa de construção civil Odebrecht, pois, esse segmento atua nas intervenções urbanas. Então, não esperamos dele construir habitações para as camadas mais populares uma vez que seu padrão é segredor. E o Coque é um exemplo disso altamente cobiçada pelo mercado imobiliário, então, podemos afinar interesses sociais e econômicos com as empresas de construção civil?

Atualmente, a mais recente parceria da Odebrecht com o projeto esteve na elaboração do projeto da acústica do complexo cultural, formado pela escola de música e sala de concerto que será a nova sede do projeto da Orquestra Criança Cidadã, na frente do 7º DSUP área cedida pela união. No entanto, para o projeto essa nova sede representa uma valorização para o Coque, mas na verdade vai valorizar as áreas adjacentes ao Coque como o próprio Cabanga e o Pina que já possui a presença do Shopping Rio Mar e agora ganhará em suas proximidades um novo empreendimento para o mercado imobiliário valorizar ainda mais essas áreas.

Ademais, cessão de uso gratuito realizada pela SPU, faz pensarmos nos padrões de planejamento urbano das cidades, sobretudo, em Recife cuja a produção do espaço é altamente desigual, afetando a memória, história e identidade da cidade. Mas, o ponto crucial da nossa reflexão é que ambos estão ocupados com as mesmas pessoas (os moradores do Coque), porém, para um houve o desafeto do terreno, enquanto para o outro (o Coque) que é mais antigo até hoje não tem a posse da terra.

Os discursos do projeto da Orquestra Criança Cidadã representam o Coque como um lugar de violência. E que o Coque tem característica de ser marginal e não que no Coque tenha alguma marginalidade. Embora, o projeto seja educativo para os jovens do Coque, o que ele acaba fazendo é assumir a imagem de violência e por consequência a comunidade só seria salva com as práticas musicais.

Então, as práticas musicais aparecem como forma de resgate, salvação, prevenção contra as práticas criminosas na comunidade. Contudo, tais noções demonstram a visão fragmentada do Coque, e o determinismo no/do percurso social atribuído aos jovens do Coque. Portanto, essas recorrências contribuem para reforçar o imaginário das pessoas, que eles só tinham duas opções se tornarem bandidos ou músicos. E com isso, fazem uma relação das práticas musicais como forma de segurança pública e não como um direito inerente ao ser humano.

Ainda em relação aos discursos do projeto eles contribuem para provocar uma comoção da sociedade o que contribui para ganhar novos adeptos ao projeto, o que não é ruim no ponto de vista das práticas musicais, fomentando um crescimento da cena musical na cidade do Recife-PE, e por consequência, uma intensa vivência dos integrantes com o público. Por outro lado, no ponto de vista social passa uma ideia do “livrando do mal”, “ajudando os meninos carentes do Coque” e isso vai criando um inconsciente coletivo nas pessoas.

Diante dos inúmeros benefícios colocados pelo que fazem o projeto da Orquestra Criança Cidadã consideramos antes de tudo, a grande aceitação por parte dos integrantes em participarem de ações dessa natureza. Assim, ressaltamos como primeiro aspecto de benefício colocado pelos integrantes o *quesito cultura pela oportunidade de conhecer instrumentos e compositores clássicos*. Contudo, isso não significa dizer que os moradores do Coque de maneira geral, não conhecem nenhum tipo de instrumento clássico ou compositor, isso porque os ex-integrantes apontaram já conhecer um instrumento clássico e compositores antes do projeto.

Ainda foi apontado nas falas dos integrantes os seus sentimentos como: *prazer, especial, orgulho, reconhecimento*, ao apresentarem para o público o que aprenderam o que pode ser pautados em forma de proporcionar auto estima a eles. Por outro lado, é necessário ver as potencialidades desses jovens antes mesmo de entrar em qualquer projeto, pois, no mundo em que a sociedade torna esses jovens invisíveis é preciso torná-los visíveis não apenas no palco nos teatros, salas de concertos, mais antes de tudo, no palco da vida.

Visando compreender o significado do Coque na vida dos integrantes e ex-integrantes e como eles percebem o lugar em que moram ou moravam trouxemos para a pesquisa esses elementos. As informações obtidas através dos relatos deles mostraram que apesar da violência no Coque eles percebem como um *bom lugar para morar*, sobretudo, em *virtude da centralidade*. Além disso, eles possuem sentimento de pertencimento com a comunidade o que é, sua principal característica. Então, o bairro não é apenas um espaço físico, mas deve ser visto como um espaço de vida cotidiana de relações.

Por outro lado, as questões postas acima foram desconsideradas pelo projeto da Orquestra Criança Cidadã, porque para eles o Coque é uma bomba prestes a explodir a qualquer momento. Ademais, embora reconheçamos que suas ações são importantes e trazem benefícios para os integrantes existe uma forte marca de ascensão social do indivíduo, mais esquecendo que o ser humano é individual e coletivo ao mesmo tempo, e, por isso, é necessário trabalhar aspectos visando um desenvolvimento também comunitário.

Por fim, o projeto da Orquestra Cidadã vem revelando cenários futuros para o projeto, por exemplo, a possibilidade aumentar os números de integrantes, além de se tornar autossustentável com alugueis da sala de concerto para shows. Além disso, o Projeto da Orquestra Criança Cidadã também apresenta desdobramentos, com a ampliação de novas Orquestras a exemplo disso, está a formação da Orquestra Criança Cidadã Meninos de Ipojuca, cuja a sede localiza-se em Camela distrito de Ipojuca.

Diante disso, algumas questões emanaram durante essa pesquisa, contudo, a que mais nos inquietou foi uma frase, que embora pequena teve um grande impacto: “ *através do Projeto, hoje primeiramente sou um ser humano*”. Então, o que leva uma pessoa a se anular? A falta de reconhecimento do outro? A falta de reconhecimento de suas potencialidades? As condições socioespaciais? Ou seriam todas essas questões juntas, vindas de um eu refletido? E como os projetos sociais educativos podem contribuir para essa não anulação dos jovens moradores das favelas, através da dádiva? Pois, o “conserto” que propomos como tema dessa dissertação pode vir através dessas questões. Então, buscaremos trabalhá-las futuramente, afinal, a orquestra não pode parar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiane. Educação Musical Não-Formal e Atuação Profissional. **Revista ABEM**. Porto Alegre. v.13 p.49-56. Setembro de 2005.
- ALMEIDA, Cecilia. Retratos da Juventude. In. FECHINE, Yvana (Org) **Jornal Coque**. Jornal-Laboratório do 6º período do curso de jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco. 6º Período, 2005.2. Recife, julho/Agosto de 2006.
- ALVAREZ, Isabel. A Segregação Como Conteúdo da Produção do Espaço Urbano. In. VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto; PINTAUDI, Silvana. (Org) **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- AMARAL, Carlos. **A música Clássica em Festivais de Olinda e Recife: Uma Discussão Sobre Construções Valorativas e Processos Comunicacionais na Mimo e no Virtuosi**. Recife, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.
- ANTUNES, Celso. **As Inteligências Múltiplas e Seus Estímulos**. 12ª ed. Campinas, 1998.
- ARAÚJO, Samuel. A Violência Como Conceito na Pesquisa Musical; Reflexões Sobre Uma Experiência Dialógica na Maré no Rio de Janeiro. **Revista Transcultural de Música**. n. 10. Sociedad de Etmusicología Española, 2006.
- ARROYO, Magarete. Educação Musical na Contemporaneidade. In. **Anais do II Seminário Nacional de Pesquisa em Música da UFG, 2002** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/musicalidade/midiateca/educacao-musical/educacao-musical-na-contemporaneidade/view>. Acesso em 14 de julho de 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A Busca Por Segurança no Mundo Atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BELLOCHIO, Cláudia. A Formação Profissional do Educador Musical: Algumas Apostas. **Revista ABEM**. Porto Alegre. v.8. 17-24. Mar. 2003.
- BORGES, Camila; SANTOS, Manoel. Aplicação Metodológica da Técnica de Grupo Focal : Fundamentos Metodológicos, Potencialidades e Limites. **Revista SPAGESP**, v.6 n.1, 2005.
- BURGOS, Marcelo. Cidade, Território e Cidadania. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro v.48 n.1. p. 189-222, 2005.
- BURROWS, Jonh. **Guia de Música Clássica**. Trad. André Telles. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BLACKING, Jonh. *Music, Culture, and Experience*. In: BYRON, Reginald. **Music, Culture, and experience: selected papers of Jonh Blacking**. London: The University of Chicago Press, p.223-242
- _____. **How Music is Man?** 5ª Ed. London: University of Washington Press, 1995b
- BLUDENI, Lucia. **Cartilha Sobre Aspectos Gerais do Terceiro Setor**. Ordem dos Advogados de São Paulo, Dez, 2006.
- BRASIL. **Orientações para a Destinação do Patrimônio da União**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União, 2010.

BRASIL. **Decreto Lei 9.760/46**. Dispõe Sobre os Bens Imóveis da União e dá Outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../decreto-lei/del97>. Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

_____. **Lei 3.857/60**. Regulamenta a Profissão de Músico pela Ordem de Músico do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3857.htm. Acesso em: 20 de julho de 2014.

_____. **Decreto Lei 271/67**. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm. Acesso em: 25 de junho de 2014.

_____. **Lei 14.511/83**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo na cidade do Recife. Disponível em: www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos. Acesso em 23 de junho de 2013.

_____. Decreto Municipal n. **14.062/87** instituiu a Comissão de Urbanização e Legalização da Posse de terra da Zona Especial de Interesse Social do Coque/Joana Bezerra e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/14062/?keyword=14.062>. Acesso em 19 de outubro de 2013.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 14 de abril de 2014.

BRASIL. **Lei. 8.313/91**. Institui o Programa Nacional de Incentivo a cultura (PRONAC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm. Acesso em 12 de julho de 2014.

_____. **Lei. 8.069/99**. Instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.hdr.undp.org/en/media/hdr_2007-2008_pt_complete.pdf. Acesso em 03 de Agosto de 2014.

_____. **Lei 10.257/01**. Dispõe sobre ordenamento urbano. Disponível em: www.senadofederal.or.br. Acesso em: 20 de junho de 2013.

_____. **Lei 11.481/07**. Prevê medidas voltadas á regularização fundiária de interesse social em imóveis da união e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm. Acesso em 25 de junho de 2014.

_____. **Lei 91/35**. Determina as regras pelas quais são as sociedades declaradas utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../leis/.../L0091>.

BRITO, Teca. **Koellreutter Educador**: O humano Como Objetivo da Educação Musical. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. Trad. Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARLOS, Ana. **Espaço-Tempo na Metrópole**: A Fragmentação da Vida Cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. **A Cidade**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2011. (Repensando a Geografia)

_____. (Org) Da “Organização” À “Produção” Do Espaço No Movimento do Pensamento Geográfico. In. _____. A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Escalas e Desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A Prática Espacial Urbana Como Segregação e o “Direito à Cidade” Como Horizonte Utópico. In. VASCONCELOS, Pedro; CÔRREA, Roberto; PINTAUDI, Silvana. **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto 2013.

CÔRREA, Roberto. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática, 1995. (Série Princípios)

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In. CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Betrand, 2011.

_____. Sobre agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto Para Discussão. In. CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Cláudio. Processo de Produção Desigual do Espaço Urbano: Recife- Impasse Permanente de Coexistência de Interesses da “Cidade á Acumulação do Capital” e da Cidade á Realização Plena da Vida Humana”! **ACTA Geográfica**. v.5 n.10. p.95-113 jul/dez, 2011a.

_____. O Ambiente Urbano Numa Perspectiva Interdisciplinar: Discussões de Conceitos que Tratam das Inter-relações sociedade-Natureza, a Partir da Geografia do Recife. **Revista Brasileira de Geografia Física**. n.5 p. 872-896, 2011b.

CATALINA, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. **Contexto Eunico**. Florianópolis, p.79-84, Out-Dez, 2006.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria. **Ser Jovem, Ser Pobre é Ser Perigoso?** Disponível em:

http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf
. Acesso em: 20 de junho de 2014.

COURTINE, Jean. **Análise de Discurso Político: O discurso Comunista Endereçado aos Cristãos**. São Paulo: Edufcasr, 2009.

COSTA, Silvia Generali; *et, al.* **Gestão da Mudança: Explorando o Comportamento Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, Cristina. A Formação de Técnico em Música em Nível Médio na Visão de Professores de Instrumento Musical. **Revista ABEM**. Londrina. v.20, n.29 p.103-115, 2012

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAYRELL, Juarez. O jovem Como Sujeito Social. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5 n.2. p. 41-48, 2002.

DELORS, Jaques. **Educação Um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Trad. Carlos Gustavo Marcante Guerra, 1996.

DEL-BEN, Luciana. Múltiplos Espaços, Multidimensionalidade, Conjunto de Saberes: Ideias Para Pensarmos a Formação do Professor de Música. **Revista ABEM**. Porto Alegre. v.8, p. 29-32, Mar, 2003.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 13ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Ática, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade Social: Fundamentos e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

Do Coque para Alemanha. Jornal **Aqui PE**. Recife, 1º e 2 de junho de 2013.

ESTEVES, Cláudio. Risco e Vulnerabilidade Socioambiental: Aspectos Conceituais.

Cadernos IPARDES. Curitiba, v.1 n.2, p.62-79, jul/dez, 2011.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. 17ª ed. Campinas/São Paulo: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FERRAZ, Débora. **Ativismo de Bairro e Participação Popular na Conquista do Espaço do Cidadão: A Experiência do Coque-Recife/PE**. Recife, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no collége de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Leituras Filosóficas)

_____. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 41ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013

_____. **Microfísica do Poder**. 28ª ed. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um Reencontro Com a Pedagogia do Oprimido. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 39ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 48ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Alexandre. **Fundamentos para uma Sociologia Crítica da Formação Humana: O papel das Redes Associacionista da Educação**. Recife, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

FREITAS, Alexandre, *et al.* “A Memória do Medo”: Mídia, Especulação Imobiliária e Trauma em um Bairro do Recife. Disponível em:

http://www.coquevive.org/admin/pdf/01201022143659_A%20memoria%20do%20medo.pdf.

Acesso em: 15 de Agosto de 2014.

FREITAS, Alexandre; VALE-NETO, João. Governamentalização e Criminalização da Pobreza: Constituição do Discurso Jornalístico Sobre um Bairro do Recife em três décadas (Diário de Pernambuco 1970-2000). In. **VIII Encontro Nacional de História da Mídia: Mídia Alternativa e Alternativas Midiáticas**. Fortaleza, 2009.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal**. Sion, Suisse: Institut dès Droits de l’ enfant-IDE, 2005. Disponível em:

http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/i_magens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em 15 de Abril de 2015.

GARCIA, Maria. **As Mercadorias Como Objeto de Desejo: “Insanidade” Capitalista**. São Paulo: EDICON, 2006.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Artmed:1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES, Edvânia. **Recortes de Paisagem na Cidade do Recife: Uma Abordagem Geográfica**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2007.

GONH. Maria. Educação Não-Formal, Educador (a) Social e Projetos Sociais de Inclusão Social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 28-43, jan./abr.2009.

_____. **Educação Não-Formal e Cultura Política: Impactos Sobre o Associativismo no Terceiro Setor**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões de Nossa Época).

GONH, Daniel. **Auto-Aprendizagem Musical** : Alternativas Tecnológicas, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

GUAZINA, Laize. **Práticas Musicais em Organizações Não-Governamentais: Uma Etnografia Sobre a (Re) Invenção da Vida**. Tese (Doutorado em Música) Rio de Janeiro, 2011b. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Artes.

_____. Os Projetos Sociais e a Música no “*Front*” das Lutas Contemporâneas: Entre a Biológica e a Invenção da Vida. In. **Simpósio Brasileiro de Pós-Graduação em Música. XV Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO**. Rio de Janeiro, novembro de 2010.

_____. Entre **a Música e o Crime?** Uma Análise Sobre os Discursos Midiáticos e o Ensino de Música Para as Crianças e Jovens em Projetos Sociais. Universidade de Artes do Paraná, 2011a. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/17.pdf> . Acesso em 20 de junho de 2013.

GREEN, Lucy. Pesquisa em Sociologia da Educação Musical. **Revista da Associação Brasileira de Educação Musical**, Salvador, n.4, p. 29-35, 1997.

GRIGOLETTO, Evandra. **O Discurso da Divulgação Científica: Um Espaço do Discurso Intervalar**. Rio Grande do Sul, 2005. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Letras.

GRUBISIC, Katarina. **O projeto Orquestra Escola: Educação Musical e Prática Social**. Santa Catarina, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Trad. Carlos Szlak. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacência).

_____. **O Enigma do Capital**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. Trad. Jefferson Camargo, São Paulo: Martins Fontes-Selo Martins, 2014.

HAUG, Wolfgang. **Crítica da Estética da Mercadoria**. Trad. Erlon José Paschoal, colaboração Jael Glauce da Fonseca. São Paulo: UNESP, 1997 (Biblioteca Básica).

HIKIJ. Rose. **A Música e o Crime: Etnografia da Performance de Crianças e Jovens**. São Paulo: UNESP, 2006a.

_____. **Música para Matar o Tempo, Intervalo e Suspensão.** Rio de Janeiro vol. 12. 2006b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100006. Acesso em: 18 de maio de 2013.

INDURSKY, Freda. Unicidade, Desdobramento, Fragmentação: A Trajetória da Noção de Sujeito em Análise do Discurso. In. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs) **Práticas Discursivas e Identitárias: Sujeito e Língua.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p.9-33.

JUVINO, José; ABREU, Luísa; ALCÂNTARA, Mônica. Moradores vivem sob o medo da expulsão. In. FECHINE, Yvana *et al.*(Orgs) **Jornal Coque.** Jornal-Laboratório do 6º período do curso de jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco. 6º Período, 2005.2. Recife, julho/agosto de 2006.

KATER, Carlos. O Que Podemos Esperar da Educação Musical dos Projetos Sociais. In. **Revista da Associação Brasileira de Educação Musical.** Porto Alegre v. 10, p.43-51 Março, 2004.

KIND, Luciana. Notas Para o Trabalho Com a Técnica de Grupos Focais. **Psicologia em Revista,** Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-136, 2004.

KOELLREUTTER, Hans. Educação Musical Hoje e Quiçá Amanhã. In. LIMA, S. (Org). **Educadores Musicais de São Paulo: Encontros e Reflexões.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. (Cadernos de Estudos, n.6).

KOZICKI, Kotya; BARBOSA, Estefânio. Judicialização da Política e Controle Judicial de Políticas Públicas. **Revista Direito GV.** vol. 8, n.1. São Paulo. Janeiro/junho, 2012.

KLEBER, Magali. **A Prática de Educação Musical em ONG: Dois Estudos de Caso no Contexto Urbano Brasileiro.** Rio Grande do Sul, 2006. Tese (Doutorado em Música) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Artes, Departamento de Música.

_____. Práticas Musicais em ONGs: Possibilidades de Inclusão e o Exercício da Cidadania. **Revista História e Estudos.** vol. 5. ano V n. 2 Abril/Maio/Junho, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *El Derecho a la Ciudad* . Anthropos, 1968.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis.** São Paulo, Cortez, 2010.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teóricos Metodológicos.** Ed. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências da Análise do Discurso.** 3ª ed. Trad. Freda Indurky. Campinas: Pontes/ Editora Unicamp, 1997.

MALDIDIER, Denise. A Inquietude do Discurso. Uma Trajeta na História da Análise do Discurso: O Trabalho de Michael Pêcheaux. In. SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (Orgs). **Legados de Michel Pêcheaux: Inéditos de Análise de Discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole legislação e desigualdade. In. MARICATO, Ermínia. **Metrôpole na Periferia do Capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O Impasse da Política Urbana no Brasil.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, José. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Temas de Atualidade).

_____. **A Sociedade Vista do Abismo:** Novos Estudos Sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz. **Pedagogias em Educação Musical.** Curitiba: Ibepe, 2011 (Série Educação Musical).

MED, Bohumil. **Teória da Música.** 4ª Ed. MusiMed, 2012.

MELLO, Silvia. A Violência Urbana e a Exclusão dos Jovens. In: SAWAIA, Bader (Org). **As Artimanhas da Exclusão Social:** Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.131-157.

MELO, Francisco; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial:** a Administração do Terceiro Setor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital.** 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008 (Mundo do Trabalho).

MINAYO, Maria. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 5ª ed. São Paulo: Hucit, 1992.

MULLER, Vânia. Ações Sociais em Educação Musical: Com Que Ética, Para Qual Mundo? **Revista da Associação Brasileira de Educação Musical.** v. 10. Porto Alegre, 2004. p. 53-58.

MURARO, Pierre; LIMA, José. Terceiro Setor, Qualidade Ética e Riqueza das Organizações. **Revista FAE,** Curitiba, v.6, n.1 p. 19-39. Maio/Abril. 2003.

OLIVEIRA, Aline. Urbanização Brasileira e Marginalidade: Os Olhares Socioeconômicos e Sociocultural em Contraponto. In: **Revista Faac,** Bauru, v.2 n.1. p. 55-68. Abril/Setembro, 2012

ORLANDI, Eni. A Análise do Discurso em Suas Diferentes Tradições Intelectuais: O Brasil. In: FREDA, Indursky; FERREIRA, Maria. (Orgs). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso:** Uma Relação de Nunca Acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

_____. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. 11ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso.** Textos Seleccionados: Orlandi Eni. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2012.

PORTO, Waldenio. **Violinos no Coque.** Facform, 2010.

QUEIROZ, Luis; FIGUEIRÊDO, Anne. **Práticas Musicais Urbanas:** Dimensões do Contexto Sociocultural de João Pessoa. Disponível em: http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2006/CDROM/COM/02_Com_Etno/sessao01/02COM_Etno_0102-060.pdf. Acesso em 20 de Abril de 2015.

RAMPINELLI, Gleicy; GUIMARÃES, Valeska. Responsabilidade Social Corporativa: Desvelando Intencionalidades Não Reveladas. In: PIMENTA, Solange; SARAIVA, Luiz; CORRÊA, Maria (Orgs). **Terceiro Setor:** Dilemas e Polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

RECIFE. **Lei 14.947/87.** Dispõe sobre Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov/lei/14947>. Acesso em 20 de Maio de 2013.

_____. **Relatório de Pesquisa Coque II.** Empresa de Urbanização do Recife. Diretoria de Planejamento Urbano. Divisão de Estudos e Pesquisas, 1988.

_____. **Moradia é Central:** Inclusão, Acesso e Direito à Cidade. 2009

REIS, Ana. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

REVISTA CRIANÇA CIDADÃ. **Grandes Perspectivas Para a Criança Cidadã**: Saldo Positivo de 2012 Inspira Novidades Para o Ano que Chega. n.3, ano13, Nov/Dez, 2012.

_____. **Novos Tempos Para a Orquestra**. n.15, ano 4, Maio/Dez, 2013.

RIBEIRO, José. **Sobre os Instrumentos Sinfônicos**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RIBEIRO, Raimundo. **Inclusão Através do Projeto Munim**: Musicalizando Crianças e Jovens (Relato de Experiência de Docente). Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Música, 2012.

RODRIGUES, Arlene. Loteamentos Murados e Condomínio Fechados: Propriedade Fundiária Urbana e Segregação Socioespacial. In. VASCONCELOS, Pedro; CÔRREA, Roberto; PINTAUDI, Silvana. **A Cidade Contemporânea**: Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

ROMAN, Artur. O Conceito de Polifonia em Bakhtin- O Trajeto Polifônico de Uma Metáfora. **Letras**, Curitiba, n.41-42, p.207-220, 1992-1993.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Milton Santos; 5).

_____. **Economia Espacial**. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª. Ed. São Paulo: UNESP, 2007. (Coleção Milton Santos; 3.)

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 5 reimp. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **O espaço do Cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: UNESP, 2012. (Coleção Milton Santos; 8).

_____. **Pobreza Urbana**. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2013. (Coleção Milton Santos; 16).

SANTOS, Marco. Educação Musical na Escola e nos Projetos Comunitários e Sociais. **Revista da Associação Brasileira de Educação Musical** n. 12, março, 2005.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In. SAWAIA, Bader (Org). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SERPA, Ângelo. Segregação, Território e Espaço Público na Cidade Contemporânea. In. VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto; PINTAUDI, Silvana. **A Cidade Contemporânea**: Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SERRANO, Maria. **Planeta dos Macacos**: A Negação do Pertencer ao Lugar e suas Implicações na Construção do Espaço do Cidadão. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SILVA, Elizangela *et al.* Mapeamento Cadastral de Áreas Urbanas Ocupadas por Assentamentos Irregulares. Universidade Federal de Pernambuco. In. **II Simpósio Brasileiro de Geodésia e Tecnologias da Geoinformação**, 2008.

SILVA, Igor. **Discursos Sobre Espaços Populares na Web**: Investigação de Estigma Sobre a Comunidade do Coque. Recife, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

SOUZA, Jusamara. Educação Musical e Práticas Sociais. **Revista da Associação Brasileira de Educação Musical**. n.10, p.7-11, março, 2004.

SOUZA, Marcelo. Território: Sobre o Espaço e o Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia Conceitos e Temas**. 12ª ed. Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A B C do Desenvolvimento Urbano**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

SCHMIDT, Alfred. *El Concepto de Natureza en Marx*. 2 ed. Século XXI editores, 1977.

SPOSITTO, Maria. **Capitalismo e Urbanização**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Série Repensando a Geografia).

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o Ensino do Pensamento geográfico**. 4ª Reimpressão. São Paulo: UNESP, 2004.

TAME, David. **O Poder Oculto da Música: Um Estudo da Influência da Música Sobre o Homem e sobre a Sociedade, desde o Tempo das Antigas Civilizações até o Presente**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1984.

VALENÇA, Mariana. **A Estética da Natureza Como Mercadoria no Discurso Imobiliário de Gravatá-PE**. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

VASCONCELOS, Rafaela. Relações e Novas Configurações Numa Comunidade do Recife: A Experiência da Rede Coque Vive. In. **II Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**. Universidade Federal da Bahia, 2011.

WACQUANT, Loic. O Que é Gueto? Construindo um Conceito Sociológico. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba , n. 23 p.155-164. Março, 2004.

WANDERLEY, Mariangela. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. In. SAWAIA, Bader *et al.* (Orgs). **As Artimanhas da Exclusão Social: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os Temas da Geografia Cultural. In. CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Introdução á Geografia Cultural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Betrand, 2011.

ZENONE, Luiz. **Marketing Social**. São Paulo. Thomson Learning, 2006.

SITES

ANUÁRIO VIVA A MÚSICA. Disponível em: <http://www.vivamusica.com.br/anuario>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADADA. Disponível em: <http://www.associaçãocriancacidada.org.br>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

COQUE VIVE. Disponível em: <http://www.memoriasdaterra.blogspot.com.br>. Acesso em 20 de Outubro de 2013.

DEPÓSITO DE SUPRIMENTOS. Disponível em: <http://www.7dsup.eb.mil.br/#> . Acesso em Abril de 2015.

DICIONÁRIO MICHAELS, *ON LINE*. Disponível em: <http://www.Michaels.uol.com.br>. Acesso em 25 de Janeiro de 2015.

LISTA DE CLIPAGEM DIÁRIO DE PERNAMBUCO ENTRE OS ANOS DE 1970-2007 Disponível em: http://www.coquevive.org/admi/pdf/03201002174943_clipagem.pdf. Acesso em 23 de maio de 2013.

O DIA ONLINE. Música muda o futuro de jovens carentes. RJ, 26/07/2009. Disponível em: 12
<http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2009/7/musica_muda_o_futuro_de_jovens_carentes_25797.html>. Acesso em 19 de Maio de 2013.

ORQUESTRA CRIANÇA CIDADADA. Disponível em: <http://www.orquestracriancacidada.org.br>. Acesso em 10 de maio de 2013.

PREFEITURA DO RECIFE. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade>. Acesso em: 30 de setembro de 2013.

PRÊMIO INNOVARE. Orquestra Criança Cidadã dos Meninos do Coque. Edição IV, 2007. Disponível em: <http://www.premioinnovare.com.br/orquestra>. Acesso em 6 de abril de 2013.

RECIFE. <http://recife.pe.gov.br/pr/Secplan>. Acesso em 25 de Junho de 2013.

REDE COQUE (R) EXISTE. Despejo # 1 Coque. Disponível em: [Vimeo.com/72238742](https://vimeo.com/72238742). Acesso em: 25 de Outubro de 2013.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Jornal Nacional, edição de 21/05/2009. Disponível em: <http://video.globo.com/videos/Player/Noticias/0,,GIM1038119-7823-Justiça+Novos+Caminhos+Jovens+Deixam+O+Crime+Pela+Música,00.html>. Acesso em 3 maio de 2013.

RONILK, Raquel. Moradia Adequada é Um Direito. Publicado em 19/10/09 no Jornal o Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.raquelrolnik.wordpress.com/category/artigos-e-livros>. Acesso em 20 de junho de 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**

APÊNDICE A- (Formulário de Pesquisa Para os Integrantes do Projeto)

Parte I

Sexo:

Idade:

Rua:

Quanto tempo está no projeto:

Parte II

Você alguma vez pensou em ser músico?

☐ Sim ☐ Não

O que você sente ao tocar para o público?

Parte III

Para você qual foi a maior contribuição do projeto na sua formação enquanto ser humano?

Antes da entrada do projeto você já conhecia algum instrumento ou algum compositor?

☐ Sim ☐ Não

Caso sim, Qual?

Qual era o estilo de música mais ouvida antes de entrar no projeto?

☐ Gospel ☐ MPB ☐ Rock ☐ Brega ☐ Funk ☐ Pagode ☐ axé ☐ Forró

Você pretende continuar com a música?

☐ sim ☐ Não

Por quê?

Parte IV

O que você acha do Coque?

Você tem o sentimento de pertencimento do Coque?

☐ Sim ☐ Não

Por quê?

Você acha que o projeto contribuiu para melhorar a imagem do Coque para o resto da cidade do Recife?

Como você acha que os moradores do Coque percebem o projeto?

Além do projeto você faz outra atividade no Coque?

Como você vê as pressões imobiliárias que o Coque vive?

Você tem vontade de tocar na comunidade?

☐ sim ☐ Não

Você quer contribuir para melhorias no Coque? Como?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**

APÊNDICE B- (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)

Convidamos o Sr (a) para participar como voluntário da pesquisa intitulada “ Quem precisa de um “conserto” – a favela ou a cidade? Uma discussão na geografia humana por meio de um projeto social para jovens do Coque” que está sob a responsabilidade da pesquisadora Jackeline Fernanda Ferreira Camboim e está sob a orientação da professora Dr^a Edvânia Torres Aguiar Gomes.

Este termo de consentimento pode conter informação que o senhor (a) não entenda. Caso haja alguma dúvida pergunte á pessoa que está lhe entrevistando para que o senhor (a) esteja bem esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o senhor (a) não será penalizado de forma alguma. Também garantimos que o senhor (a) tem direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

- O objetivo dessa pesquisa é identificar os impactos do Projeto da Orquestra Criança Cidadã na vida dos integrantes e ex-integrantes e na comunidade. Para isso, faremos a coleta de dados com aplicação de formulário haja vista que as perguntas serão feitas pela pesquisadora e colocadas por ele no questionário.
- O período de participação do voluntario (a) na pesquisa será de apenas um dia.
- Riscos Culturais .
- Ajudar na compreensão dos reais benefícios do projeto da Orquestra Criança Cidadã para o Coque, contribuindo para sugestões de melhorias.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos de publicação científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nessa pesquisa serão por aplicação de questionário que ficarão armazenados em pasta de arquivo sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado no período mínimo de 5 anos.

O senhor (a) não pagará nada em participar da pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pela pesquisadora (ressarcimento de

transporte e alimentação). Fica também garantida a indenização em caso de danos, comprovadamente decorrentes da pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da UFPE no endereço: Av. Engenheiro s/n – 1º Andar , Sala 4- Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, tel. (81) 2126.8588. e-mail cepccs@ufpe.br.

Jackeline Fernanda Ferreira Camboim

Consentimento Pós-informação

Eu, _____ fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data ____/____/____

Assinatura do Participante

Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar.



ANEXO A- (Carta de Anuência do Projeto)



Recife, 14 de outubro de 2013

Ilustríssimos Senhores:

A Associação Beneficente Criança Cidadã, por meio de seu Projeto Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque, expressa, por meio deste, ciência de que a aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (ProdeMa/UFPE) **Jackeline Fernanda Ferreira Camboim** está desenvolvendo a pesquisa de mestrado *"Música e Desenvolvimento Humano: Uma discussão em torno de projetos sociais de práticas musicais no contexto urbano de vulnerabilidade socioambiental"*, com foco em nosso Projeto Social.

Atenciosamente,


Des. Nildo Nery dos Santos
 Presidente
 Associação Beneficente Criança Cidadã

Ao
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
 PRODEMA/UFPE
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFCH

Orquestra Criança Cidadã
 dos Meninos do Coque
 Rua Gen. Estilac Leal, 439
 Quartel do Cabanga, Recife/PE
 CEP: 50090-450
 Fone: 81.3428.7600

ANEXO B- (Grupo focal no Coque – Fragmentação/ Integração Socioespacial)

Aspectos práticos e técnicos

Número de pessoas participantes: media de 8

Faixas etárias: - de 18, entre 20 e 40, entre 40 e 60, + de 60 anos

Onde mora no Coque/sexo/ocupação: o mais diversificado possível

Lugar para a realização do grupo focal: NEIMFA

Equipamentos: gravador, camero fotografica

Contexto

A ZEIS mantém uma certa fragmentação e isolamento da área, com uma população homogênea e falta de investimento para incluir, inserir a área na cidade.

Ligação em paralelo de duas visões: o direito à cidade / paradigma da atratividade que privilegia a competição entre cidades e uma visão empreendedora do planejamento urbano (planejamento estratégico, solo urbano como mercadoria, remoções forçadas das populações pobres de seu local de moradia, em particular quando são situados em locais de grande potencial para a cidade).

O bairro do Coque permaneceu fragmentado (em nome do direito à cidade, ZEIS, regulamentação...), mas desde os anos 1960 a introdução de equipamentos urbanos ameaçou diretamente muitos moradores da área.

- ➔ Provocar os entrevistados sobre esse confronto entre as duas visões de cidades (atratividade / direito à cidade) que não são opostas, mas que no caso do Coque acabam entrando em confronto.

Apresentação das organizadoras

Nome / Ocupação

Objetivos da roda de diálogo

Precisamos recolher sua opinião sobre vários aspectos de sua vida no Coque, para entender como ela se modificou ao longo do tempo.

Essa discussão tem três objetivos:

- Conhecer o seu cotidiano no Coque
- Sua relação com o resto da cidade/região metropolitana/Estado
- Como os atuais e futuros projetos podem influenciar a sua vida no Coque

Não tenham medo de discordar de outra pessoa, o objetivo não é tudo mundo concordar com o outro, mas de saber justamente as diferentes opiniões sobre os assuntos.

Solicitar consentimento ao grupo para efetuar a gravação e filmagem. O que será dito permanecerá entre nós e seu nome não será mencionado no registro escrito, então fiquem à vontade para se expressar.

Apresentação dos participantes

Vamos começar com uma breve apresentação

- Nome
- Idade
- Ocupação
- Onde você mora?
- Há quantos anos você vive No Coque?

O que queremos saber:

1. Se o Coque é um lugar para eles
2. Os moradores se sentem trancados, isolados nesse lugar e/ou se eles frequentem o resto da cidade? É fácil de transitar fora do Coque: acesso a equipamentos (promove o direito à cidade) / Evolução desde 10 anos
3. Equipamentos introduzidos e que vem modificando o seu lugar. Quais seriam os pontos positivos e negativos desses novos projetos (de metrô, terminal integrado, Fórum de Justiça) em comparação com a sua vida no Coque?

Perguntas em função dos objetivos

Objetivo 1: introdução as perguntas:

Primeiro, gostaríamos de saber de sua relação com o Coque em si, em particular ao nível de seus deslocamentos.

| | |
|---|---|
| Objetivo n ° 1: O conceito de lugar / relação cotidiana / práticas do território | <p>Onde você gosta mais de estar ou ir no Coque?</p> <p>Como você anda no bairro (a pé, bicicleta, carro, moto etc...)?</p> |
|---|---|

Objetivo 2: introdução às perguntas:

Agora gostaríamos de saber de sua relação com o resto da cidade, em particular ao nível de seus deslocamentos para fora do Coque.

| | |
|--|--|
| <p>Objetivo 2: isolamento / abertura ao resto da cidade</p> | <p>Onde você costuma ir fora do Coque?</p> <p>Você sai do Coque todos os dias?</p> <p>Para que motivos?</p> <p>Que meio de transporte você usa para sair do Coque?</p> <p>É de fácil acesso?</p> <p>Você faz uma diferença entre o Coque e o resto da Cidade?</p> <p>Você sai mais do Coque que antes?</p> <p>Pessoas de fora do Coque frequentam o Coque?</p> |
|--|--|

Objetivo 3: introdução às perguntas:

Agora gostaríamos de saber de sua opinião sobre os projetos implantados no Coque (terminal integrado, obra do canal Ibiporã etc.) e suas repercussões na sua vida no Coque.

| | |
|--|--|
| <p>Objetivo 3: atuais e futuros projetos implantados: que influencia sobre sua vida no Coque?</p> | <p>Esses projetos vão ameaçar o Coque como você o conhece hoje?</p> <p>O que isso vai trazer de bom?</p> <p>Você se sente ameaçado do Coque desaparecer?</p> |
|--|--|

ANEXO C- (Petição para de Suspensão do Processo Licitatório do Edital de Concorrência n.011/2014)

PETIÇÃO

Solicitação de suspensão do processo licitatório do Edital da Concorrência n. 011/2014 de 21 de maio relativo a Contratação de serviços especializados de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Construtiva para a elaboração do Plano de Reurbanização do Coque e seu entorno imediato, até que o Prezeis tome conhecimento, analise e aprove em primeira instância as diretrizes gerais de dito plano, em conformidade com a lei n. 1.6113/1995

A coordenação do Fórum do PREZEIS, com apoio do Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC e a Comissão de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara da Universidade Federal de Pernambuco da Universidade Federal de Pernambuco, encaminham ao Prefeito do Recife Dr. Geraldo Júlio o pedido de suspensão temporária do processo licitatório acima citado para permitir que a COMUL do Coque promova a discussão do referido Plano Urbanístico com a comunidade local, e assim em cumprimento da lei, o Fórum do PREZEIS possa se manifestar a esse respeito antes da contratação de qualquer empresa para a realização dos serviços para a elaboração do Plano de Reurbanização do Coque;

Fundamentação Legal

A Lei no. 16113 de 06 de novembro de 1995 estabelece nos arts 14, 28 e 29 a competência das instâncias do PREZEIS para discussão e deliberação acerca dos projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidos pelo Executivo Municipal na respectiva ZEIS.

Art. 14 Os planos urbanísticos específicos, criados através de Decreto, serão elaborados, de acordo com as exigências constantes desta Lei, pelo órgão Municipal responsável pela urbanização das ZEIS, conjuntamente com os espaços institucionais competentes. [Ver tópico](#)

Parágrafo Único - Qualquer alteração em parâmetros urbanísticos estabelecidos pelos Planos Urbanísticos das respectivas ZEIS deverá ser aprovado previamente em Plenária do Fórum dos PREZEIS.

Art. 28 A COMUL é o espaço privilegiado para discussão e deliberação acerca dos projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidos pelo Executivo Municipal na respectiva ZEIS.

Art. 29 São atribuições das Comissões de Urbanização e Legalização de cada ZEIS:

I - divulgar o PREZEIS na respectiva área;

II - definir as prioridades das áreas a partir das discussões com a população;

III - coordenar e fiscalizar a elaboração e execução dos planos de urbanização e regularização fundiária;

IV - dirimir os conflitos referentes à urbanização e regularização fundiária, em consonância com os planos de regularização urbanístico-fundiária específico;

V - viabilizar a participação da população nas diversas etapas dos processos urbanização e regularização fundiária;

Arguição:

No 21 de maio último, o Gabinete de Projetos Especiais da PCE publicou o edital da Concorrência N. 011/2014 para Contratação de serviços especializados de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Consultiva para a elaboração do Plano de Reurbanização da área do Coque e seu entorno imediato, composto pelo Masterplan, Projetos Básicos e Projetos Executivos pelo valor de **R\$ 10.490.041,10** (dez milhões, quatrocentos e noventa mil, quarenta e um reais e dez centavos), com prazo de licitação no dia 10 de julho próximo.

Além do preço exorbitante, esta licitação contraria diretamente a Lei do Prezeis, uma vez que as suas instâncias não participaram em momento algum do processo.

A legislação exige que a contratação de qualquer serviço técnico para elaboração de planos urbanísticos deve estar precedida pela aprovação por parte das instâncias do Prezeis, para depois proceder a licitação dos serviços técnicos urbanísticos, inclusive projetos básicos e executivos.

Nestes termos solicitamos a suspensão imediata do processo licitatório em curso.

Recife, 17/06/2014

Fórum do Prezeis

Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social

Comissão de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara - UFPE

ANEXO D- (Carta de Demanda Coletiva pelo Direito à Moradia)

Recife, 15 de agosto de 2013.

Exmo. Senhor Procurador Geral de Justiça do Estado de Pernambuco

AGUINALDO FENELON DE BARROS

ASSUNTO: DEMANDA COLETIVA PELA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA ZEIS COQUE

Senhor Superintendente,

Diante da ameaça de desrespeito às garantias consolidadas em nossa legislação para a proteção do direito à moradia, tendo em vista a inadequação com que têm sido conduzidos os procedimentos de desapropriação de famílias de baixa renda em diversos municípios deste estado, notadamente em função da implantação de projetos de mobilidade urbana associados à preparação para a Copa do Mundo de 2014, viemos demandar às autoridades públicas competentes a suspensão imediata dos procedimentos de desapropriação que atingem mais especificamente os moradores do Coque, no Recife, e a realização de audiência com as famílias afetadas, no intuito de construir coletivamente soluções mais apropriadas para a situação, com base no tratamento digno a todos os cidadãos.

O processo de desapropriação conduzido pelo Governo do Estado de Pernambuco em função da implantação de obras de ampliação do sistema viário de acesso ao Terminal Integrado Joana Bezerra atinge quase de 60 famílias moradoras do Coque, área definida como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, pela Lei Municipal nº 16.176/1996. As famílias afetadas pela obra de ampliação do viário tiveram conhecimento do fato apenas recentemente, quando o projeto já se encontrava em fase de execução ao receberem cartas convocando-as a comparecer à Procuradoria Geral do Estado, já para a negociação dos valores de indenização, sem terem sido nunca ouvidas em audiências públicas para possíveis contestações ao projeto ou apresentação de alternativas.

Considerando que a referida área é ocupada por famílias de baixa renda desde meados do século XX, tendo se constituído como local de moradia de uma população de cerca de 40 mil pessoas e que, desde a década de 1970 tem sido objeto de políticas públicas visando à sua regularização em termos fundiários e urbanísticos, entende-se que esta destinação deveria ser mantida, resguardando-se os direitos dos atuais moradores. Trata-se de utilização coerente com o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, especialmente em se tratando de terras públicas, que como tal, devem ser vistas como patrimônio de todos a serviço da coletividade. Sabe-se que toda esta área pertence à União por ser constituída de

terrenos acrescidos de marinha, tendo sido objeto de Contrato de Cessão sob Regime de Aforamento, firmado com o Município do Recife em 05 de outubro de 1979, com a finalidade de implantação de projeto urbanístico.

Considerando, ainda, que as diretrizes gerais da política urbana nacional, estabelecidas na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e, especialmente, no que diz respeito à regularização fundiária de interesse social, os princípios a serem observados em conformidade com a Lei Federal 11.977/2009 e o fato de tratar-se de situação amparada pela Medida Provisória 2.220/2001, que garante o direito à concessão de uso especial, de que trata o art. 183 da Constituição, entende-se que a população residente no Coque é detentora de direitos sobre a área que ocupa e que compete ao poder público reconhecer a legitimidade desses direitos. A destinação da área para fins de regularização fundiária, tendo as famílias do Coque como beneficiárias da titulação de seus imóveis e da implementação de ações de requalificação urbanística no assentamento, apoiadas nos programas do Governo Federal coordenados pelo Ministério das Cidades, reveste-se de grande relevância para a promoção de um desenvolvimento urbano mais justo e equilibrado, e de importância crucial na garantia de respeito aos direitos humanos, especialmente em situações que impliquem em deslocamentos involuntários para a execução de obras com outras finalidades.

O direito à moradia, devidamente garantido no art.6º da Constituição Federal de 1988, tem que ser protegido com a devida importância de direito fundamental que é. Portanto, o princípio da proporcionalidade precisa ser observado por ser o instrumento necessário para leis e atos administrativos que restringem direitos fundamentais. O objetivo da aplicação da regra da proporcionalidade é fazer com que nenhuma restrição a direitos fundamentais tome dimensões desproporcionais. Dessa forma, o poder público ao efetivar as desapropriações precisa levar em consideração as implicações trazidas pelo princípio da proporcionalidade: Numa relação de peso e importância, a desapropriação trará mais benefícios do que prejuízos? Existe alguma forma mais suave de se fazer o viário sem desabrigar as famílias? A desapropriação é realmente o meio necessário?

Entendemos que, é possível alteração no projeto “Viário Joanna Bezerra” de forma que o interesse público seja contemplado atingindo de forma menos gravosa o direito à moradia das famílias residentes na área discutida. Por outro lado, se o Estado entender que as obras relativas à ampliação do sistema viário na área do Coque não possui condições de ser alterada, implicando na necessidade de remoção de algumas das casas ali instaladas há mais de 40 anos, as famílias moradoras desses terrenos deveriam ser assistidas por processos de reassentamento em terrenos próximos ao local onde hoje estão instaladas.

Nesse sentido, é importante lembrar a existência do terreno para o qual se planeja a instalação do Pólo Jurídico Joana Bezerra, objeto da Operação Urbana Consorciada aprovada pela Lei 17.645/2010, procedimento eivado de vícios de legalidade, que também encontra-se inserido no perímetro da ZEIS Coque, o qual se apresenta como uma alternativa viável tanto para a readequação do projeto para um novo traçado do viário, bem como, mostra-se como uma área apropriada à construção de unidades habitacionais para realocar as famílias desapropriadas, por se tratar de uma área desabitada.

O Estado de Pernambuco na década de 80 deu um grande passo na proteção do direito à moradia quando o Município do Recife foi pioneiro na implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e na criação na Lei de Plano de Regularização das Zeis (PREZEIS), liderada por Dom Helder Câmara. Dessa forma, não podemos ter um retrocesso na garantia deste direito fundamental. A história de luta pelo direito à moradia, protagonizada por movimentos populares e organizações da sociedade civil e, muitas vezes, apoiada pelo poder público em suas diversas instâncias, e cujas conquistas colocam a cidade do Recife como referência nacional, e até mesmo internacional, neste campo, deve ser reconhecida, respeitada e valorizada como patrimônio de uma memória coletiva do nosso povo, que não pode ser desprezada.

O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social- PREZEIS tem por objetivo melhorar a qualidade de vida nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS -, promover a sua regularização jurídica e propiciar a sua integração na estrutura urbana do Recife e para tanto prioriza o direito à moradia sobre o direito de propriedade, possibilitando o acesso à terra urbana. Além disso, o referido plano tem como diretrizes inviabilizar a especulação imobiliária do terreno urbano das ZEIS, evitar o processo de expulsão indireta dos moradores das ZEIS, em acordo com incisos VI e VII do art. 6º da Lei Municipal nº 14.947/87.

Espera-se, pois, que o desenvolvimento perseguido nos projetos em evidência no nosso estado seja pensado também como um projeto de desenvolvimento humano, que promova melhores condições de emprego e renda para a população, e como um projeto de desenvolvimento urbano, que garanta o acesso de todos os cidadãos aos benefícios que uma cidade pode proporcionar.

Assim, no anseio de podermos contar com uma atuação responsável, justa e eficaz das autoridades competentes é necessário é ela trabalhe junto com a sociedade civil (sobretudo as pessoas afetadas pelas obra públicas) para que se promova uma construção democrática de projetos urbanos, solicitamos, portanto:

1. A intervenção deste órgão para que seja impedida a violação de direitos fundamentais, através da **solicitação ao Governo do Estado de suspensão imediata das negociações dos procedimentos de desapropriação das famílias afetadas pela ampliação do viário Joanna Bezerra**, pelas razões expostas.
2. A articulação deste órgão para o agendamento de audiência pública com as famílias afetadas pela obra e todas as entidades envolvidas no projeto, no intuito de construir coletivamente soluções alternativas mais apropriadas para a situação, com base na garantia do direito à moradia, para que se dê legitimidade real ao projeto.
3. A garantia do direito à moradia, observadas as disposições legais do plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS (Lei municipal nº 14.947), como direito fundamental garantido constitucionalmente.

Certos de que as solicitações serão atendidas, ficamos com os votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Rede Coque (R)Existe

Ação Darmata/ Acertando o passo/ alunos das graduações e pós graduações de Comunicação Social, Sociologia, Educação e Desenvolvimento Urbano da UFPE/ Ameciclo – Associação Metropolitana de Ciclistas/ Associação Esperança do Coque / Associação Renascer do Coque/ AVIPA- Associação dos Moradores da Vila do Papelão(Casinha)/ Biblioteca Popular do Coque/ Centro de Estudos Budistas Bodisatva de Pernambuco- CEBB/ Centro Popular de Direitos Humanos- CPDH/ CINE COQUE/ Coletivo de luta comunitária- CLC/ Coletivo desclassificados/ Espaço Rosa dos Ventos/ Igreja São Francisco de Assis do Coque/ Live tolove Recife/ Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis- MABI/Movimento de Direitos Urbanos/NEIMFA- Núcleo Educacional Irmãos Memores Francisco de Assis/ Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque/Pré Vestibular Paidéia/ Projeto Alcance.

